

**LEANDRO KINGESKI PACHECO**

**A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA  
EM ARISTÓTELES, CRÍSIPO E DIODORO CRONO**

**FLORIANÓPOLIS**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**LEANDRO KINGESKI PACHECO**

**A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA  
EM ARISTÓTELES, CRÍSIPO E DIODORO CRONO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Ontologia

Orientador: Professor Dr. Celso Reni Braidá

**FLORIANÓPOLIS**

**2005**



À minha esposa que sempre se fez presente à medida que eu estudava, dedicando-me carinho e compreensão. À minha família que sempre se mostrou aberta ao diálogo e me incentivou na procura de minha felicidade. A Deus e todos aqueles que estiveram comigo nesta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu super orientador, professor Dr. Celso Reni Braidá, pela paciência, pelos preciosos ensinamentos e pela orientação primaz.

Aos professores Dra. Arlene Reis, Dr. Luís Felipe Belintani Ribeiro, Dr. Luiz Alberto Hebeche, Dr. Marcos José Müller, Dra. Cláudia Drucker, Dr. Selvino José Assmann, Dr. João Eduardo Pinto Basto Lupi, Dr. Luiz Henrique de Araújo Dutra e Dr. Roberto H. Pich pelos preciosos ensinamentos.

A todos os nobres docentes do colegiado de Mestrado de Filosofia, e à Universidade Federal de Santa Catarina, que me propiciaram a oportunidade de galgar mais este degrau.

A toda a prestativa equipe da secretaria de Mestrado de Filosofia.

Aos amigos, entre eles, colegas e professores pelas conversas informais que muito *káos* desenvolveram em minha mente.

À Filosofia, que me conquistou ao mesmo tempo em que deflagrou o conflito em mim.

“[...] é mais difícil aprender inteiramente essas confusões de linguagem que os nascimentos e desaparecimentos das constelações.” (CÍCERO, 1993, p. 17).

## RESUMO

Esta dissertação trata da revisão do modo como se propôs a questão da proposição futura. A proposta aborda três interpretações clássicas sobre a proposição futura – de Aristóteles, Crísipo e de Diodoro Crono – a partir de uma respectiva e pertinente estrutura conceitual semântica, ontológica e lógica. Apresenta-se o conceito de objetividade da proposição futura como um eixo, um recurso metodológico, capaz de catalisar as caracterizações das teorias semânticas, ontológicas e lógicas. Tanto para a interpretação de Aristóteles, quanto para a interpretação de Crísipo e de Diodoro Crono sobre a proposição futura, evidenciam-se peculiaridades conceituais que excedem a formulação de Cícero e Epicteto sobre a proposição futura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proposição futura. Semântica. Ontologia. Lógica.

## **ABSTRACT**

This dissertation treats the revision of the way the question of the future proposition as proposed. The Proposal approach three classic interpretations about the future proposition – of the Aristotle, Chrysippus and Diodorus Cronus – starting from a respective and pertinacious concept structure semantic, ontologic and logic. Introduce the concept of objectivity of the future proposition like an axle, a methodological recourse, capable to catalyze the characterizations of the semantics, ontologies and logics theories. As for the Aristotle's interpretation, as for the Chrysippus's interpretation and Diodorus Cronus's interpretation about the future proposition, to become evident concepts peculiarities that exceeds the formulation of Cicero and Epictetus about the future proposition.

**KEYWORDS:** Future proposition. Semantic. Ontologic. Logic.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>I. A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA EM ARISTÓTELES.....</b>	<b>16</b>
1.1 O ARGUMENTO.....	17
1.2 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA.....	22
1.3 IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS.....	31
1.4 DETERMINAÇÃO LÓGICA.....	39
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
<b>II. A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA EM CRÍSIPO.....</b>	<b>51</b>
2.1 O ARGUMENTO.....	52
2.2 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA.....	56
2.3 IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS.....	64
2.4 DETERMINAÇÃO LÓGICA.....	73
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
<b>III. A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA EM DIODORO CRONO.....</b>	<b>85</b>
3.1 O ARGUMENTO.....	86
3.2 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA.....	89
3.3 IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS.....	92
3.4 DETERMINAÇÃO LÓGICA.....	96
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

O problema da proposição futura é um tema tradicional e historicamente tratado, com posições e interpretações diversas<sup>1</sup>. Fleck, sobre a proposição futura, problematiza que

Se admitimos que tudo que é dito assertoricamente possui um dentre dois valores-de-verdade (o verdadeiro e o falso), segue-se que o que é dito assertoricamente sobre eventos futuros (também os resultantes da ação humana futura) possui um de tais valores (ou é verdadeiro ou é falso); mas se verdadeiro parece seguir-se que tais eventos não podem não ocorrer e que, portanto, ocorrerão necessariamente: e, se falso, que não podem ocorrer e que, portanto, necessariamente não ocorrerão, não havendo conseqüentemente, eventos futuros contingentes.<sup>2</sup>

Este modo de formular o problema da proposição futura concentra o foco de investigação na avaliação da asserção futura, embora a avaliação da asserção futura apodítica e da asserção futura problemática também esteja circunscrita à questão dos ditos futuros contingentes<sup>3</sup>. Na Antiguidade, uma asserção, uma asserção apodítica ou uma asserção problemática são genericamente tratadas como tipos de proposições. Nesta dissertação não se pretende investigar as proposições futuras apodíticas ou as proposições futuras problemáticas, mas investigar as asserções futuras enquanto proposições simples. A proposição simples pode ser distinta das proposições apodíticas e das proposições problemáticas uma vez que aquela não apresenta operadores modais enquanto estas implicam no uso de operadores modais de possibilidade ou de necessidade. Por outro lado, as proposições simples, as proposições problemáticas e as proposições apodíticas assemelham-se uma vez que, aceitando-se a tese da bivalência, se pode avaliá-las, formalmente, em função de um valor-de-verdade, como verdadeiras ou como falsas. Concepção difundida na antiguidade é a de que a proposição simples é uma afirmação ou uma negação que pode ser avaliada como verdadeira ou como falsa. Também se considera a proposição como um elemento base de um raciocínio, de uma inferência, à medida que toda relação de consequência pressupõe um conteúdo avaliável como verdadeiro ou falso, que exerce a função de premissa ou de conclusão.

O valor-de-verdade de uma proposição afirmativa ou negativa sobre o passado e o presente não costuma fomentar discussões. Contudo, admitir um valor-de-verdade para algumas proposições futuras pode parecer ora aceitável, uma vez que muitos admitem como verdadeiro que ‘Deus existirá para sempre.’; ora inaceitável, uma vez que outros zombam que

---

<sup>1</sup> Aurox (1998, p. 403-447) apresenta uma cronologia de obras em que se encontra inúmeros tratados que discutem a proposição e a proposição futura.

<sup>2</sup> FLECK, 1997, p. 9.

<sup>3</sup> Fleck (1997, p. 8-27) propõe uma distinção de atitudes que considera os futuros contingentes como problema genuíno ou aparente.

é verdadeiro que ‘O resultado da loteria de amanhã será 11, 22, 33, 44, 55, 66.’. O valor-de-verdade da proposição futura é discutível porque, à medida que se investiga a querela da proposição futura, se tangencia o modo como, através de filósofos clássicos, propôs-se lidar com o determinismo e com o indeterminismo. Cícero, na antiguidade, formula a questão da proposição futura assim:

[...] o sentido e a teoria das enunciações que os gregos chamam axiomas; qual significado tenham esses axiomas, quando alguma coisa dizem sobre o futuro e sobre aquilo que possa acontecer ou não possa, é questão obscura [...]<sup>4</sup>.

Entenda-se, nesta passagem de Cícero, axioma como sinônimo de proposição, como conteúdo avaliável como verdadeiro ou falso, e não como princípio lógico-ontológico auto-evidente. Nesta mesma obra, Cícero trata com realce tal obscuridade relativa à questão das proposições futuras, em função da apresentação de concepções singulares sobre a mesma, destacando-se a interpretação de Diodoro Crono, Crísipo, Epicuro, Carnéades, Aristóteles, além do próprio Cícero. Independentemente das exposições relativas às interpretações sobre proposições futuras, à medida que Cícero formula a questão são eleitas teorias fundamentais que circunscrevem a investigação da proposição futura, ao se considerar o significado e o valor-de-verdade da proposição futura, e o que acontecerá conforme o que foi expresso na proposição futura. Ora, a investigação do significado da proposição futura deve ser tratada pela Semântica, uma vez que esta trata da significação das expressões; como a investigação do que acontecerá, conforme o expresso e referenciado na proposição futura, deve ser tratada pela Ontologia, uma vez que esta trata do ser em geral, da concepção do que é referido na proposição; e, a investigação do valor-de-verdade da proposição futura deve ser tratada pela Lógica, uma vez que esta trata, entre outras coisas, de como se deve avaliar uma proposição, e mesmo do valor-de-verdade que subsidia tal avaliação. Está implícito na passagem de Cícero que pesquisar a proposição futura implica investigar estas três teorias fundamentais. Qualquer investigação da proposição futura que negligencie pelo menos um destes três aspectos teóricos implica em uma investigação parcial. Porém, escapa ao olhar de Cícero o fato de que diferentes interpretações sobre a proposição futura distinguem-se também por uma diferente estrutura conceitual, que subjaz a cada uma destas teorias.

Também está implícito na passagem de Cícero que a investigação da proposição futura implica considerar estes três eixos teóricos – semântico, ontológico e lógico – enquanto complementares. Eu concordo com esta tese, uma vez que as alterações conceituais elementares de um eixo teórico podem ser complementares em relação aos conceitos dos

---

<sup>4</sup> CÍCERO, 1993, I, 1, p. 9.

outros dois eixos teóricos<sup>5</sup>. Defendo que, em uma interpretação qualquer sobre a proposição futura, o caráter complementar destes eixos teóricos não necessariamente apresenta-se de modo harmônico e equitativo, pois um eixo teórico pode preponderar em relação aos outros. Se assim for, diferentes interpretações sobre a proposição futura podem diferir tanto em função de uma peculiar estrutura conceitual semântica, ontológica e lógica, quanto em função da preponderância de um destes eixos teóricos. Logo, pesquisar a proposição futura também implica analisar a relação destes três eixos teóricos.

Epicteto, na antiguidade, também abordou a questão da proposição futura ao procurar expor as teses que sustentam o argumento dominador de Diodoro Crono. Na seguinte passagem, Epicteto compara interpretações – de Diodoro Crono, Cleanto e Crísipo – que circunscrevem a proposição futura, única e exclusivamente em função da aceitação de duas e recusa de uma das três proposições que sustentam o argumento dominador. O seguinte trecho ilustra isso:

Estes parecem ser os tipos de pontos de partida em que o Argumento Mestre [dominador] é proposto. As seguintes três proposições conflitam mutuamente: ‘Todo passado verdadeiro é necessário.’; ‘Algo impossível não segue de algo possível.’; e ‘Há algo possível que não é nem será verdadeiro.’. Diodoro viu este conflito e explorou convincentemente os primeiros dois para estabelecer a conclusão ‘Nada que não é nem será verdadeiro é possível.’. Ora, alguns retêm o par ‘Há algo possível que não é nem será verdadeiro.’ e ‘Algo impossível não segue de algo possível.’, mas negam que ‘Todo passado verdadeiro é necessário.’. Esta parece ter sido a linha tomada por Cleanto e seu círculo, e foi endossada em geral por Antipatro. Enquanto outros reteriam o outro par, que ‘Há algo possível que não é nem será verdadeiro.’, e que ‘Todo passado verdadeiro é necessário.’, mas mantendo que ‘Algo impossível não segue de algo possível.’. Reter todos estes é impossível por causa do seu mútuo conflito. Assim, se alguém me pergunta, ‘Qual deles você retém?’ eu responderei ‘Eu não sei; mas minha informação é que Diodoro reteve o primeiro par que eu mencionei, [...] e Cleanto o segundo par, e Crísipo e seu círculo o terceiro par.’<sup>6</sup>.

Para Epicteto, Diodoro Crono prefere as duas primeiras teses e recusa a terceira tese; Cleanto prefere as duas últimas e recusa a primeira; e, Crísipo prefere a primeira e a terceira teses e recusa a segunda. Esta observação de Epicteto pode não ser incorreta, mas negligencia toda uma estrutura conceitual que co-sustenta a interpretação de cada autor sobre a proposição futura. Tal procedimento equipara diretamente as três interpretações, apenas em função da combinação de três teses fundamentais, reduzindo, simplificando ou mesmo negligenciando toda uma respectiva e pertinente estrutura conceitual.

<sup>5</sup> Braida (2003, p. 6) defende, por exemplo, a perspectiva de inseparabilidade complementar entre as noções semânticas e ontológicas.

<sup>6</sup> EPICLETUS, *Discourses*, 2.19.1-5. (Diodorus fr. 24 Giannantoni, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 38, A, p. 230-231, (tradução nossa). Eu abordei nesta dissertação muitos trechos coligidos no livro *The hellenistic philosophers*, de Long e Sedley. Como eu traduzi todas estas referências, a partir deste ponto dispensarei a inclusão da expressão ‘tradução nossa’ das notas de rodapé relativas a este livro.

Nesta dissertação, eu pretendo problematizar a equiparação direta de interpretações sobre a proposição futura, tal como Cícero e Epicteto propuseram. Para cumprir este objetivo, proponho caracterizar a objetividade da proposição futura em Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono, considerando as três interpretações sobre a proposição futura de filósofos relativamente próximos cronologicamente a Cícero e a Epicteto.

Admite-se que Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono jamais tenham usado a locução ‘objetividade da proposição futura’, mas que, no entanto, em cada respectiva interpretação sobre a proposição futura, pode-se caracterizar tal objetividade como de natureza contrária àquilo que é considerado subjetivo ou aleatório – e de natureza condizente com aquilo que é considerado intersubjetivo. A noção de objetividade da proposição futura adotada nesta dissertação, também requer determinação semântica do conteúdo asserido, expressa pelo conjunto de termos da proposição futura; determinação referencial, se é possível atribuir à proposição um referente determinado, referente que subjaz ao significado de cada um dos termos da proposição futura; e determinação lógica ao se poder determinar um valor-de-verdade à proposição, conforme um conjunto de teses lógicas.

Primeiramente, abordarei o argumento sobre a proposição futura respectivo a cada pensador. Retomarei tal argumento em função da determinação em termos semânticos, ontológicos e lógicos, para enfim propor se há objetividade da proposição futura. Em posse de tal caracterização, considerarei qual eixo teórico prepondera em detrimento dos outros dois. Enfim, em função da comparação das três interpretações sobre a proposição futura, argumentarei ser inadequado equipará-las diretamente, uma vez que, embora o problema da proposição futura tenha sido formulado como o mesmo, a estrutura conceitual de cada interpretação já implica a impossibilidade desta redução. Espero que esse procedimento me coloque em condições de demonstrar que, o antigo problema da proposição futura, tal como foi colocado por Cícero e por Epicteto, precisa ser revisto quanto a sua formulação, pois não se trata apenas de respostas simples e diferentes para uma mesma questão, mas antes, de interpretações conceituais distintas, especificamente, de Aristóteles, Crísipo e de Diodoro Crono, inviabilizando-se uma equiparação imediata, pois se revelam nesses posicionamentos diferentes concepções filosóficas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A ordem em que abordo as interpretações de Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono sobre a proposição futura fundamentou-se na quantidade de material disponível para o estudo. Se eu considerasse uma abordagem cronológica das interpretações, certamente a interpretação de Crísipo ficaria como a última a ser analisada, enquanto a interpretação de Aristóteles e a interpretação de Diodoro Crono dependeriam da comparação exaustiva de várias fontes que divergem acerca de qual destes filósofos precedeu o outro.

Embora eu considere que uma abordagem totalmente asséptica seja impossível, tanto quanto possível procurei respeitar Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono, conduzido por passagens do próprio Aristóteles, ou por testemunhos ou doxografias da época e pertinentes aos pensamentos de Crísipo e Diodoro Crono. Estes três filósofos debatiam sobre a questão da proposição futura entranhados em sua existência, a partir de um tempo e espaço diferente do nosso, utilizando recursos conceituais que lhe eram próprios. Todo investigador contemporâneo deve compreender que o seu olhar para o passado sempre o é a partir do seu olhar do presente, por mais exercitado que esteja este olhar para o passado. Não digo que não se pode estudar os filósofos antigos. Acautelo acerca do contemporâneo deslize sedutor de transferir a filósofos antigos algumas questões que não exatamente eram destes, ou de imputar questões a filósofos antigos como hoje são propostas<sup>8</sup>.

Filósofos antigos debateram a questão da proposição futura, mas este assunto jamais se esgotou. Subjaz a este assunto uma dúvida insolúvel, controvérsia oposta por duas posições radicais, a de que tudo, toda nossa vida, está condicionada a um determinismo universal, e a de que não existe um determinismo e neste caso, tudo é permitido para todos. Nesta discussão, a posição intermediária é a mais propagada, a de que alguns acontecimentos futuros já estão determinados enquanto outros não. Em todos os períodos da história, é comum detectar o debruçar de pensadores sobre a questão, estendendo-se direta ou indiretamente sobre temas correlatos, ao se analisar atos morais à luz da Ética, atos justos à

---

<sup>8</sup> Nesta dissertação, eu abordarei a interpretação de Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono sobre a proposição futura desconsiderando a distinção contemporânea entre sentenças, proposições e enunciados. Mortari (2001, p. 10-15), por exemplo, explica que sentenças, proposições e enunciados podem apresentar em comum a propriedade de serem avaliáveis como verdadeiras ou falsas, mas, que um olhar atento, especifica diferenças sutis acerca daquilo que pode ser avaliável como verdadeiro ou falso. A sentença é definida como uma seqüência de palavras próprias de uma língua, que apresenta sinais de pontuação, em que pelo menos uma destas é um verbo flexionado. Toda sentença de uma língua é amparada por uma gramática. As sentenças que interessam a lógica são as declarativas, pois estas são ditas avaliáveis como verdadeiras ou falsas. Contudo, Mortari expõe que a verdade e a falsidade de uma sentença declarativa depende de um contexto, que nem sempre é o mesmo. A proposição é definida como o significado de uma sentença declarativa, como uma asserção sobre o mundo avaliável como verdadeira ou falsa. Mas, a verdade e a falsidade de uma proposição também dependem de um contexto. O enunciado, por outro lado, é definido como uma proposição ou sentença declarativa que é especificada em seu contexto. Haack (2002, p. 114-117) discute aquilo que pode ser considerado um portador de verdade. Grosso modo, define-se uma sentença como uma cadeia de expressões de uma língua natural que é gramaticalmente correta e completa. Do conjunto de sentenças, a declarativa é aquela que pode ser qualificada como verdadeira ou falsa. Define-se enunciado como o que é dito quando uma sentença declarativa é escrita ou proferida. A proposição, por sua vez, é definida como o significado comum expresso em duas sentenças declarativas sinônimas. Tanto Mortari quanto Haack expressam que estas distinções entre sentenças, enunciados e proposições, ainda são alvos de muitas discussões e estão longe de encontrarem um consenso. Por outro lado, atualmente, é comum a admissão da separação entre o âmbito semântico e sintático, e de que se pode, por exemplo, falar da proposição de modo circunscrito ao âmbito sintático. Porém, na Antiguidade, inclusive no caso de Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono, esta concepção não era aceita. Para estes filósofos, a teoria sintática só tem sentido à medida que é abarcada por uma teoria semântica. Hoje em dia, é comum ouvir a tese de que a Lógica está focada em cálculos básicos. Na Antiguidade, a Lógica era pensada sutil e peculiarmente como uma analítica ou uma dialética, como um conjunto de orientações fundamentais para se pensar correta e coerentemente.

luz da Política, comportamentos à luz da Psicologia, manifestações culturais à luz da Antropologia, relações de classe à luz da Sociologia, presciência à luz de misteriosas adivinhações, à luz da onisciência Divina ou, por mais incrível que pareça, à luz da Ciência etc. Hoje, estudiosos de Lógica temporal, epistêmica ou modal, facilmente encontram na investigação da proposição futura nexos pertinentes para o seu estudo. Do mesmo modo, estudiosos contemporâneos, da Semântica, da Epistemologia e da Ontologia, também encontram na investigação da proposição futura alguns nexos incomuns para o estudo do que é significativo, do modo como conhecemos e do que existe.

Se o pensamento filosófico de todos os pensadores da História da Filosofia pode ser enumerado e explanado, as perspectivas filosóficas de estudo destes pensamentos jamais se esgotam. Existe uma infindável possibilidade de estudos de assuntos da Filosofia, e este trabalho é apenas um exemplo. É comum ouvir professores, em tom jocoso, propor que em Filosofia as respostas para as questões são passageiras, embora as perguntas sejam eternas. Se, por um lado, não proponho uma solução inovadora sobre a questão da proposição futura, penso, por outro lado, que a relevância deste trabalho para a Filosofia é o de propor a questão de modo diferente, ao investigar a questão da proposição futura, ao abordar a interpretação de três filósofos da antiguidade, aprofundando, em cada caso, um foco tripartite de três teorias pertinentes e complementares. Estas três interpretações sobre a proposição futura não devem ser encaradas como excludentes, mas como fontes de ensinamentos para se repensar hoje o que é a proposição, a proposição futura, além do determinismo e do indeterminismo em função deste contexto específico. Não há consenso sobre qual a melhor esquadra de futebol, quem dera acerca do determinismo e do indeterminismo. Serão o determinismo e o indeterminismo meras ilusões, um assunto para simples discussão e deleite, ou será que estes estão instalados em nossa existência? A posição de Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono não é tão simples quanto muitos costumam imaginar.

## I. A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA EM ARISTÓTELES

“As afirmações e as negações acerca das coisas presentes ou pretéritas são necessariamente verdadeiras ou falsas [...]”<sup>9</sup>.

Neste capítulo investigarei a interpretação de Aristóteles sobre a proposição futura, apresentando o núcleo de sua argumentação, que diz que há tanto proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou falsas, assim como há proposições futuras contingentes. Em função deste argumento, investigarei a estrutura conceitual pertinente a esta interpretação<sup>10</sup>. Neste sentido, proporei que toda proposição futura apresenta determinação semântica, uma vez que toda proposição futura implica uma unidade sintática e semântica. Proporei que há determinação referencial de toda proposição futura em que só há referente determinado em ato que subjaz ao significado de cada termo deste tipo de proposição; e que não há determinação referencial de toda proposição futura em que há um referente em potência que subjaz ao significado de um termo deste tipo de proposição. Também proporei que há determinação lógica de toda proposição futura que é avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa, em função de um conjunto de teses lógicas; e que há determinação lógica incompleta de toda proposição futura contingente, pois existe um conjunto de teses que orienta a avaliação da proposição, mas a atribuição de valor-de-verdade, verdadeiro ou falso, a esta proposição, se encontra momentaneamente suspenso. Em posse de tais caracterizações, considerarei que a estrutura conceitual de Aristóteles, pertinente a análise da proposição futura, privilegia a teoria ontológica em detrimento da semântica e da lógica.

<sup>9</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 9, 18 a, p. 134. (= ARISTOTLE, 1984b). Todas as citações da edição portuguesa do *Periérmenias*, 1985, foram conferidas com a edição inglesa *On interpretation*, 1984, edição em que E. M. Edghill traduz o texto de Aristóteles diretamente do grego. A partir deste ponto dispensarei a inclusão da expressão '(= ARISTOTLE, 1984b)' das notas de rodapé relativas ao livro *Periérmenias*, 1985.

<sup>10</sup> Eu procurei reconstituir a interpretação de Aristóteles sobre a proposição futura considerando principalmente os livros *Periérmenias*, *Categorias* e *Metafísica* do próprio Aristóteles.



## 1.1 O ARGUMENTO

Nesta seção caracterizarei o argumento de Aristóteles sobre a proposição futura, contido na obra *Periérmenias*, capítulo 9, livro parte do conjunto de escritos lógicos denominado *Organon*<sup>11</sup>. Tal argumento diz que, algumas proposições futuras devem ser avaliadas necessariamente como verdadeiras ou falsas; enquanto outras proposições futuras são contingentes, uma vez que este tipo de proposição não é avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa. Aristóteles apresenta todo o argumento em quatro etapas distintas<sup>12</sup>.

A primeira etapa do argumento diz que toda proposição futura deve ser avaliada necessariamente como verdadeira ou como falsa. Este modo de avaliar a proposição futura considera a aplicação da tese geral, que versa sobre o princípio da bivalência e diz que se deve avaliar necessariamente as proposições presentes e pretéritas como verdadeiras ou falsas. Sobre esta tese, expressa-se que “as afirmações e as negações acerca das coisas presentes ou pretéritas são necessariamente verdadeiras ou falsas [...]”<sup>13</sup>. Este modo de avaliar todas as proposições, presentes ou pretéritas, é corroborado pela aplicação de outra tese, que implica que a avaliação de toda proposição resulta um único valor-de-verdade, como verdadeiro ou como falso, e está implícita na seguinte passagem, que versa sobre o terceiro-excluído: “a afirmação e a negação não podem ser simultaneamente verdadeiras [...]”<sup>14</sup>. Ao se admitir estas duas teses como premissas, impõe-se que não só as proposições presentes e pretéritas, mas também as proposições futuras, independentemente do tempo da proposição, devem ser avaliadas como verdadeiras ou como falsas<sup>15</sup>. Conforme estas premissas, explicita-se que as

---

<sup>11</sup> Blanché e Dubucs (1996, p. 27-31) questionam a disposição ortodoxa dos tratados do *Organon* proposta por Andrônico de Rodes, décimo primeiro sucessor de Aristóteles, considerando as análises de pensadores contemporâneos. Gomes (1985, p. 10-15), tradutor e comentador do *Periérmenias* e do *Categorias*, situa os tópicos fundamentais dos tratados do *Organon*. Acera do livro *Categorias*, Gomes atenta para o fato de que se o discípulo de Aristóteles não domina as categorias, então este não conseguiria avançar no domínio dos outros livros lógicos; e que, se o livro *Periérmenias* versa sobre os futuros contingentes, este muito provavelmente fora escrito como resposta ao megárico Eubúlides. Gomes expõe que traduziu *Periérmenias* e *Categorias* considerando três edições como base: a *Aristóteles Opera Omnia* (Paris, 1948), do editor Ambrósio Firmino; a tradução francesa de J. Tricot (Paris, 1969); e, a tradução castelhana de S. Kirner (Madri, 1967).

<sup>12</sup> Fleck (1997, p. 12-13) expõe que a estrutura da argumentação acerca da proposição futura presente no *Periérmenias* 9 poderia ser interpretada como uma inferência do tipo modus tollens,  $p \rightarrow q, \sim q, \text{ logo } \sim p$ , pois, basicamente tem-se que: se todos enunciados sobre o futuro apresentam um valor-de-verdade verdadeiro ou falso então tudo ocorre por necessidade; mas, observa-se que nem tudo ocorre por necessidade; logo, nem todos enunciados sobre o futuro apresentam um valor-de-verdade verdadeiro ou falso. Sainati (1968, p. 242) propõe que a argumentação do *Periérmenias* 9 procede por absurdo: dada uma certa interpretação sobre o princípio de bivalência é inevitável concluir um determinismo universal; tal conclusão é refutada pela experiência; logo, é necessário retificar a hipótese do princípio de bivalência.

<sup>13</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 9, 18 a, p. 134.

<sup>14</sup> *Ibid.*, 9, 18 a, p. 134.

<sup>15</sup> Conforme Smith (1995, p. 45-46), a posição de Aristóteles no *Periérmenias* 9 parte do pressuposto que a negação de uma proposição implica em uma respectiva proposição contrária; que toda proposição admite um

proposições futuras devem ser avaliadas necessariamente como verdadeiras ou falsas, ao se propor que “[...] se alguém afirmar que algo será, enquanto outrem afirma algo não será, é evidente de toda a necessidade que um dos dois diga a verdade, pois toda a afirmação, ou toda a negação é, ou verdadeira, ou falsa.”<sup>16</sup>. A admissão deste modo de avaliar necessariamente a proposição futura implica em certo determinismo. Considerando que acontecimentos futuros ocorrerão em função de um determinismo, expõe-se que “[...] nada é, nem será (seja por efeito do acaso, seja de modo indeterminado), algo que, no futuro, possa indiferentemente ser ou não ser, por contingência, mas tudo se realiza por necessidade [...]”<sup>17</sup>. Coerente com esta posição determinista acerca do futuro, Aristóteles radicaliza seu raciocínio e afirma a impossibilidade de haver contingência, ao propor que

[...] se uma coisa agora é branca, então foi verdadeira a afirmação anterior de que ela seria branca, de modo que seria sempre verdadeiro dizer não importa de que coisa, que ela é ou ela será. Mas se em todo tempo fosse verdadeiro afirmar que uma coisa é ou será, não é, no entanto possível que ela não seja, ou não venha a ser; ora, o que não pode ser é impossível que seja, e o que não pode não ser é necessariamente. De onde resulta que todos os futuros se produzem necessariamente, por conseguinte, nada acontece por contingência, nem por indeterminação, pois onde há acaso não há necessidade.<sup>18</sup>

Esta passagem explicita que, para cada proposição futura há um valor-de-verdade predeterminado, além da impossibilidade deste valor-de-verdade ser alterado.

Na segunda etapa do argumento, refuta-se a tese de que toda proposição futura deva ser avaliada necessariamente como verdadeira ou como falsa, pois este caráter determinista implicaria em pelo menos duas aporias. A primeira aporia fundamenta-se na impossibilidade de garantir para toda proposição futura – aceito um valor-de-verdade de cada uma destas proposições futuras – que cada respectiva proposição oposta, teria um valor-de-verdade necessariamente oposto, “[...] porque, se a afirmação fosse falsa, a negação não seria verdadeira, e porque, por sua vez, se esta fosse falsa, a afirmação poderia não ser verdadeira.”<sup>19</sup>. A segunda aporia fundamenta-se na impossibilidade de admitir – aceita a avaliação necessária das proposições futuras como verdadeiras ou como falsas – que as

---

único valor-de-verdade, verdadeiro como contrário de falso, ou falso como contrário de verdadeiro; e que se o valor-de-verdade de uma proposição afirmativa é verdadeira, então a negação desta respectiva proposição apresenta necessariamente um valor-de-verdade falso. Smith expõe que a posição de Aristóteles fundamenta-se sobremaneira na aplicação do princípio do terceiro-excluído, o que pode conduzir a uma visão determinista quando se atenta para o caso da proposição futura. Se uma proposição futura é declarada no passado como verdadeira, então tal evento necessariamente se realizará. Se uma proposição futura é declarada no passado como falsa, então tal evento necessariamente não se realizará. Se a perspectiva de Aristóteles se reduzisse a aplicação irrestrita deste contexto lógico então se incorreria no determinismo.

<sup>16</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 9, 18 a, p. 134.

<sup>17</sup> Ibid., 9, 18 b, p. 135.

<sup>18</sup> Ibid., 9, 18 b, p. 135-136.

<sup>19</sup> Ibid., 9, 18 b, p. 136.

conjunções de proposições futuras opostas devam ser avaliadas necessariamente como verdadeiras ou como falsas, ao se expor que “Se tomarmos, por exemplo, uma batalha naval, será necessário dizer que a batalha naval ocorrerá e que a batalha naval não ocorrerá.”<sup>20</sup>.

Na terceira etapa do argumento – em função da refutação da segunda etapa, na qual fica claro que nem toda proposição futura deve ser avaliada necessariamente como verdadeira ou como falsa – propõe-se que há outro tipo de proposição futura, e esta deve ser qualificada como contingente. Aristóteles admite a tese de que algumas proposições futuras são contingentes, ao afirmar que

Tais são [...] os absurdos em que caímos, se admitirmos que, para toda afirmação e para toda a negação [...] uma das opostas é necessariamente verdadeira e outra falsa, e que não há contingência no futuro, mas que pelo contrário, todas as coisas ocorrem pelo efeito da necessidade.<sup>21</sup>

Neste sentido, explica-se que, por definição, a contingência implica em indeterminação futura<sup>22</sup>, e a seguinte passagem ilustra isso:

Isso pode exato e igualmente ocorrer ou não ocorrer, se uma ou outra afirmação não for necessariamente verdadeira, porque a palavra contingência não é mais do que a indeterminação quanto ao presente e quanto ao futuro, sendo aquilo que pode suceder deste, ou daquele modo.<sup>23</sup>

Através de um exemplo, justifica-se a contingência como própria de certos acontecimentos futuros, como própria de certas proposições futuras, concomitante a impossibilidade de predeterminação de valor-de-verdade destas proposições futuras, ao se expor que

---

<sup>20</sup> Ibid., 9, 18 b, p. 136-137.

<sup>21</sup> Ibid., 9, 18 b, p. 137.

<sup>22</sup> Conforme Łukasiewicz (1977, p.128-129), pode-se dizer que um proposição contingente  $p$ , de Aristóteles, equivale a afirmação de que não é necessária  $p$  e que não é necessária não  $p$ ; equivale a afirmação de que é possível que  $p$  e é possível que não  $p$ ; assim como também equivale a afirmação de que não é necessário que  $p$  e não é impossível  $p$ . Cahn (1967, p. 26), expõe que para Aristóteles, todo evento contingente pode ser dito possível, embora nem todo evento possível seja contingente; e que, se qualquer evento é necessário então é também possível, embora não seja contingente. Na seqüência, Cahn (1967, p. 27-47) evidencia as principais teses do argumento de Aristóteles sobre a proposição futura, assim como refuta certas objeções feitas por alguns pensadores contemporâneos à posição adotada por Aristóteles. Entre estas objeções contra a posição de Aristóteles está a de que todas referências temporais nas proposições são em princípio elimináveis ao se explicitar as datas, por que as proposições são verdadeiras ou falsas independentemente do tempo; a de que, se nem todas as proposições sobre o futuro são verdadeiras ou falsas então decorreria que nem todas proposições sobre o passado têm de ser verdadeiras ou falsas etc. Molina (1986, §§ 690-692, p. 330-331) diz que existem basicamente dois sentidos de contingência: 1) num primeiro, a contingência ocorre em função de dois extremos opostos em que aquilo que é predicado de um sujeito não é tanto quanto o seu oposto, concomitante ao fato de que não se exclui a incidência de uma necessidade de causas em relação àquilo que foi expresso; 2) num segundo, a contingência exclui a necessidade de oposição entre extremos, assim como exclui a incidência de necessidade de causas em relação àquilo que foi expresso – considerando-se que este segundo sentido expressa a raiz do que é contingência. Esta distinção é importante para Molina à medida que ele, a partir do segundo sentido de contingência, procura harmonizar a presciência de Deus sobre fatos futuros com o livre-arbítrio dos seres humanos, além de defender que a contingência pode ocorrer tanto no plano da natureza quanto no plano divino.

<sup>23</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 9, 18 b, p. 135.

Temos inúmeros exemplos à vista. Por exemplo, esta capa pode ser cortada em duas, mas também pode não ser cortada em duas; pode devir usada ou perder-se antes disso, e não pode ser cortada em duas; pois, a menos que este fosse o caso, a destruição prévia da capa não era possível. O mesmo é dizível de qualquer acontecimento ao qual se atribui análoga possibilidade; é por conseguinte evidente, digo, que não é por necessidade que todas as coisas são ou serão. Há contingentes, e por isso, neste caso, a proposição afirmativa não é mais verdadeira do que a negativa, nem uma mais falsa do que a outra [...]<sup>24</sup>.

Torna-se óbvio que as proposições futuras contingentes não são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou falsas, e que o valor-de-verdade da avaliação da proposição futura contingente encontra-se momentaneamente suspenso.

Na quarta etapa do argumento, apresentam-se dois critérios em função dos quais as proposições futuras são qualificadas contingentes, e um critério em função do qual as proposições futuras são qualificadas avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas. Sobre o primeiro critério que justifica as proposições futuras contingentes, se esclarece que o dito não implica em necessária realização, ao se afirmar que

Pouco importa, aliás, que se haja feito uma afirmação ou uma negação, dado ser evidente que o real não é menos do que é, apesar da afirmação ou da negação de ser ou de poder ser, uma vez não ser a afirmação nem a negação que levará os acontecimentos à realização, mesmo que anunciados com dez mil anos de antecedência, ou não importa com outra antecedência qualquer.<sup>25</sup>

Distinguem-se assim dois níveis, o semântico e o ontológico, explicando que o dito, especificamente o que significa em relação ao futuro, por ele mesmo, seja uma afirmação ou uma negação, não é capaz de realizar os acontecimentos. O valor-de-verdade da proposição futura contingente encontra-se momentaneamente suspenso uma vez que ainda não existem fatos, acontecimentos reais, que garantam esta avaliação. Sobre o segundo critério que justifica as proposições futuras contingentes, se esclarece que o que é em potência não implica necessária atualização, ao se afirmar que

[...] (a experiência mostra-nos que os futuros têm por princípio a deliberação e a ação, e que, de um modo geral, as coisas que não estão sempre em ato possuem a potência de ser e de não ser, de modo indiferente) tais coisas tanto podem ser como não ser, e pois, acontecer ou não acontecer.<sup>26</sup>

Conforme esta passagem, se associa à proposição futura contingente o que é em potência, o que pode ou não se atualizar. Indica-se que este critério fundamenta-se na distinção entre o que é em ato e o que é em potência, ao se propor que “[...] não é ao modo dos atuais que se comportam os potenciais, ou ainda não são em ato de ser ou de não ser

<sup>24</sup> Ibid., 9, 19 a, p.138-139.

<sup>25</sup> Ibid., 9, 18 b, p. 137-138.

<sup>26</sup> Ibid., 9, 18 a, p. 138.

[...]”<sup>27</sup>. Esta distinção ontológica entre ato e potência é crucial para a distinção, respectivamente, entre proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou falsas e proposições futuras contingentes. Pois algumas proposições futuras expressam acontecimentos futuros que ocorrerão necessariamente, uma vez que expressam o que é exclusivamente em ato, conforme um modo de ser necessariamente estático, já atualizado, não sujeito ao devir; enquanto outras proposições futuras expressam acontecimentos futuros contingentes, uma vez que expressam o que é em potência, conforme um modo possível de ser, passível de atualização<sup>28</sup>. A seguinte passagem ilustra isso:

O que é deve ser necessariamente quando é, e o que não é não pode ser, quando não é, eis uma afirmação necessária. Mas tanto não significa que tudo o que é será por necessidade, e que tudo o que não é, não será necessariamente.<sup>29</sup>

Em função do exposto, caracterizou-se que algumas proposições futuras devem ser avaliadas necessariamente como verdadeiras ou como falsas, enquanto outras proposições futuras, as contingentes, não são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas.

---

<sup>27</sup> Ibid., 9, 19 b, p. 140.

<sup>28</sup> Bittar (2003, p. 231-233), aborda a questão da contingência futura contida no *Periérmenias*, e destaca que são os fatos que garantem a verdade ou a falsidade do discurso em relação ao futuro. Blanché e Dubucs (1996, p. 44-45) abordam a perspectiva de Aristóteles sobre a proposição futura e destacam a suspensão momentânea da qualificação da proposição futura contingente como verdadeira ou falsa até que o acontecimento em potência incidente nesta proposição tenha se atualizado. Blanché e Dubucs também questionam a fato de que alguns lógicos contemporâneos tenham proposto uma lógica trivalente para resolver a questão. Lopes dos Santos (1998, p. 95) explica que Aristóteles, neste caso, se vê obrigado a abandonar o princípio de bivalência (o que considero um exagero, se considerarmos que Aristóteles suspende tal princípio). Por outro lado, Lopes dos Santos destaca que a perspectiva de Aristóteles é sensata, uma vez que este admite duas teses fundamentais: a de que há uma relação assimétrica entre a verdade e o ser, pois, fica claro que a verdade depende do ser, e não é o ser que depende da verdade; e a de que o conceito de verdade deve ser relativizado em relação ao tempo futuro – teses que, acarretam que o conceito de verdade, por si só, não é capaz de impor o princípio de bivalência para certas proposições futuras. Łukasiewicz (1977, p. 129), expõe que, no caso dos eventos futuros contingentes, Aristóteles adota o ponto de vista indeterminista, consequência da tese de que as coisas que nem sempre são em ato apresentam tanto a possibilidade de ser quanto de não ser, pois não há nada real hoje que possa garantir de modo determinado e preciso que um certo evento ocorra ou não ocorra. Uma vez que a verdade da proposição se apóia na realidade, a proposição futura contingente não é ainda nem verdadeira nem falsa. Sainati (1968, p. 242-246) aborda que a polêmica do *Periérmenias* 9 é uma resposta ao argumento dominador de Diodoro Crono. Eu abordarei o argumento dominador de Diodoro Crono nesta dissertação, sendo que neste argumento defende-se a tese da aplicação irrestrita do princípio da bivalência, que, por sua vez, implica na aceitação de um determinismo universal.

<sup>29</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 9, 19 a, p. 139.

## 1.2 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA

Nesta seção, argumentarei que há determinação semântica do conjunto dos termos da proposição futura de Aristóteles, a partir, fundamentalmente, da caracterização de proposição, corroborada pela noção de termo significativo isolado da proposição enquanto nome ou verbo, e corroborada pela própria noção de significação.

Aristóteles define que a proposição, em função de seu caráter sintático, representa a união de elementos, ao expressar que “É uma proposição que exprime, seja uma coisa, seja uma unidade de coisas resultante da ligação das partes [...]”<sup>30</sup>. Conforme esta caracterização de proposição, toda proposição se expressa enquanto uma unidade, uma vez que os termos da proposição são ligados, unidos. Esta definição de proposição também implica considerar a proposição enquanto uma expressão. A proposição apresenta duas outras características fundamentais, a de caracterizar-se como um enunciado declarativo e simultaneamente caracterizar-se como avaliável. A seguinte passagem ilustra isso: “[...] nenhuma locução é uma enunciação, só o sendo a locução em que há verdade ou falsidade, o que não sucede em todos os casos.”<sup>31</sup>. Assim, a proposição é um enunciado que declara de modo significativo, além de ser avaliável como verdadeira ou como falsa, uma vez que declara de modo determinado. Uma vez que a proposição apresenta uma unidade sintática e é um enunciado de tipo declarativo, que por sua vez implica ser significativo, então a proposição apresenta-se como uma unidade significativa determinada. Se por definição, a proposição apresenta uma unidade significativa determinada, então toda proposição apresenta determinação semântica (como proposto na introdução, há determinação semântica da proposição futura quando houver significação determinada para o conjunto dos termos da proposição futura). Uma vez que, conforme esta caracterização de proposição, toda proposição implica uma unidade sintática semântica, então toda proposição apresenta determinação semântica.

Pode-se retomar a mesma questão a partir de outro viés. Os termos sintáticos da proposição são basicamente: sujeito, verbo e predicado. Toda proposição implica uma predicação determinada, pois se estabelece uma ligação entre os termos da proposição conforme a atribuição sintática categórica, atributiva, simples de predicado em relação ao sujeito. O verbo da proposição, conforme sua função predicativa, liga os outros termos sintáticos. Acerca desta função sintática do verbo, afirma-se que o verbo “[...] indica sempre

---

<sup>30</sup> Ibid., 5, 17 a, p. 126-127.

<sup>31</sup> Ibid., 4, 17 a, p. 125-126.

algo que se predica de outro.”<sup>32</sup>; e que o verbo “[...] é sempre o signo do que se afirma de outro, isto é, de coisas inerentes a um sujeito, ou contidas em um sujeito.”<sup>33</sup>. Esta função predicativa do verbo na proposição é fundamental, exercício sem o qual não haveria sintaxe da proposição, o que implicaria, por sua vez, a impossibilidade de haver a própria proposição. Evidencia-se esta função primordial do verbo ao se propor que “Toda proposição depende necessariamente de um verbo ou da flexão de um verbo [...]”<sup>34</sup>. À medida que se caracteriza a proposição como simples, ilustra-se que a proposição apresenta além de uma unidade sintática, também, concomitantemente, uma unidade semântica. A proposição é simples ao apresentar uma unidade sintática e semântica, conforme uma relação simples em que o predicado pertence em relação ao sujeito. Aristóteles assim define a proposição simples: “A proposição simples é uma emissão de voz com um significado relativo à presença ou ausência de um predicado em um sujeito, em conformidade com os tempos.”<sup>35</sup>. Há pouco, fora dito que a proposição, em função de seu caráter sintático, implica uma unidade sintática determinada. Conjuguar aquele caráter sintático da proposição com esta definição de proposição simples, também permite afirmar que toda proposição é significativa. Assim, a unidade sintática da proposição ocorre concomitantemente com uma unidade semântica. Uma vez que, conforme estas caracterizações, toda proposição apresenta uma unidade sintática e semântica determinada, então se caracteriza novamente, que toda proposição apresenta determinação semântica.

A proposição simples pode ser distinta em dois tipos básicos, conforme esta relação de predicação, que consiste na afirmação e na negação. Acerca destes dois tipos de proposição simples, propõe-se que “A primeira espécie de proposição simples é a *catáfase*, a segunda, é a *apófase*.”<sup>36</sup>. Esta distinção de proposições simples fundamenta-se na relação simples em que o predicado pertence em relação ao sujeito, à medida que esta relação ocorre de modo afirmativo ou negativo. Assim, a proposição é simples conforme esta predicação simples. Neste sentido, Aristóteles afirma que é “[...] simples, por exemplo: afirmar algo de um sujeito e negar algo de um sujeito.”<sup>37</sup>. Logicamente, a proposição simples, tanto a afirmação quanto a negação, conservam as características fundamentais das definições de proposição. Assim, estas proposições, a afirmação e a negação, também apresentam unidade sintática e semântica, assim como também apresentam determinação semântica. As proposições afirmativas

---

<sup>32</sup> Ibid., 3, 16 b, p. 124.

<sup>33</sup> Ibid., 3, 16 b, p. 124.

<sup>34</sup> Ibid., 5, 17 a, p. 126.

<sup>35</sup> Ibid., 5, 17 a, p. 127.

<sup>36</sup> Ibid., 5, 17 a, p. 126.

<sup>37</sup> Ibid., 5, 17 a, p. 127.

ocorrem em função de uma unidade sintática e semântica, resultante da ligação do predicado em relação ao sujeito. Considerando a relação em que o predicado pertence em relação ao sujeito nas afirmações, propõe-se que a “*Catáfase* é uma proposição de algo acerca de outro [...]”<sup>38</sup>. Por outro lado, as proposições negativas ocorrem em função de uma unidade sintática e semântica, resultante da separação do predicado em relação ao sujeito. Considerando a relação em que o predicado pertence em relação ao sujeito nas negações, afirma-se que a “[...] *apófase* é a declaração de que algo está separado de outro.”<sup>39</sup>. Embora Aristóteles não fale de terno ordenado, eu posso sugerir um esquema formal que represente sintaticamente todas as possíveis relações em que o predicado pertence em relação ao sujeito, das proposições simples de Aristóteles, tanto da afirmação quanto da negação, conforme o seguinte terno ordenado <sujeito, verbo, predicado>.

Se por um lado expôs-se que a proposição implica uma unidade sintática e semântica, que por sua vez, permite dizer que há determinação semântica de toda proposição, por outro lado, é preciso dizer que nem todo enunciado é um enunciado proposicional (proposição). Os enunciados podem não se caracterizar como um enunciado proposicional por vários motivos. Destacam-se dois motivos que inviabilizam que um enunciado possa ser uma proposição. Um enunciado pode não ser um enunciado proposicional se não implicar unidade sintática categórica simples de seus termos, tal qual o caso de enunciados interrogativos. Acerca disso expõe-se que “[...] a interrogação carece também ela de unidade [...]”<sup>40</sup>. Por outro lado, um enunciado pode não ser um enunciado proposicional se não puder ser avaliado, como no caso de enunciados exclamativos ou imperativos, tal qual o caso de uma súplica. Neste sentido, propõe-se que “[...] uma súplica é uma enunciação, mas não é, nem verdadeira nem falsa.”<sup>41</sup>. Ou seja, não pode ser considerado um enunciado proposicional o enunciado que não declara de modo determinado, conforme o padrão predicativo sintático categórico simples <sujeito, verbo, predicado>, e que não é avaliável como verdadeiro ou falso.

A partir da distinção entre enunciados proposicionais e enunciados não-proposicionais, pode-se questionar se a proposição futura contingente deve ainda ser considerada um enunciado proposicional, pois, como visto na terceira etapa da seção que trata do argumento de Aristóteles sobre a proposição futura (p. 19-20), o valor-de-verdade da avaliação da

---

<sup>38</sup> Ibid., 6, 17 a, p. 127.

<sup>39</sup> Ibid., 6, 17 a, p. 127.

<sup>40</sup> Ibid., 11, 20 b, p. 148.

<sup>41</sup> Ibid., 4, 17 a, p. 126.



proposição futura contingente encontra-se momentaneamente suspenso<sup>42</sup>. Contudo, é pertinente manter o foco na determinação semântica relativa à ligação dos termos da proposição futura, e nesse aspecto, tanto a proposição futura contingente quanto a proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa apresentam uma unidade sintática e semântica, conforme a caracterização de proposição. A única diferença semântica considerável, em função da significação do conjunto dos termos da proposição futura em relação às proposições pretéritas ou proposições presentes, é a de que a flexão do verbo da proposição futura implica que o conjunto significativo desta signifique em relação ao futuro, diferentemente das proposições pretéritas ou presentes. Em função da caracterização da proposição, deste tipo específico de enunciado que declara de modo determinado, conforme uma unidade sintática e semântica, e que, conseqüentemente, apresenta determinação semântica, decorre que toda proposição futura também implica uma unidade sintática e semântica, e que, conseqüentemente, apresenta determinação semântica, quer da proposição futura contingente e quer da proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa.

Contudo, a determinação semântica de toda proposição futura, e mesmo de toda proposição, depende de que cada um dos termos sintáticos da proposição, considerados isoladamente, também seja significativo de modo determinado. Aristóteles, neste sentido, admite que as proposições simples são exclusivamente formadas a partir de termos que exerçam a função semântica enquanto nome ou verbo, ao afirmar “[...] as afirmações e as negações fazem-se a partir, já de um nome e de um verbo propriamente ditos [...]”<sup>43</sup>. Assim, nome e verbo são considerados elementos fundamentais da proposição, embora isoladamente não possam implicar proposição. Sobre a impossibilidade de que um termo por si só constitua uma proposição, afirma-se que “[...] o nome e o verbo são simples fases, pois é evidente que ao exprimirmos alguma destas coisas não formamos uma proposição [...]”<sup>44</sup>. Além de se

---

<sup>42</sup> Kneale e Kneale (1962, p. 46-56) abordam o *De interpretatione (Periérmenias)* de Aristóteles e julgam que a tese de Aristóteles sobre a proposição futura é ‘estranha e intrigante’, uma vez que este admite que toda proposição é verdadeira ou falsa, mas que nem toda o é necessariamente. Kneale e Kneale expõem que a proposição, por definição, é aquilo que é verdadeiro ou é falso, e que esta definição de proposição apóia-se na tese da bivalência, que por sua vez é corroborada pelos princípios aristotélicos da não-contradição e do terceiro-excluído. Segundo estes autores, Aristóteles erra ao propor o argumento relativo à proposição futura, uma vez que neste se acolhe o princípio do terceiro-excluído concomitante a ‘negação’ do princípio da bivalência. Eu penso que, neste caso, Aristóteles não está negando o princípio da bivalência, mas esclarecendo que a atribuição de valor-de-verdade, verdadeiro ou falso, a certas proposições peculiares deve ser ‘suspensa’, até que haja um parâmetro capaz de aferir o dito. Por outro lado, Kneale e Kneale, como se já ‘previssem’ tal réplica, argumentam que a definição da proposição é tal que não importa o tempo em que se flexiona uma proposição, mesmo o tempo futuro, pois toda proposição é verdadeira ou falsa, independentemente do tempo.

<sup>43</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 10, 19 b, p. 141.

<sup>44</sup> *Ibid.*, 5, 17 a, p. 127.

propor que nome e verbo sejam termos fundamentais para a composição da proposição, explica-se que nome e verbo são semânticos por definição. Todo nome apresenta um significado específico, pois, por definição “O nome é uma locução, que possui um significado convencional, sem referência ao tempo [...]”<sup>45</sup>, podendo ser simples ou composto. Todo verbo também apresenta um significado específico tal como o nome, pois, por definição “Os verbos são em si mesmo nomes, e possuem significação determinada [...]”<sup>46</sup>. Aristóteles propõe que o verbo diferencia-se do nome porque é capaz de significar o tempo, algo que o nome, por si mesmo, não é capaz de fazê-lo, ao definir que “O verbo é o que junta ao seu próprio significado o significado do tempo [...]”<sup>47</sup>. O significado do tempo, no verbo, pode ser flexionado basicamente em três tempos, no passado, no presente e no futuro. Conforme a definição de nome e verbo, destes elementos semânticos fundamentais para a composição da proposição, obviamente cada termo isolado da proposição só pode apresentar significação determinada. Exposta a significação determinada dos termos isolados da proposição, decorre que os termos isolados da proposição futura, tanto a proposição futura contingente quanto a proposição futura que é avaliável necessariamente como verdadeira e como falsa, também apresentam significação determinada, uma vez que a proposição futura é um tipo de proposição, embora futura. Observa-se que a sintaxe dos termos da proposição, depende da significação destes elementos enquanto nome ou verbo. Se não houvesse significação determinada de cada um dos termos da proposição, então a unidade sintática dos termos da proposição resultaria em uma locução sem significação. Ainda que Aristóteles não fale de terno ordenado, eu posso propor um esquema formal semântico que sustente todas as possíveis relações sintáticas em que o predicado pertence em relação ao sujeito, das proposições simples de Aristóteles, afirmação ou negação, conforme o seguinte terno ordenado <nome, verbo, nome>. A inexistência deste terno significativo impossibilitaria a determinação do padrão sintático categórico simples<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Ibid., 2, 16 a, p. 122.

<sup>46</sup> Ibid., 3, 16 b, p. 124.

<sup>47</sup> Ibid., 3, 16 b, p. 123.

<sup>48</sup> Conforme Hegenberg (1995, p. 25), tradicionalmente a proposição de Aristóteles foi formal e geralmente expressa como “S é P”, sendo o sujeito representado por (S) e o predicado representado por (P). Os termos que pudessem exercer a função de S e de P foram denominados de categoremáticos. Além desses termos categoremáticos, há outros termos que podem fazer parte da composição da proposição, os sincategoremáticos. Os termos sincategoremáticos não são tão fundamentais quanto os categoremáticos, mas são importantes uma vez que a expressão adequada de uma proposição requer o uso de conjunções, preposições, artigos, advérbios etc. A expressão sincategoremático (p. 199) também foi tradicionalmente utilizada para designar o termo que não tem significado isoladamente, mas tem significado quando combinado a outros símbolos. Abbagnano aborda que esta distinção entre categoremáticos (2000, p. 121) e sincategoremáticos (p. 902-903) só ganhou relevo a partir da lógica medieval, com Cousin (o primeiro a abordar esta terminologia), Prisciano, Pedro Hispano, S. Tomás, Duns Scot, Ockham. Modernamente foi abordada por Stuart Mill e contemporaneamente por Husserl.

Se, por um lado, os termos isolados da proposição são significativos, por outro lado, é preciso dizer que nem todos os termos da linguagem são significativos. Para Aristóteles, um termo pode ser considerado significativo à medida que este termo, enquanto um nome simbólico, tem a significação fundamentada conforme uma convenção humana<sup>49</sup>. A seguinte passagem ilustra isso:

Quanto à significação convencional, dissemos que nenhuma locução é por natureza um nome, mas só quando o nome se assume como símbolo, pois, mesmo quando sons articulados como os dos animais significam algo, nenhum deles é chamado nome.<sup>50</sup>

Decorre desta passagem que, qualquer termo isolado sem significação não pode ser nome nem verbo. Esta distinção entre termo significativo e termo não significativo é fundamental, pois, conforme a caracterização de proposição, a proposição só pode ser formada por termos significativos, o que implica, logicamente, a impossibilidade de ser formada por termos que não tem significação. Assim, se há algum enunciado que é formado com termos não-significativos, então se inviabiliza que este enunciado seja considerado uma proposição.

Tanto a determinação semântica da proposição futura relativa ao conjunto dos termos da proposição, quanto a significação determinada dos termos isolados da proposição, depende do conceito de significação. A significação, por sua vez, é estabelecida em função de um conjunto de teses inter-relacionadas. Há uma tese geral que propõe que o significado de cada termo deve ser limitado e determinado. Sobre esta tese geral, estabelece-se que

E não fará diferença mesmo se observarmos que uma palavra tem diversos significados, contanto que estes sejam em numero limitado; pois a cada definição se poderia atribuir um nome diferente. Por exemplo: poderíamos dizer que ‘homem’ não tem um significado só, mas vários, um dos quais teria uma definição, isto é, ‘animal bípede’, podendo haver diversas outras definições contanto que fossem em número limitado; pois a cada uma delas se poderia aplicar uma designação distintiva. Se, porém, elas não fossem limitadas, mas disséssemos que a palavra tem um número infinito de significados, evidentemente o raciocínio se tornaria impossível; porquanto não significar a uma só coisa equivale a nada significar, e se as palavras não têm nenhum significado, as nossas argumentações uns com os outros, e até com nós mesmos, ficam reduzidas a nada; pois é impossível pensar se não se pensa uma determinada coisa: mas, se isto é possível, um nome só pode ser atribuído a essa coisa.<sup>51</sup>

---

Abbagnano indica que a distinção categoremático e sincategoremático surgiu muito provavelmente influenciada pela distinção estoica de discurso completo e discurso incompleto.

<sup>49</sup> Neves (1987, p. 64-68) explica que, para Aristóteles, a significação se dá de modo convencional à medida que os nomes são atribuídos como símbolos das coisas. Os nomes, palavras escritas ou faladas, são símbolos dos estados da alma que, por sua vez, se referem às coisas. O significado do nome é sempre adequado, uma vez que é instituído por convenção.

<sup>50</sup> ARISTÓTELES, 1985, II, 2, 16 a, p. 123.

<sup>51</sup> ARISTÓTELES, 1969, IV, 4 1006 a 30 – 1006 b 15, p. 94. (= ARISTOTLE, 1960). Todas as citações da edição brasileira da *Metafísica*, 1969, foram conferidas com a edição da *Metaphysica* de 1960, edição em que W. D. Ross juntamente com M. A. Hon L. L. D. traduzem o texto de Aristóteles diretamente do grego. L. Valandro,

Esta tese explicita que para haver significação, independentemente do fato de que uma palavra possa ter mais de um significado, é necessário que esta palavra significativa tenha pelo menos um significado, e é necessário que esta palavra não tenha infinitos significados. Esta tese também explicita que cada um destes significados deve ser limitado e determinado. Conjuntamente a esta tese geral, destaca-se a necessidade de atribuir a esta palavra um específico nome convencional no ato do estabelecimento do significado determinado, ao se afirmar que “Se houver nome, a determinação será fácil, mas se não há nome, é necessário formar um nome [...]”<sup>52</sup>. Outra tese importante para a significação, fundamenta-se no fato de que o dito não necessariamente expressa todos os significados determinados do ser de que se fala. Acerca disso, propõe-se que “[...] nada impede que o mesmo ente seja ao mesmo tempo homem e branco, e que tenha um sem-número de outros atributos [...]”<sup>53</sup>. A admissão de outros significados determinados para um mesmo ser é justificada em função da distinção significativa entre a substância e as outras categorias que se referem à substância, instituindo-se assim, outra tese fundamental para o estabelecimento de significação. Sobre esta outra tese, propõe-se que

[...] a essência pertencerá, tal qual ‘o que uma coisa é’, primariamente e no sentido simples à substância, e de modo secundário às outras categorias também – não a essência no sentido simples, mas a essência de uma quantidade ou qualidade. Pois dizemos que estas são, ou por equívoco, ou por acrescentar ou subtrair algo no sentido de ‘são’, [...] a verdade é que não usamos a palavra em sentido ambíguo nem no mesmo sentido, mas assim como aplicamos o termo ‘cirúrgico’ em virtude de uma referência à mesma coisa, sem significar uma e a mesma coisa e, no entanto, sem falar ambigualmente; com efeito, um paciente, uma operação e um instrumento são chamados ‘cirúrgicos’ nem por ambigüidade, nem num sentido só, mas com referência a um fim comum.<sup>54</sup>

Esta distinção significativa entre a substância e as demais categorias fundamenta-se no estabelecimento da substância como o que subjaz à significação, enquanto uma referência, e às demais categorias sempre significativas em função desta referência. Assim, sobre uma mesma coisa, pode-se propor mais de uma significação, seja ao considerar a essência da substância em sentido primário, seja ao considerar a essência das demais categorias em sentido secundário. Cada significado das demais categorias é secundário porque depende do

---

por sua vez, na edição brasileira da *Metafísica* de 1969, traduz a *Metafísica* de Aristóteles a partir da versão traduzida de Ross, já em inglês. A partir deste ponto dispensarei a inclusão da expressão ‘(= ARISTOTLE, 1960)’ das notas de rodapé relativas ao livro *Metafísica*, 1969.

<sup>52</sup> ARISTÓTELES, 1985, I, *Categorias*, 7, 7 b, p 73. (= ARISTOTLE, 1984a). Todas as citações da edição portuguesa do *Categorias*, 1985, foram conferidas com a edição inglesa *Categories*, 1984, edição em que E. M. Edghill traduz o texto de Aristóteles diretamente do grego. A partir deste ponto dispensarei a inclusão da expressão ‘(= ARISTOTLE, 1984a)’ das notas de rodapé relativas ao livro *Categorias*, 1985.

<sup>53</sup> ARISTÓTELES, 1969, IV, 4 1007 a 10, p. 95-96.

<sup>54</sup> *Ibid.*, VII, 4, 1030 a 30-1030 b 5, p. 153.

significado da substância. Aristóteles explica esta distinção significativa entre a substância e as demais categorias, ao afirmar que

Em muitos sentidos se diz que uma coisa ‘é’, mas tudo que ‘é’ relaciona-se a um ponto central, uma espécie definida de ser, e não se diz ‘é’ por simples analogia. Tudo que é ‘salutar’ relaciona-se à saúde, isto no sentido de preservá-la, aquilo no de produzi-la, aquele outro no de constituir um sintoma de saúde ou ainda de comportá-la. E o que é ‘médico’ relaciona-se à arte da Medicina, certas coisas sendo assim chamadas porque a possuem, outras por lhe serem naturalmente afins, e outras ainda por serem uma função da arte médica. E não faltam palavras que, como estas, tenham diversos usos. De modo que também são vários os sentidos em que dizemos que uma coisa ‘é’, mas todos eles se referem a um só ponto de partida [...] <sup>55</sup>.

Esta explicação baseia-se na tese de que uma referência significativa pode ter mais de uma significação, embora todas as possíveis significações sejam sempre relativas a uma referência. Decorre do conjunto destas teses que nada impede que um termo referencial tenha vários significados, desde que cada um destes seja determinado, e se atribua um nome diferente para cada um destes significados. Aristóteles está de certa forma a propor uma hierarquia significativa fundamental, uma vez que o significado das coisas pode ser distinto em primário e secundário, respectivamente, conforme a substância e as demais categorias. A seguinte passagem ilustra isso:

Num sentido, ‘o que uma coisa é’ significa a substância e o ‘isto’; noutra sentido, um ou outro dos predicados: quantidade, qualidade, etc. Porquanto, assim como o ‘ser’ pertence a todas as coisas, porém não no mesmo sentido, mas a uma espécie de coisas primariamente e a outras de modo secundário, também ‘o que uma coisa é’ pertence em sentido pleno à substância, mas num sentido pleno às outras categorias. <sup>56</sup>.

Considerando a distinção entre a referência da significação e as demais significações dependentes desta referência, Aristóteles admite ainda uma subdivisão significativa, uma classificação dos conjuntos de palavras significativas conforme uma tábua de categorias, ao propor que

As palavras sem combinação umas com as outras significam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (a substância), o quanto (quantidade), o como (qualidade), com que se relaciona (relação), onde está (lugar), quando (tempo), como está (estado), em que circunstância (hábito), atividade (ação) e passividade (paixão). Dizendo de modo elementar, são exemplos de substância, homem, cavalo; de quantidade, de dois côvados de largura, ou de três côvados de largura; de qualidade, branco, gramatical; de relação, dobro, metade, maior; de lugar, no Liceu, no Mercado; de tempo, ontem, o ano passado; de estado, deitado, sentado; de hábito, calçado, armado; de ação, corta, queima; de paixão, é cortado, é queimado. <sup>57</sup>.

<sup>55</sup> Ibid., IV, 2, 1003 a 30 – 1003 b 5, p. 87-88.

<sup>56</sup> Ibid., VII, 4, 1030 a 20, p. 152.

<sup>57</sup> ARISTÓTELES, 1985, I, 4, 1 b – 2 a, p. 47.

Cada uma destas palavras significativas pode exercer, além da função de termo semântico na proposição, a função de termo sintático da proposição. Qualquer elemento pertencente a uma destas categorias, desta tábua significativa de categorias, pode exercer uma função sintática em uma proposição qualquer. A função sintática do verbo na proposição já fora abordada. Por outro lado, ainda há na predicação outros termos sintáticos básicos, sujeito e predicado. A distinção significativa entre a substância, como primária, e as demais categorias como secundárias, reflete-se na predicação, inclusive na proposição futura, à medida que a substância geralmente não exerce a função de predicado em uma proposição. Acerca da substância geralmente não exercer a função de predicado, afirma-se que “Substância na acepção mais fundamental, primeira e principal do termo, diz-se daquilo que nunca se predica de um sujeito, nem em um sujeito [...]”<sup>58</sup>. A substância geralmente não exerce a função de predicado porque geralmente exerce a função de sujeito, enquanto substrato, em uma proposição. Sobre isso, afirma-se que “[...] o substrato é aquilo de que se predica tudo mais, mas que não é predicado de nenhuma outra coisa.”<sup>59</sup>. Aristóteles, para certos contextos, chega a identificar a substância com o sujeito que exerce uma função sintática em uma predicação, ao propor que “Se considerarmos os vários sentidos de ‘ser’, primeiramente o sujeito é anterior e, por conseguinte, também o é a substância [...]”<sup>60</sup>. A distinção significativa entre a substância como primária, e as demais categorias como secundárias, assim como a distinção das diversas categorias, refletem-se na predicação, inclusive na proposição futura, à medida que as demais categorias, em relação à substância, geralmente exercem a função de predicado em uma proposição. A seguinte passagem evidencia isso:

As modalidades do ‘ser em si’ são exatamente as indicadas pelas figuras de predicação, pois os sentidos de ‘ser’ são em número igual ao dessas figuras. Por conseguinte, como alguns predicados indicam o que é o sujeito, outros a sua qualidade, outros a relação, outros a atividade ou passividade, outros ainda o ‘onde’ ou ‘quando’, ‘ser’ tem um significado correspondente a cada uma destas categorias.<sup>61</sup>.

Assim, todas as demais categorias, em relação à substância, geralmente exercem a função de predicado em uma predicação, assim como em uma proposição<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup> Ibid., 5, 2 a, p. 48.

<sup>59</sup> ARISTÓTELES, 1969, VII, 3, 1029 a, p. 149.

<sup>60</sup> Ibid., V, 11, 1019 a 5, p. 124.

<sup>61</sup> Ibid., V, 7, 1017 a 20-30, p. 120.

<sup>62</sup> Blanché e Dubucs (1996, p. 31-41) apresentam a visão de Aristóteles sobre a proposição, e destacam que medievais e modernos procuraram representar formal e genericamente a proposição de Aristóteles como “S é P”. Blanché e Dubucs expressam que esta visão não apanha a complexidade de variações envolvidas na proposição

Em função do exposto, evidencia-se que há determinação semântica relativa ao conjunto significativo resultante da ligação dos termos da proposição futura. Esta determinação semântica decorre da caracterização de proposição, enquanto uma unidade sintática semântica; assim como é corroborada pela definição de nome e verbo, termos da proposição futura que isoladamente implicam em um significado determinado; assim como também é corroborada pelo conjunto de teses que garantem a significação.

### 1.3 IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS

Nesta seção analisarei a suposição ontológica da proposição futura. Há proposições futuras que apresentam determinação referencial à medida que só referente em ato subjaz ao significado de cada um dos termos da proposição; e há proposições futuras que não apresentam determinação referencial, à medida que pelo menos um referente em potência subjaz ao significado de um dos termos da proposição. Para tanto, sustentarei que subjaz ao significado de cada termo da proposição futura, ser enquanto substância ou ser enquanto uma outra categoria que depende da substância, além de admitir que a substância quanto às demais categorias estão sujeitas aos modos de ser em ato ou em potência.

Conforme exposto na seção anterior, há um significado determinado para cada um dos termos da proposição futura, seja este termo nome ou verbo, fundamentalmente em função de uma significação determinada. A significação determinada que sustenta o significado para cada um dos termos da proposição futura decorre do reconhecimento de um referente determinado. A existência de seres determinados também é explícita conforme a tábua das categorias, conforme esta classificação de classes de palavras que têm significado. Esta tábua de categorias não é apenas uma classificação de classes de palavras, mas fundamentalmente uma classificação ontológica<sup>63</sup>. Se a significação da substância é primária e se a significação das demais categorias é secundária, assim o são em função do reflexo das classes de coisas

---

de Aristóteles, à medida que se desconsidera a possibilidade de variações dos esquemas formais sintáticos e semânticos aplicadas à tábua das categorias.

<sup>63</sup> Kneale e Kneale (1962, p. 31) afirmam que o livro *Categoriais* trata da classificação de coisas que são expressas por tipos de termos, e que estes tipos de termos exercem nas frases, inclusive na proposição, a função sintática de sujeito ou de predicado. Barnes (2001, p. 69-71) expõe que classificação das dez classes de categorias de predicados proposta por Aristóteles é um reflexo na linguagem da classificação das dez classes de categorias de coisas.

que existem<sup>64</sup>. Esta classificação nada mais é do que uma consequência da distinção existencial que subjaz entre os seres básicos que existem, a substância, e os atributos categoriais dessa substância. Embora se admita que os sentidos do ser possam ser múltiplos, estabelece-se a substância como o sentido fundamental do ser, enquanto referência determinada em relação à multiplicidade de coisas que existem, ao se propor que

[...] são vários os sentidos em que dizemos que uma coisa ‘é’, mas todos eles se referem a um só ponto de partida; algumas coisas são pelo fato de serem substâncias, outras por serem modificações da substância, outras por representarem um trânsito para ela, a destruição, a privação ou uma qualidade dela, ou pelo fato de a produzirem ou gerarem, ou por serem termos relativos à substância, ou negações de um desses termos ou da própria substância.<sup>65</sup>

Conforme esta passagem, a substância enquanto um ser existente, é a referência fundamental para estabelecer a significação. A substância também é a referência em relação às outras coisas que existem, porque de todos os seres, de todas as coisas, só a substância é capaz de existir de modo simultaneamente separável e determinado, ao se estabelecer que “[...] tanto a separabilidade como a propriedade de ser uma coisa determinada são atribuídas principalmente à substância.”<sup>66</sup>. Considerar a substância como separável implica pensá-la como aquele tipo de ser que pode existir por si só, uma vez que só ela é capaz de comportar a essência por si só, embora outros seres possam existir de modo agregado a uma substância. Considerando-se a essência como inerente à substância, afirma-se que “[...] a essência pertence às substâncias, quer sozinha, quer principal e primariamente e no sentido pleno.”<sup>67</sup>. Uma vez que Aristóteles afirma que “[...] denotar a essência de um ser significa que ele nada mais é.”<sup>68</sup>, então a substância é determinada, pois, por definição, toda substância apresenta uma essência. Também decorre desta passagem que todo ser é determinado se apresentar uma essência. Ao se considerar que a substância é determinada, e que esta pode ser separável sem que para isso deixe de ser o que é, além de considerar que os outros seres que não são substância não apresentam estas características, então a substância caracteriza-se como o ser primeiro em relação a todos os outros. Sobre o aspecto primeiro da substância, propõe-se que “[...] em vários sentidos se diz que uma coisa é primeira, e em todos eles o é a substância [...]”<sup>69</sup>. A substância é primeira, fundamentalmente porque a substância existe enquanto uma

<sup>64</sup> Conforme Barnes (1995, p. 77), para Aristóteles as coisas existem primariamente como substâncias ou existem de um modo derivado como acidentes da substância. Ou seja, tudo o que existe ou é uma substância ou é um acidente de uma substância.

<sup>65</sup> ARISTÓTELES, 1969, IV, 2, 1003 b 5, p. 87-88.

<sup>66</sup> Ibid., VII, 3 1029 a 25, p. 150.

<sup>67</sup> Ibid., VII, 5, 1031 a 10, p. 155.

<sup>68</sup> Ibid., IV, 4 1007 a 25, p. 96.

<sup>69</sup> Ibid., VII, 1, 1028 a 30-35, p. 148.



referência para a existência dos outros seres. Todas as demais categorias são caracterizadas em função de uma relação de dependência em relação à substância, e assim estabelece-se que estas categorias não podem existir separadamente, nem independentemente. Acerca da impossibilidade das demais categorias existirem separadamente da substância, expõe-se que “[...] nenhuma das categorias, fora a substância, pode existir separadamente.”<sup>70</sup>. Sobre a impossibilidade das demais categorias existirem independentemente da substância, estabelece-se que “[...] salvo a substância, nenhuma das demais categorias pode existir independentemente.”<sup>71</sup>. A impossibilidade das demais categorias existirem separadamente e independentemente da substância, decorre do fato de que as categorias não podem comportar a essência em sentido primário, mas apenas a essência em sentido secundário enquanto um atributo agregado à substância. A seguinte passagem evidencia isso:

[...] a essência pertencerá, tal qual ‘o que uma coisa é’, primariamente e no sentido simples à substância, e de modo secundário às outras categorias também – não a essência no sentido simples, mas a essência de uma quantidade ou qualidade. Pois dizemos que estas são, ou por equívoco, ou por acrescentar ou subtrair algo no sentido de ‘são’ [...] <sup>72</sup>.

No caso das categorias, a essência também é fundamental para caracterizá-las como determinadas. Embora as demais categorias, em relação à substância, sejam atributos agregados, dependentes, não separadas, segundas, nem por isso deixam de ser determinadas, nem por isso deixam de ser. Sobre este caráter determinado das categorias, em relação à substância, se propõe que

[...] em vários sentidos se pode dizer que uma coisa ‘é’. Num desses sentidos, ‘ser’ significa ‘o que uma coisa é’, ou uma essência; noutro, designa uma qualidade, uma quantidade ou algum outro atributo desse gênero [...] <sup>73</sup>.

Deste modo, evidencia-se que as demais categorias em relação à substância também são seres e determinados. Contudo, a existência determinada de cada um dos seres pertencentes às demais categorias é dependente da existência determinada da substância, uma vez que a substância suporta outros predicados enquanto uma referência. Em relação a isso, se afirma que

[...] só a substância é definível. Porque se as outras categorias também o são, deve ser pelo acréscimo de um determinante [...] num sentido nada terá definição e nada terá essência, exceto as substâncias, ao passo que num segundo sentido outras coisas também a terão. <sup>74</sup>.

<sup>70</sup> Ibid., XII, 1, 1069 a 25, p. 249.

<sup>71</sup> Ibid., VII, 1, 1028 a 30-35, p. 148.

<sup>72</sup> Ibid., VII, 4, 1030 a 30, p. 153.

<sup>73</sup> Ibid., VII, 1, 1028 a 10, p. 147.

<sup>74</sup> Ibid., VII, 5, 1031 a 1-10, p. 154-155.

Assim, tanto a substância quanto as demais categorias são seres determinados, e, cada termo significativo da proposição futura espelha, fundamentalmente, um destes seres determinados.

Contudo, a questão de haver um referente determinado, que subjaz ao significado de cada um dos termos da proposição futura ainda não está exaurida, uma vez que Aristóteles admite que qualquer ser sujeita-se a modos específicos de existir, em ato ou em potência. Acerca destes modos de ser, estabelece-se que

Temos tratado do ser primeiro, a que se referem todas as demais categorias do ser – isto é, a substância. Efetivamente, é devido à sua relação com a substância que se diz que as outras coisas – a quantidade, a qualidade etc. – são. [...] E, visto que o ser não só se divide em substância, qualidade e quantidade, mas também há o ser em potência e em ato, o ser considerado relativamente à função, falemos de potência e do ato.<sup>75</sup>

Ato e potência são modos de existir fundamentais para a compreensão da noção de devir a que os seres estão sujeitos. Ato e potência também representam modos de ser distintos e opostos. Sobre estes modos de ser distintos e opostos, propõe-se a seguinte analogia:

O ato, pois, é um modo de existir oposto ao que chamamos ‘potência’ [...] Não devemos buscar a definição de tudo, mas às vezes é preciso contentar-nos com analogias; o ato é, pois, como o que constrói em relação ao que é capaz de construir, como o desperto relativamente ao que dorme, o que vê com respeito ao que tem os olhos fechados sem ser privado da visão, como o objeto feito de madeira relativamente à madeira, e a obra acabada com relação à incompleta. Que o ato seja definido por uma destas antíteses e a potência pelo outro.<sup>76</sup>

Estes modos de existir em ato e em potência são aplicáveis ao ser, respectivamente, enquanto existência real e enquanto existência capaz de ser realizada, e neste sentido, são ditos modos de ser opostos<sup>77</sup>. Admite-se que o que é em potência tem a capacidade de ser realizada, capacidade que pode ou não ser realizada, ao se afirmar que “[...] o que existe potencialmente pode existir ou não existir; a mesma coisa, pois, é capaz tanto de ser como de não ser.”<sup>78</sup>. Por outro lado, está implícito que o que é em ato já se encontra realizado, ao se expressar que “[...] das coisas não existentes algumas existem em potência; mas não têm existência real, por não existirem em ato.”<sup>79</sup>. O ser determinado que subjaz ao significado de cada um dos termos da proposição futura, submete-se a pelo menos uma desses modos de ser, em ato ou em potência.

<sup>75</sup> Ibid., IX, 1, 1045 b 25-35, p. 190.

<sup>76</sup> Ibid., IX, 6, 1048 a 30- 1048b, p. 196-197.

<sup>77</sup> Segundo Ross (1969, p. 24-25), Aristóteles percebe que o conceito de potência é extremamente delicado, razão pela qual são apresentadas analogias para tentar explicar esta relação entre ato e potência.

<sup>78</sup> ARISTÓTELES, 1969, IX, 8, 1050 b 10, p. 202.

<sup>79</sup> Ibid., IX, 3, 1047 b, p. 194.

Um ser, substância ou atributo categorial da substância, pode existir de três modos em ato ou em potência. Um ser tanto pode existir só em ato e não em potência, ao se admitir que, “[...] é preciso determinar quando um ser é ou não é potencialmente outro ser, pois nem sempre há potência.”<sup>80</sup>. Também há o caso em que um ser pode existir só em potência e não em ato, ao se propor que “[...] uma coisa pode existir em potência e não em ato [...]”<sup>81</sup>. Além desses dois casos, também se admite que um ser pode existir tanto em ato quanto em potência, ao se expressar que “Algumas coisas são apenas em ato, outras em potência e outras tanto em potência como em ato [...]”<sup>82</sup>. Esta distinção é crucial, pois em função dela estabelece-se que há apenas três casos que especificam o modo como um ser pode existir, em ato ou em potência, como um referente que subjaz ao significado de um termo da proposição futura.

O ser em ato e o ser em potência que podem subjazer ao significado de um termo da proposição futura implicam respectivamente num referente determinado e num referente que tende a ser determinado. O ser que é em ato e subjaz como referente ao significado de um termo da proposição futura, caracteriza-se por existir de modo necessário, enquanto um modo de existir determinado. O ser que é em potência e subjaz como referente ao significado de um termo da proposição futura, caracteriza-se por existir de modo possível, enquanto um modo de existir que tende a ser determinado, pois a existência do ser em potência só pode se mover em direção ao ato. Este modo de existir em potência ainda não é determinado porque ainda não é real, não é atual.

Aristóteles expõe que o que é em potência só pode dirigir-se ao que é em ato, e, neste sentido, que este encaminhar implica que o que é em potência dirige-se ao que é determinado. A seguinte passagem ilustra isso: “[...] como uma coisa pode ‘ser’ em dois sentidos, devemos dizer que tudo muda do que é em potência para o que é em ato, p. ex., do potencialmente branco para o atualmente branco [...]”<sup>83</sup>. Neste caso, identifica-se o ato como um fim determinado, em função do qual a potência dirige-se, em função do qual a potência irá realizar-se. Esta outra passagem também ilustra que o que é em potência como um modo de ser que tende a ser determinado, uma vez que existe em função do que é em ato: “[...] tudo que vem a ser move-se em direção a um princípio, isto é, um fim (aquilo que para existe um ser é o seu fim, e o devir se dirige ao fim); ora, o ato é o fim, e a potência existe em vista desse fim.”<sup>84</sup>.

---

<sup>80</sup> Ibid., IX, 7, 1049 a, p. 198.

<sup>81</sup> Ibid., IX, 3, 1047 a 20, p.194.

<sup>82</sup> Ibid., XI, 9, 1065 b 5, p. 239.

<sup>83</sup> Ibid., XII, 2, 1069 b 15, p. 250.

<sup>84</sup> Ibid., IX, 8, 1050 a 5-10, p. 200.

Conforme o exposto, decorre que o referente em ato que subjaz ao significado da proposição futura é determinado; enquanto o referente em potência que subjaz ao significado da proposição futura tende a ser determinado, mas nada garante a determinação, a ‘atualização’ deste referente.

Ainda se faz necessário aprofundar a investigação da distinção entre ato e potência, em função da atualização, uma vez que o caso da proposição futura contingente é caracterizado em função da não necessidade de atualização daquilo que é referido em potência<sup>85</sup>. A distinção entre estes dois modos de ser, ato e potência, também considera que tudo aquilo que existe enquanto uma potência, enquanto uma existência a ser realizada, enquanto capaz, pode comportar contrários, ao mesmo tempo; enquanto tudo aquilo que existe realmente, em ato, enquanto presente, não pode comportar dois contrários ao mesmo tempo. Sobre esta compatibilidade de contrários do que é potencial, e a incompatibilidade de contrários do que é em ato, afirma-se que

[...] a mesma coisa pode ser ao mesmo tempo ‘ente’ e ‘não-ente’, porém não na mesma acepção de ‘ser’. Com efeito, a mesma coisa pode ser potencialmente dois contrários ao mesmo tempo, porém não atualmente.<sup>86</sup>

Acerca deste mesmo caráter do que é em potência e é em ato, propõe-se que

Todos os seres que dizemos capazes de alguma coisa são capazes igualmente dos contrários, p. ex., aquele de quem se diz que pode estar são, também pode estar enfermo e tem ambas as potências ao mesmo tempo; [...] A capacidade dos contrários está, pois, presente ao mesmo tempo, mas os contrários não podem estar, e muito menos os contrários em ato, como a saúde e a doença.<sup>87</sup>

Evidencia-se assim, que o que é em potência pode apresentar capacidades contrárias. Contudo, não é necessário que aquilo que existe como um dos contrários potenciais atualize-se. Aristóteles é enfático: “o que é potencial pode atualizar-se ou não.”<sup>88</sup>. A concepção da proposição futura contingente depende desta tese. A atualização daquilo que é referido em potência pode não ocorrer. Não é necessário que aquilo que é referido na proposição futura contingente enquanto potência se atualize, embora exista a possibilidade de que um dos contrários potenciais atualize-se.

<sup>85</sup> Barbosa Filho (1999, p. 20-21) discute a posição de Aristóteles sobre a proposição futura, e afirma que este pré-supõe uma assimetria temporal entre o passado e o futuro, uma vez que a proposição passada é necessária e que há proposições futuras contingentes. A distinção de Aristóteles, entre ato e potência, sugere que há apenas um passado necessário e que há muitos futuros contingentes. Uma vez que só aquilo que é em potência tem a capacidade de mudar, o passado se difere do futuro uma vez que o primeiro não apresenta a potência de ser ou de não-ser, enquanto o futuro ainda pode apresentar tal capacidade.

<sup>86</sup> ARISTÓTELES, 1969, IV, 5, 1009 a 30-35, p. 101.

<sup>87</sup> Ibid., IX, 8, 1051 a 5-10, p. 203.

<sup>88</sup> Ibid., XIII, 2, 1088 b 20, p. 298.

Por outro lado, admite-se que, se a atualização ocorrer, ocorrerá conforme um modo específico, ao se defender que

[...] não é necessário que todas as potencialidades se atualizem. Por outro lado, se os elementos só existem em potência, poderia dar-se o caso de não existir tudo o que existe. Pois também é possível o que ainda não é, e o que não é vem a ser, porém nada vem a ser que não tenha potência de ser.<sup>89</sup>

O ser pode atualizar-se ou não, é uma possibilidade. Mas o ser só pode atualizar-se se já houver anteriormente capacidade potencial, interna ou externa, para esta passagem. A atualização da potência ao ato, em um ser, pode ocorrer se forem satisfeitas as seguintes condições. A primeira condição implica que a atualização pode ocorrer se algo existe. Sobre esta primeira condição, afirma-se que “[...] só o que é pode mudar, uma vez que a mudança se faz de algo para algo.”<sup>90</sup>. Admite-se que a segunda condição implica que a atualização pode ocorrer se este algo está em condições de existência a ser realizada, enquanto potência, ao se propor que “[...] tudo vem a ser daquilo que é – em potência, entenda-se, e não em ato.”<sup>91</sup>. A terceira condição implica que a atualização pode ocorrer se não há qualquer impossibilidade a esta passagem. Sobre esta terceira condição estabelece-se que

[...] uma coisa é capaz de produzir determinado efeito quando a sua passagem da potência ao ato não envolve nenhuma impossibilidade. Digo, por exemplo, que um ser é capaz de sentar-se e tem o poder de fazê-lo, não haverá nenhuma impossibilidade em sentar-se realmente; e, do mesmo modo quanto à capacidade de mover-se ou ser movido, de por a si mesmo ou a algum outro ser em pé, de ser ou de vir a ser, e de não ser ou não vir a ser.<sup>92</sup>

Conforme a caracterização de atualização, decorre a não necessidade de que tudo aquilo que é em potência venha a atualizar-se. Conforme a caracterização de atualização, no caso da proposição futura contingente, o referente que é em potência e subjaz ao significado de um termo da proposição futura pode não se atualizar. Se há pelo menos um referente em potência que subjaz ao significado de um termo da proposição futura, então esta proposição qualifica-se como uma proposição futura contingente. Se só há referente em ato que subjaz ao significado de cada um dos termos da proposição futura, então esta proposição qualifica-se como uma proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa. Toda proposição futura que só apresenta referente em ato que subjaz ao significado dos termos desta proposição implica em determinação referencial, uma vez que tal proposição refere o que é necessariamente determinado. Toda proposição futura que apresenta referente em

<sup>89</sup> Ibid., III, 6, 1003 a, p. 86.

<sup>90</sup> Ibid., IV, 8, 1012 b 25, p. 109.

<sup>91</sup> Ibid., XII, 2, 1069 b 20, p. 250.

<sup>92</sup> Ibid., IX, 3, 1047 a 20-25, p. 194.

potência que subjaz ao significado de um termo desta proposição implica em indeterminação referencial, uma vez que tal proposição refere o que não é necessariamente determinado.

O seguinte argumento de Aristóteles, exposto no tratado *Do Céu*, reforça a tese de que a atualização do referente que é em potência e subjaz ao significado de um termo de uma proposição futura não é necessária:

Além disso, não é verdadeiro dizer agora que um tempo passado existe, nem dizer em um tempo passado que este tempo existe agora. É, pois, impossível que, se em algum tempo não existiu, seja agora eterno, porque, logo neste agora, teria a potência de não ser. Não que não exista quando realmente existe – pois é ser em ato –, sim em um ano passado e em um tempo já passado. Existe, pois, em ato aquilo que tem a potência deste ato. Será, pois, verdadeiro dizer agora que ele não existia no ano passado ou em um tempo anterior. Mas isto é impossível, pois não existe nenhuma potência relativa ao ser no passado, mas é sempre no presente e no futuro. Analogamente, é o mesmo com a noção de eternidade que logo não o é, pois terá a potência de uma coisa que não existe em ato. De maneira que se admitimos o que pede, será verdade dizer agora que existia o ano passado, em um tempo já absolutamente acabado.<sup>93</sup>

Conforme este argumento, se uma proposição futura não se diferenciava de uma proposição pretérita, então todo ser existente não se diferenciaria do ser não-existente; e, então todo ser em potência não se diferenciaria do ser em ato. Por outro lado, fica claro que o referente que é em potência e subjaz ao significado de um termo da proposição futura, existe potencialmente em relação ao futuro, e não em relação ao passado, pois a capacidade do que é em potência pode atualizar-se, embora também se explicita que não é necessário que este ser em potência, que refere em uma proposição futura, atualize-se<sup>94</sup>.

Em função do exposto, apresenta-se determinação referencial de toda proposição futura que só referente em ato subjaz ao significado de cada termo da proposição futura. Por outro lado, não se apresenta determinação referencial de toda proposição futura que pelo menos um referente em potência subjaz ao significado de um termo da proposição futura, uma vez que aquilo que é em potência tende a ser determinado, mas ainda não o é. As proposições futuras contingentes significam algo em potência, algo que não necessariamente se atualiza. Disso procede a indeterminação da proposição futura quanto ao seu valor-de-verdade.

<sup>93</sup> ARISTÓTELES, 1953, *De Caelo*, I, 12, 283 b 5-20, (tradução nossa).

<sup>94</sup> Zingano (1999, p. 441-454) discute *Caelo* I, 12 e o princípio da plenitude. O princípio da plenitude implica que toda possibilidade genuína se realiza em algum momento. Zingano explica que Aristóteles não aceita este princípio, e a passagem que fundamenta a não aceitação deste princípio está justamente no *Periérmenias* 9. Zingano também expõe que Hintikka, em *Time and necessity*, erra ao atribuir a Aristóteles a aceitação do princípio da plenitude; assim como também erra ao interpretar a posição de Aristóteles atribuindo-lhe a justificação do determinismo (p. 113), desqualificando-o como incapaz para responder satisfatoriamente ao determinismo que decorre do argumento dominador de Diodoro Crono (p. 182).

## 1.4 DETERMINAÇÃO LÓGICA

Nesta seção argumentarei que toda proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa apresenta determinação lógica, uma vez que há um conjunto de teses lógicas que sustentam a avaliação deste tipo de proposição, conforme a atribuição de um único valor-de-verdade; e também que, toda proposição futura contingente apresenta determinação lógica incompleta, uma vez que existe um conjunto de teses lógicas que orientam a avaliação desta proposição, mas fica claro que a atribuição de valor-de-verdade a esta proposição se encontra momentaneamente suspensa.

Para cumprir este objetivo, exporei o modo de avaliar a proposição a partir de teses lógicas. Esta avaliação da proposição é essencialmente juízo, que por sua vez, depende da capacidade do pensamento de unir ou desunir conceitos, considerando-se a correspondência e os axiomas como orientações, acerca dos limites e alcances desta união e desunião de conceitos, além do estabelecimento do que existe, da realidade, como domínio para proferir a avaliação, conforme a caracterização da verdade<sup>95</sup>.

A primeira tese lógica que irei abordar diz que é o pensamento que, em função de sua capacidade, combina, une, agrega, junta ou desune conceitos correspondentes aos termos sintáticos sujeito e predicado, enquanto uma unidade. Estes conceitos referem-se, sobretudo, à substância e às demais categorias. E a proposição – esta unidade formada por conceitos – é consequência da atividade do pensamento. O pensamento ao constituir a proposição, também se qualifica para avaliá-la (ajuizá-la), constituindo-se uma outra tese lógica fundamental. Acerca destas duas teses afirma-se que

[...] o que é no sentido de ser verdadeiro, ou não é no sentido de ser falso, depende da combinação e da separação, e a verdade e a falsidade conjuntamente dependem da disposição de um par de juízos contraditórios (pois o juízo verdadeiro afirma quando o sujeito e o predicado realmente se combinam e nega quando eles se separam, enquanto o juízo falso tem a disposição oposta; [...] por ‘conjunta ou separadamente’ entendo pensá-las de modo que não haja sucessão nos pensamentos, mas estes constituam uma unidade); com efeito, falsidade e verdade não se encontram nas coisas: não é que o bem seja verdadeiro ou o mau, falso em si mesmo – mas no pensamento; enquanto, no que tange os conceitos simples e às essências, falsidade e verdade não existem sequer no pensamento; [...] a combinação e a separação se encontram no pensamento e não nas coisas, e o que é neste sentido constitui uma espécie de ‘ser’ diferente das coisas que são no sentido pleno (pois que o pensamento agrega ou separa quer a essência do sujeito, quer o fato de possuir ele qualidade, quantidade, ou algum outro atributo) [...]”<sup>96</sup>.

<sup>95</sup> Neves (1987, p. 61) explica que o termo realidade não é próprio da antiguidade grega, mas um termo moderno, e que tal termo deve ser adequadamente entendido como aquilo que é relativo ao ser.

<sup>96</sup> Ibid., VI, 4, 1027 b 15-30, p. 146.

Conforme esta passagem, esclarece-se que o valor-de-verdade que pode ser atribuído à proposição pelo pensamento é o verdadeiro ou o falso, constituindo-se outra tese lógica fundamental que orienta a avaliação da proposição. Sobre esta mesma tese, e neste sentido sobre a atribuição de valor-de-verdade pelo pensamento à proposição, estabelece-se que

[...] como é evidente pela definição, o pensamento ou afirma ou nega todo objeto de razão ou de compreensão sempre que diz uma verdade ou uma falsidade. Quando une os conceitos de certo modo pela afirmação ou pela negação, diz a verdade; quando o faz de outro modo, diz uma falsidade.<sup>97</sup>

O valor-de-verdade da proposição – verdadeiro ou falso – depende do modo como se une ou separa os conceitos em uma proposição<sup>98</sup>. Em uma proposição afirmativa ocorre uma união lógica de conceitos, ocorre uma ligação do predicado em relação ao sujeito. Em uma proposição negativa ocorre uma desunião lógica de conceitos, ocorre um desligamento do predicado em relação ao sujeito. O pensamento, ao avaliar uma proposição, deve considerar que há três espécies de relação de união ou desunião de conceitos: (1) os conceitos estão sempre unidos e não podem ser desunidos; (2) os conceitos estão sempre desunidos e não podem ser unidos; ou (3) podem tanto ser desunidos quanto unidos. Acerca destas três possíveis combinações de conceitos, propõe-se que

[...] algumas coisas estão sempre combinadas e não pode haver separação delas, e outras estão sempre separadas e são incapazes de combinar-se, enquanto uma terceira classe de coisas são capazes tanto de combinação como de separação [...]<sup>99</sup>.

Neste sentido, ao se aferir qualquer proposição, deve-se considerar se a relação estabelecida entre os conceitos envolvidos é pertinente. Outra tese fundamental para a avaliação da proposição, deve considerar uma correspondência da relação proposta entre os conceitos envolvidos na proposição com as combinações da realidade. A avaliação da proposição – afirmação ou negação – como verdadeira, é consequência de uma união ou desunião de conceitos, conforme as coisas significam e correspondem ao ser. A seguinte passagem ilustra isso:

Quanto ao que ‘é’ no sentido de ser verdadeiro [...] consiste no que o pensamento afirma ou nega do sujeito e é uma afecção do próprio pensamento; por isso não se buscam os princípios do que ‘é’ neste sentido, mas sim do exterior e independente [...]<sup>100</sup>.

<sup>97</sup> Ibid., IV, 7, 1012 a, p. 107.

<sup>98</sup> Neves (1987, p. 67-68) expõe que, para Aristóteles, a afirmação é uma ligação de conceitos produzida no pensamento que retrata aquilo que é unido na realidade, enquanto a negação é uma separação de conceitos também produzida no pensamento que retrata aquilo que é separado na realidade. O valor-de-verdade da proposição decorre verdadeiro ou falso conforme a aferição daquilo que foi expresso em conceitos reproduz efetivamente a ligação ou separação das coisas.

<sup>99</sup> ARISTÓTELES, 1969, IX, 10, 1051 b 5-10, p. 204.

<sup>100</sup> Ibid., XI, 8, 1065 a 20, p. 239.



Por outro lado, a avaliação da proposição – afirmação ou negação – como falsa é consequência lógica de uma união ou desunião de conceitos, conforme as coisas significam e correspondem ao não-ser. Sobre isso, afirma-se que

‘Falso’ se diz (1) do que é falso como coisa, e isto (a) porque não corresponde ou não pode corresponder a verdade [...] (b) [...] chamamos falsas as coisas ou porque elas próprias não existam, ou porque não exista aquilo que dão a impressão de serem.<sup>101</sup>

A proposição é falsa quando se atribui uma essência ao sujeito desta predicação, sem que de fato esta essência lhe pertença. A proposição também é falsa quando se retira uma essência do sujeito desta predicação, e esta essência de fato lhe pertence. Acerca destes dois modos como a proposição pode ser falsa, estabelece-se que “[...] de exatamente duas maneiras um predicado pode não ser verdadeiro de um sujeito *propter se*, e uma delas resulta do acréscimo e a outra da omissão de um determinante.”<sup>102</sup>. Assim, a avaliação da proposição – afirmação ou negação – deve considerar a correspondência entre a realidade e os conceitos da predicação para se atribuir um valor-de-verdade, verdadeiro ou falso. Sobre isso, afirma-se que “[...] o juízo verdadeiro afirma quando o sujeito e o predicado realmente se combinam e negam quando eles se separam, enquanto o juízo falso tem a disposição oposta [...]”<sup>103</sup>. O conceito de correspondência também é fundamental para avaliar qualquer proposição, à medida que orienta o pensamento acerca do isomorfismo entre o que há com determinação, o que é dito com significação determinada e o que é pensado com acerto. A correspondência fundamenta-se em uma referência, um ponto fixo em função do qual se estabelecem relações, e este nó é a substância. Há claramente, uma relação de correspondência entre a substância que existe e o significado da expressão que a refere. Quanto a esta relação de correspondência, propõe-se que “[...] a substância de cada ser, p. ex. Cálias, é em si Cálias e o que significa ser Cálias [...]”<sup>104</sup>. Também há uma relação de correspondência entre a substância que existe e o modo lógico como esta deve ser pensada com acerto, em função da avaliação de uma proposição. Sobre esta relação de correspondência, estabelece-se que “Tu não és pálido pelo fato de pensarmos com acerto que o és, mas é por ser pálido que dizemos a verdade quando afirmamos isso.”<sup>105</sup>. Logo, em função da substância, por associação, estabelece-se correspondência entre o existir (ontológico), o significar (semântico) e o pensar

<sup>101</sup> Ibid., V, 29, 1024 b 15-25, p. 139.

<sup>102</sup> Ibid., VII, 4, 1029 b 30, p. 151.

<sup>103</sup> Ibid., VI, 4, 1027 b 15-30, p. 146.

<sup>104</sup> Ibid., V, 18, 1022 a 25, p. 132.

<sup>105</sup> Ibid., IX, 10, 1051 b 5, p. 204.

com acerto (lógico). Admite-se ainda, uma relação de correspondência entre os modos categoriais de ser e os modos categoriais de significar, ao se afirmar que

As modalidades de ‘ser em si’ são exatamente as indicadas pelas figuras de predicação, pois os sentidos de ‘ser’ são em número igual ao dessas figuras, por conseguinte, como alguns predicados indicam o que é o sujeito, outros a sua qualidade, outros a quantidade, outros a relação, outros a atividade ou passividade, outros ainda o ‘onde’ ou o ‘quando’, ‘ser’ tem um significado correspondente a cada uma destas categorias.<sup>106</sup>

Conforme esta passagem, os modos de ser são exatamente correspondentes aos modos de significar. Os axiomas já expressam de modo implícito esta correlação em sua caracterização. Para Aristóteles, “Os axiomas são o que há de mais universal e os princípios de todas as coisas.”<sup>107</sup>. Os axiomas são definidos como princípios universais porque qualquer coisa subordina-se logicamente a eles, quer ao existir de modo determinado, quer ao ser pensada com acerto, quer ao ser dita com significação; são princípios básicos a que todas as coisas se subordinam, inclusive para um pensar coerente, e assim especificamente, auxiliam na avaliação de qualquer proposição<sup>108</sup>. Destacam-se como princípios, o axioma da não-contradição e o axioma do terceiro-excluído. Propõe-se o axioma da não-contradição como um axioma primeiro, em função do qual dependem todos os demais axiomas, ao se afirmar que “[...] todos os que empreendem uma demonstração a reduzem a este princípio como axioma primeiro, pois ele é o ponto de partida natural de todos os demais axiomas.”<sup>109</sup>. Este axioma da não-contradição se caracteriza como um princípio elementar, evidente, embora não demonstrável. A seguinte passagem ilustra isso:

[...] é a qualquer coisa impossível ser e não ser simultaneamente, mostrando assim que esse é o mais indiscutível de todos os princípios. – Alguns, na verdade exigem que também ele seja demonstrado, mas isso provém da sua ignorância, pois não saber de que coisas se deve requerer prova e de quais não se deve, revela falta de instrução. Efetivamente, é impossível dar demonstração de tudo [...] se há coisas de que não se deve exigir prova, nenhuma mais evidente do que esta poderiam eles apontar.<sup>110</sup>

A auto-evidência do axioma da não-contradição é proposta como seu fundamento. Uma vez que o axioma da não-contradição é apresentado como evidente, então deve ter vasta aplicação. Sobre esta vasta aplicação do axioma da não-contradição, propõe-se que

[...] compete ao filósofo, isto é, ao que estuda a natureza de toda a substância, pesquisar também os princípios do silogismo. Mas quem conhece cada gênero deve

<sup>106</sup> Ibid., V, 7, 1017 a 20-25, p. 120.

<sup>107</sup> Ibid., III, 2, 997 a 10, p. 73.

<sup>108</sup> Conforme Ross (1969, p. 7), os axiomas, enquanto princípios, explicitam uma lei básica aplicável ao ser e também ao pensamento.

<sup>109</sup> ARISTÓTELES, 1969, IV, 3, 1005 b 30, p. 93.

<sup>110</sup> Ibid., IV, 4, 1006 a 5-10, p. 93.

ser capaz de enunciar os princípios mais certos que a ele pertencem, de modo que aquele cujo campo de pesquisa são as coisas existentes enquanto existentes deve estar em condições de enunciar os princípios mais certos de todas as coisas. Esse é o filósofo, e o princípio mais certo de todos é aquele sobre o qual não há engano possível; tal princípio deve ao mesmo tempo, ser o mais bem conhecido (pois todos os homens podem errar a respeito das coisas que não conhecem), e não ser hipotético [...] evidentemente, pois, um tal princípio é o mais certo de todos; qual seja ele, é o que vamos dizer agora: o mesmo atributo não pode, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito com relação à mesma coisa [...]<sup>111</sup>.

Em função de sua aplicação ampla, o axioma da não-contradição aplica-se ao âmbito semântico, ontológico e lógico. No âmbito semântico, a aplicação do axioma da não-contradição orienta o pensamento acerca da impossibilidade de um atributo e seu contrário, em ato, serem ditos com significado como pertencentes a um mesmo ser, em uma mesma relação, ao mesmo tempo. Sobre esta aplicação semântica do axioma da não-contradição, afirma-se que “[...] se termos contraditórios podem ser igualmente predicados de cada sujeito, uma coisa em nada diferiria da outra [...]”<sup>112</sup>. No âmbito ontológico, a aplicação do axioma da não-contradição orienta o pensamento acerca da impossibilidade de um atributo e seu contrário, em ato, existirem em um mesmo ser, em uma mesma relação, ao mesmo tempo. Sobre esta aplicação ontológica do axioma da não-contradição propõe-se que

[...] não será possível, ser e não-ser a mesma coisa, salvo por ambigüidade, como por exemplo, se alguém a quem chamamos ‘homem’, outros lhe chamassem ‘não-homem’; mas o ponto em discussão não é saber se o mesmo ente pode a um tempo ser e não ser homem quanto ao nome, e sim quanto ao fato.<sup>113</sup>

Ainda acerca desta impossibilidade de um atributo e seu contrário, em ato, existirem em um mesmo ser, em uma mesma relação, ao mesmo tempo, afirma-se que “Há um princípio nos seres, relativamente ao qual não podemos enganar-nos, mas devemos sempre reconhecer a verdade, a saber: não é possível que uma coisa ao mesmo tempo seja e não seja, ou que admita qualquer oposição, dessa espécie.”<sup>114</sup>. No âmbito lógico, a aplicação do axioma da não-contradição orienta acerca da impossibilidade de um atributo e seu contrário, em ato, serem pensados como pertencentes a um mesmo ser, em uma mesma relação, ao mesmo tempo. A avaliação de qualquer proposição aristotélica também deve considerar a aplicação do axioma da não-contradição, pois decorre que a proposição deve ser uma afirmação ou uma negação, e não pode ser estes dois tipos de proposição ao mesmo tempo. O axioma da não-contradição é fundamental para se pensar, para se avaliar uma proposição, contudo, não é o único. Outro axioma que Aristóteles destaca é o axioma do terceiro-excluído. O axioma do

<sup>111</sup> Ibid., IV, 3, 1005 b 5-20, p. 92.

<sup>112</sup> Ibid., IV, 4, 1008 a 25, p. 98.

<sup>113</sup> Ibid., IV, 4, 1006 b 15-20, p. 95.

<sup>114</sup> Ibid., XI, 5, 1061 b 35 - 1062 a, p. 232.

terceiro-excluído estabelece a impossibilidade de haver entre dois termos contraditórios um terceiro termo. Essa passagem evidencia isso:

[...] não pode haver um termo médio entre os contraditórios, mas de um só sujeito ou devemos afirmar, ou negar qualquer predicado que seja. Isto é claro pela própria definição do verdadeiro e do falso. Falso é dizer que o que é, não é, ou que o que não é, é; verdadeiro é dizer que o que é, é, e o que não é, não é; e assim quem afirma que uma coisa é, ou que não é, estará dizendo uma verdade ou uma falsidade; mas se houvesse um termo médio, nem do que é se diria que é, nem do que não é, que não é.<sup>115</sup>

Ao se propor o axioma do terceiro-excluído, utiliza-se como critério para haver termos contraditórios a definição de verdadeiro, uma vez que “[...] verdadeiro é dizer que o que é, é, e o que não é, não é [...]”<sup>116</sup>, e de falso, uma vez que “Falso é dizer que o que é, não é, ou que o que não é, é [...]”<sup>117</sup>. A avaliação de qualquer proposição também deve considerar a aplicação do axioma do terceiro-excluído, pois este orienta o pensamento de que se algo existe, deve existir do que é para o que não é, ou do que não é para o que é; se algo é pensado, deve ser pensado do que é para o que não é, ou do que não é para o que é; se algo é dito, deve ser dito do que é para o que não é, ou do que não é para o que é. Tanto os axiomas quanto a correspondência orientam o pensamento na composição, união ou desunião de conceitos em uma proposição, e assim, conseqüentemente, na avaliação desta proposição.

Como já dito, a avaliação da proposição depende da união lógica ou da desunião lógica de conceitos, mas também depende das coisas que existem, da realidade, como domínio para tal avaliação. A existência como parâmetro para a avaliação é outra tese lógica elementar para se avaliar qualquer proposição. Tal conceito de existência está intimamente associado ao que existe em ato e está dissociado do que é em potência. Quanto à admissão do que existe enquanto parâmetro para a avaliação, afirma-se que “[...] temos a verdade se o sujeito e o atributo realmente se combinam, e a falsidade se isso não ocorre [...]”<sup>118</sup>. A seguinte passagem também evidencia que o que existe é o parâmetro por excelência para a avaliação da proposição:

Os termos ‘ser’ e ‘não ser’ são empregados de diversas acepções: no sentido de verdadeiro ou de falso [...] depende, quanto aos objetos, de estarem combinados ou separados, de modo que, quem julga combinado o que está combinado e separado o que está separado possui a verdade [...] Posto isto, quando há e quando não há o que se chama verdade e falsidade? Devemos examinar o que entendemos por estes termos. Tu não és pálido pelo fato de pensarmos com acerto que o és, mas é por seres pálido que dizemos a verdade quando dizemos isso.<sup>119</sup>

<sup>115</sup> Ibid., IV, 7, 1011 b 20-25, p. 107.

<sup>116</sup> Ibid., IV, 7, 1011 b 25, p. 1047.

<sup>117</sup> Ibid., IV, 7, 1011 b 25, p. 107.

<sup>118</sup> Ibid., IX, 10, 1051 b 35, p. 205.

<sup>119</sup> Ibid., IX, 10, 1051 a 35 – 1051 b 5, p. 204.

A existência impõe-se enquanto domínio para a avaliação de qualquer proposição, porque permite aferir o que foi asserido. Em função da existência determina-se necessariamente o valor-de-verdade de uma proposição. Sobre isso, defende-se que “[...] a existência de um homem implica necessariamente a verdade do juízo pelo qual se afirma essa existência. Se, com efeito, o homem existe, a proposição pela qual afirmamos que o homem existe é também verdadeira [...]”<sup>120</sup>. Por outro lado, ao se admitir que o valor-de-verdade da proposição é verdadeiro ou falso, então, de certa forma, se explicita o que é que existe em ato, explicita-se como é a realidade. Acerca disso, propõe-se que “[...] se a proposição pela qual dizemos que o homem existe é verdadeira, o homem existe.”<sup>121</sup>. Contudo, também se explicita que o que existe ou inexistente não é determinado pela proposição, ao se defender que

[...] a proposição verdadeira não é de modo nenhum a causa da existência da coisa, pelo contrário, é a coisa que parece ser, de algum modo, a causa da verdade da proposição, pois é da existência da coisa, ou da sua inexistência, que dependem a verdade e a falsidade da proposição.<sup>122</sup>

Em função da admissão do que existe como domínio para a avaliação de uma proposição, decorre que toda proposição futura contingente – proposição em que há pelo menos um referente em potência que subjaz ao significado de um termo desta proposição futura – tanto poderia ser avaliada como verdadeira quanto poderia ser avaliada como falsa, mas não necessariamente. Ao se admitir que o que existe em ato é o parâmetro para a avaliação, então qualquer proposição futura contingente, encontra-se carente de evidências reais que sustentem o valor-de-verdade da avaliação. Existe um conjunto de teses lógicas que orientam a avaliação da proposição futura contingente, mas há falta de determinação lógica completa para esta proposição futura – em função da impossibilidade momentânea de atribuir um valor-de-verdade a esta, uma vez que o referente em potência que subjaz ao significado de um termo da proposição futura contingente ainda não é em ato, ainda não é determinado, embora possa sê-lo no futuro.

A seguinte passagem ilustra, de modo implícito, que a carência de referentes em ato para toda proposição futura contingente implica na suspensão momentânea de atribuição de valor-de-verdade:

[...] no que toca aos fatos contingentes a mesma opinião e a mesma declaração pode ser falsa ou verdadeira, e ser correta em dada ocasião e errônea em outra; mas, com respeito às coisas que não podem ser de outro modo, as opiniões não são umas vezes

<sup>120</sup> ARISTÓTELES, 1985, I, 12, 14 b, p. 105.

<sup>121</sup> Ibid., 12, 14 b, p. 105.

<sup>122</sup> Ibid., 12, 14 b, p. 105.

verdadeiras e outras vezes falsas, mas as mesmas opiniões são sempre verdadeiras ou sempre falsas.<sup>123</sup>

Uma vez que se admite a existência enquanto domínio para a avaliação, decorre que o valor-de-verdade da avaliação de toda proposição futura contingente deve ficar momentaneamente suspenso, pois o referente em potência que subjaz ao significado de um termo desta proposição, refere em função de uma possível realização, de uma atualização que não está garantida. Por outro lado, toda proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa – que só apresenta referente em ato que subjaz ao significado de cada um dos termos desta proposição futura – pode ser sempre avaliada de modo bivalente, como verdadeira ou como falsa, uma vez que o que é exclusivamente em ato já existe de modo necessário e realizado.

Aristóteles admite que alguns aspectos do que existe são passíveis de mudança, assim como o valor-de-verdade da avaliação de certas proposições. Porém, uma vez proferida uma proposição, esta proposição é imutável. A seguinte passagem evidencia isso:

[...] o juízo e a opinião permanecem imutáveis em si mesmos, em todos e cada um dos aspectos. Se passam a dispor de uma qualidade contrária sendo, umas vezes verdadeiros e, outras, falsos, o que mudou foi a assunção do contrário deles, dado que o juízo – tal homem está sentado – continua idêntico, mas, em relação às condições que mudam, umas vezes é verdadeiro, outras é falso, e igual proposição vale para as opiniões.<sup>124</sup>

Conforme esta passagem, se há duas avaliações contrárias, então a segunda avaliação não decorre de uma mudança intrínseca determinada pela primeira avaliação, mas na formulação de uma nova avaliação, contrária à primeira. O que pode mudar, relacionado a avaliação de certas proposições futuras, é o resultado da assunção, à medida que certos aspectos do que existe podem ser modificados ou não. Sobre o caráter provisório de algumas coisas que existem, de alguns aspectos da realidade, afirma-se que “Se dissermos que os juízos e as opiniões podem receber contrários, é porque não são eles mesmos os sujeitos da alteração, mas porque a alteração sobreveio em sujeito distinto.”<sup>125</sup>. Assim, o que existe, a realidade, está sujeita a mudar, e, se mudar, pode alterar o valor-de-verdade de certas proposições futuras, embora a proposição seja imutável. A seguinte passagem ilustra isso:

[...] é a realidade ou a irrealidade da coisa que faz o juízo verdadeiro ou falso, não sendo possível que o próprio juízo possa admitir tamanhas qualidades contrárias. Por que, em síntese, nada pode alterar a natureza do juízo nem da opinião e, pois que neles não há alteração, não podendo ser receptáculos de contrários.<sup>126</sup>

<sup>123</sup> ARISTÓTELES, 1969, IX, 10, 1051 b 10-15.

<sup>124</sup> ARISTÓTELES, 1985, I, *Categorias*, 5, 4 a-4 b, p. 58-59.

<sup>125</sup> *Ibid.*, 5, 4 b, p. 59.

<sup>126</sup> *Ibid.*, 5, 4 b, p. 59.

A avaliação da proposição ainda depende de um critério, o estabelecimento do conceito de verdade<sup>127</sup>. A verdade se aplica enquanto um critério capaz de aferir qualquer proposição, sendo pois, um critério anterior em relação a uma prova ou a uma argumentação. Acerca da verdade enquanto um critério primeiro para as discussões lógicas, propõe-se que

[...] as tentativas de alguns dos que pretendem discutir os termos em que deve ser aceita a verdade provém da falta de adestramento lógico; porquanto é necessário saber essas coisas com antecedência quando se empreende um estudo especial, e não investigá-las ao mesmo tempo em que se estuda.<sup>128</sup>

Tal conceito de verdade é estabelecido em função da união da definição de verdadeiro e de falso. A seguinte passagem ilustra isso: “[...] argumentaremos a partir de uma definição, isto é, tendo estabelecido primeiro o que significa o falso e o verdadeiro.”<sup>129</sup>. Com a definição de verdade estabelece-se um ponto de partida lógico fundamental. Define-se a verdade conforme as crenças mais evidentes, que poderiam sustentar provas em uma argumentação, ao se propor que “[...] por pontos de partida da demonstração entendo as crenças comuns em que todos os homens baseiam suas provas [...]”<sup>130</sup>. A verdade é admitida como um ponto de partida evidente, de caráter determinado e imutável. Quanto a este caráter determinado e imutável da verdade, defende-se que

[...] é absurdo estabelecer como base de nossos juízos sobre a verdade o fato observado de que as coisas terrenas mudam constantemente e jamais se mantém no mesmo estado. Na pesquisa da verdade devemos partir dos seres que permanecem sempre os mesmos e não são suscetíveis de mudança. Tais são os corpos celestes, que não parecem ser ora de uma natureza, ora de outra, mas se mostraram sempre os mesmos e não sofrem mudança alguma.<sup>131</sup>

As definições de verdadeiro e de falso também orientam o pensamento acerca de duas outras teses lógicas básicas, distintas e opostas, a da identidade e a da alteridade, implícitas na definição do axioma do terceiro-excluído, pois, a definição de verdadeiro orienta o pensamento acerca da identidade, da tautologia, pois, algo que é, é, ou algo que não é, não é; enquanto a definição de falso orienta o pensamento acerca da alteridade, da antinomia, pois, algo que é, não é, ou que não é, é. O fundamento da verdade enquanto critério lógico reside

<sup>127</sup> Conforme Ross (1969, p. 12-13), Aristóteles admite falar de coisas falsas, e até admitira falar de coisas verdadeiras. Mas este modo de falar acerca do falso e do verdadeiro é apenas utilizado como sinônimo para se falar respectivamente de coisas que não existem e coisas que existem. Nesta acepção, a aplicação da verdade é tomada como sinônimo de existência. Ou seja, a verdade não se aplica adequadamente aos objetos e aos seres, mas sim aos estados mentais. Chateaubriand (1999, p. 88-89) explica que a verdade para Aristóteles apóia-se em uma correspondência entre os estados de pensamentos e os estados de objetos, além de que tal concepção de verdade está subordinada a realidade.

<sup>128</sup> ARISTÓTELES, 1969, IV, 3, 1005 b, p. 92.

<sup>129</sup> Ibid., IV, 8, 1012 b 5, p. 108-109.

<sup>130</sup> Ibid., III, 2, 996 b 25, p. 72.

<sup>131</sup> Ibid., XI, 6, 1063 a 10-15, p. 234.

no fato de que os dois valores-de-verdade, verdadeiro e falso, são os valores determinados que podem aferir a proposição no ato da avaliação, pois, como tese lógica elementar, explicita-se que toda avaliação de proposição, afirmação ou negação, ao ser avaliada implica necessária e exclusivamente em um único dos dois valores-de-verdade opostos, verdadeiro ou falso, conforme uma avaliação bivalente. A avaliação da proposição conforme a atribuição de valor-de-verdade bivalente é uma tese geral. Contudo, esta tese está momentaneamente suspensa para o caso da proposição futura contingente.

Nota-se que a união e a desunião, a verdade e a falsidade não estão nas coisas, mas são, respectivamente, recursos para se pensar a relação das coisas que existem e um critério para definir limites e inviabilizar os equívocos de avaliação<sup>132</sup>. O conjunto destas teses lógicas orienta o pensamento acerca do modo determinado de avaliar uma proposição.

Em função do exposto, decorre que toda proposição futura que é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa apresenta determinação lógica. Neste tipo de proposição futura em que só há referente em ato que subjaz ao significado de cada um dos termos, decorre a aplicação de todas as teses lógicas. Também decorre que toda proposição futura contingente apresenta determinação lógica incompleta. Neste tipo de proposição futura em que há pelo menos um referente em potência que subjaz ao significado de um dos termos desta proposição, decorre aplicação de quase todas aquelas teses lógicas. A tese lógica que estabelece o que existe, a realidade, como o parâmetro para a avaliação da proposição, não é desrespeitada, ao contrário. A avaliação da proposição futura contingente como verdadeira ou como falsa apenas está suspensa porque não existe um parâmetro atual capaz de aferir o que é potencial. Assim, o valor-de-verdade, verdadeiro ou falso, da proposição futura contingente está suspenso. Mas, se o futuro se tornar presente, e se o que é potencial se tornar atual, então tal proposição poderá ser avaliada como verdadeira ou como falsa.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste primeiro capítulo que investiguei a objetividade da proposição futura em Aristóteles, esclareci que o argumento de Aristóteles sobre a proposição futura implica que algumas proposições futuras são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como

---

<sup>132</sup> Conforme Kneale e Kneale (1962, p. 46-47), Aristóteles sugere que o pensamento que subjaz a proposição é avaliável como verdadeiro ou como falso, pois um mesmo conjunto de palavras nem sempre expressa a mesma coisa para diferentes pessoas.



falsas; enquanto outras proposições futuras são contingentes, pois este tipo de proposição não é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa. Também evidenciei a determinação semântica de toda proposição futura de Aristóteles, uma vez que, por definição, toda proposição implica uma unidade sintática e semântica, tanto para a proposição futura que é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa, quanto para a proposição futura contingente; que há determinação referencial de toda proposição futura que só apresenta referente em ato que subjaz ao significado de cada um dos termos da proposição futura; e que não há determinação referencial de toda proposição futura que apresenta um referente em potência que subjaz ao significado de um dos termos da proposição futura; e, que há determinação lógica de toda proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa, conforme a aplicação das teses lógicas, e que há determinação lógica incompleta de toda proposição futura contingente, uma vez que apenas a atribuição de valor-de-verdade a esta proposição encontra-se momentaneamente suspenso. Em função destes dados, posso afirmar que há objetividade de toda proposição futura que é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa; assim como há objetividade num sentido fraco de toda proposição futura contingente, uma vez que ainda existe a possibilidade de que tal proposição possa ser avaliada como verdadeira ou como falsa.

Eu posso dizer que a interpretação de Aristóteles sobre a proposição futura – seja no caso da proposição futura que apresenta objetividade e no caso da proposição futura contingente que apresenta objetividade num sentido fraco – fundamenta-se em uma estrutura conceitual em que os três eixos teóricos, semântico, ontológico e lógico, se mostram complementares. Por outro lado, a teoria ontológica prepondera sobre a teoria semântica, pois todo processo de significação fundamenta-se em uma base ontológica. A teoria ontológica prepondera sobre a teoria lógica, pois toda atribuição de valor-de-verdade em função da avaliação da proposição futura deve considerar o que existe, a realidade, enquanto parâmetro. A teoria semântica é aplicada de modo equivalente à teoria lógica, pois, conforme a tese da correspondência, há uma equivalência entre o que é significativo e o que é pensado.

A partir da reconstrução da interpretação de Aristóteles sobre a proposição futura, evidencia-se que não se aceita a tese de que há um determinismo universal, embora se aceita a tese de que alguns eventos futuros já estão determinados, enquanto parte dos eventos futuros ainda está indeterminada. Aristóteles admite que existem proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou falsas e proposições futuras contingentes. Todo evento expresso em uma proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa, pressupõe que a aferição daquilo que é dito em relação àquilo que acontecerá já está determinada.

Esta determinação sobre acontecimentos futuros fundamenta-se na concepção de que o referente exclusivamente em ato expresso neste tipo de proposição não está nem estará sujeito ao devir. Todo evento expresso em uma proposição futura contingente ainda não está em condições de ser aferido, pois, neste caso, ainda não se pode aferir a relação entre aquilo que é dito e aquilo que acontecerá. Esta indeterminação futura fundamenta-se na concepção de que tudo aquilo que não é exclusivamente em ato, de que tudo aquilo que é em potência, encontra-se sujeito ao devir, sujeito a uma atualização que pode ou não ocorrer.

Não é difícil perceber que o modo como Cícero formula a questão da proposição futura – focado na consideração do significado da proposição, no que acontecerá conforme o expresso na proposição e no valor-de-verdade da proposição – é excedido pelas sutilezas conceituais da interpretação de Aristóteles sobre a proposição futura. Para Aristóteles, o significado da proposição futura depende da própria definição de proposição, enquanto uma unidade semântica; depende de termos semânticos, nome ou verbo, que compõem a proposição, mas que são significativos mesmo tomados isoladamente; e depende do modo de se estabelecer a significação considerando a substância enquanto uma referência fundamental, e todos os demais significados como dependentes de tal referência. O que acontecerá ou não acontecerá conforme o expresso na proposição futura depende de referentes que subjazem ao significado da proposição futura, considerando a substância e as demais categorias como seres determinados, sujeitos a modos de existir em ato, já determinado, e em potência, que, por sua vez, tende a ser determinado. O valor-de-verdade da proposição futura está condicionado à teses lógicas, pois depende do modo como através do pensamento se une ou desune conceitos, depende da consideração da correspondência entre o que existe, o que é pensado, e o que é dito com significado, depende da aplicação dos axiomas da não-contradição e do terceiro-excluído, e depende do que existe enquanto parâmetro para a avaliação, conforme uma noção de verdade categórica e imutável. Também fica evidente que a posição de Aristóteles para a aporia expressa no argumento dominador é muito mais complexa do que o modo como Epicteto formula a questão da proposição futura – a questão da proposição futura não se restringe à escolha de duas e recusa de uma terceira tese, sejam teses quais forem, mas requer a consideração de toda uma específica e ampla estrutura conceitual.

## II. A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA EM CRÍSIPO

“[...] toda proposição é verdadeira ou falsa.”<sup>133</sup>.

Neste capítulo abordarei a interpretação de Crísipo sobre a proposição futura, apresentando o núcleo de sua argumentação, que diz que toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa<sup>134</sup>. Crísipo distingue, porém, proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função de uma causalidade perfeita das proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função de uma causalidade auxiliar. Em função deste argumento, investigarei a estrutura conceitual pertinente a esta interpretação. Neste sentido, proporei que toda proposição futura apresenta determinação semântica, uma vez que toda proposição expressa de modo significativo, completo e preciso. Proporei que há determinação referencial da proposição futura em que referentes determinados corpóreos ou incorpóreos subjazem ao significado de cada termo. Também proporei que há determinação lógica de toda proposição futura, pois toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa, conforme um conjunto de teses lógicas. Após tais caracterizações, exporei que a estrutura conceitual de Crísipo, pertinente à análise da proposição futura, privilegia a teoria ontológica em detrimento da semântica e da lógica.

---

<sup>133</sup> CICERO, *On fate* 20-1 *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 38, G, p. 233. Long e Sedley (1995, p. 158-437) apresentam uma expressiva coletânea parcial de trechos gregos e latinos sobre o estoicismo. Vários tópicos de análise são agregados e comentados, em função de quatro capítulos que abordam a Ontologia, a Lógica e a Semântica, a Epistemologia, a Física além da Ética.

<sup>134</sup> Eu procurei reconstituir a interpretação de Crísipo sobre a proposição futura considerando principalmente os livros *Sobre o destino* de Cícero, *Vidas e doutrinas de filósofos ilustres* de Diôgenes Laértios e *The hellenistic philosophers* de Long e Sedley.

## 2.1 O ARGUMENTO

Nesta seção caracterizarei o argumento de Crísipo sobre a proposição futura, considerando como base o exposto na obra *Sobre o destino*, de Cícero<sup>135</sup>. Este argumento implica que toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa. Crísipo distingue, porém, dois tipos de proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas, conforme dois tipos de relação de causalidade. Por um lado, fica claro que algumas proposições futuras são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função do destino, conforme uma relação causal perfeita, principal. Por outro lado, evidencia-se que outras proposições futuras são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função do assentimento, conforme uma relação causal auxiliar, próxima. A noção de causalidade, de que um efeito acontece em função de uma causa, é central para a compreensão da interpretação de Crísipo sobre a proposição futura.

Na primeira etapa do argumento, apresentam-se algumas teses fundamentais que sustentam que toda proposição é avaliável necessariamente com verdadeira ou como falsa, conforme a força inexorável da causalidade do destino. As teses que se destacam são as seguintes: 1) toda proposição é avaliável como verdadeira ou como falsa; 2) todo movimento decorre de uma causa, i.e., tudo acontece em função de uma causa; 3) todo movimento acontece em função do destino, i.e., tudo acontece em função de uma relação de causalidade determinada inerente aos acontecimentos. Todas estas teses estão explícitas no seguinte trecho:

---

<sup>135</sup> Brun (1986, p. 9-11) mapeia as principais fontes antigas de informação sobre o estoicismo, assim como elege textos contemporâneos fundamentais para o estudo do estoicismo. Também se situa a condição de algumas das principais fontes antigas não-estóicas que se reportam ao estoicismo, expondo-se que Cícero, Plutarco, Alexandre de Afrodísia e Sexto Empírico são críticos ou adversários tardios; e que Diógenes Laértios e Estobeu são compiladores. Brun também revela a dificuldade de trabalhar com os textos do estoicismo, uma vez que tal escola se estendeu por mais de cinco séculos, com uma perspectiva nem sempre convergente, além da diversidade das fontes nem sempre serem fiéis, claras e concordantes. Ao caracterizar a escola estóica (p. 15-28), Brun destaca Zenão de Cício, Cleanto e Crísipo como nomes de peso do estoicismo antigo; Diógenes, o Babilônico, Antipatro de Tarso, Panécio de Rodes e Possidônio de Apaméia como representantes do estoicismo médio; além de Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio como estóicos do período imperial, embora estes últimos se detivessem a reflexões de cunho sobretudo moralista. Mates (1961, p. 1-10) situa as fontes estóicas e as fontes que se referem ao estoicismo, e explica que Sexto Empírico, Cícero, Gélio, Galeno, Boécio, Apuleio, Alexandre de Afrodísia, Simplicio, João Filopono e Estobeu, assim como alguns outros filósofos antigos, expuseram ou debateram as idéias dos estóicos embora não fossem estóicos, contribuindo, assim, para a difusão de trechos relevantes sobre o estoicismo. Gazolla (1999, p. 13-23) situa as fontes estóicas e as fontes que se referem ao estoicismo, e propõe critérios que devem orientar todo investigador do estoicismo, como, por exemplo, atentar para os possíveis anacronismos das fontes, os possíveis posicionamentos contrários das fontes em relação ao que os estóicos propunham, os posicionamentos estóicos tardios discordantes em relação a posicionamentos estóicos anteriores etc.

[...] Se há um movimento sem uma causa, não toda proposição (que os dialéticos chamam de axioma) será ou verdadeira ou falsa, visto que qualquer coisa desprovida de causas eficientes não será verdadeira nem falsa. Mas toda proposição é ou verdadeira ou falsa. Portanto, não há movimento sem uma causa. Se assim é, tudo o que acontece, acontece através de causas antecedentes – neste caso, tudo acontece através do destino. O resultado é que tudo o que acontece, acontece através do destino.<sup>136</sup>

Conforme estas teses, todo movimento ocorre em função de uma causa, e tudo o que acontece, acontece em função de uma relação de causalidade inexorável que, por sua vez, identifica-se com o destino. Como “O destino é um encadeamento das causas daquilo que existe, ou a razão que dirige e governa o cosmos.”<sup>137</sup>, então todas as relações de acontecimentos submetem-se à força do destino. Ao se admitir estas teses, decorre que toda proposição futura é avaliável *necessariamente* como verdadeira ou como falsa, pois todos os acontecimentos futuros, expressos neste tipo de proposição, acontecerão ou não, conforme o destino. A primeira tese deste argumento de Crísipo nada mais é do que uma versão do princípio da bivalência.

A admissão de que a proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa, implica por sua vez, que o valor-de-verdade desta proposição seja necessariamente determinado. O seguinte trecho ilustra a tese de que, para toda proposição futura há um valor-de-verdade determinado, ao esclarecer que “[...] coisas futuras verdadeiras – diz (Crísipo) – não podem ser as que não têm causas pelas quais devam acontecer; então é necessário que as que são verdadeiras tenham causa: assim, quando tiverem ocorrido, terão ocorrido pelo destino.”<sup>138</sup>. Conforme esta passagem, o valor-de-verdade verdadeiro de uma proposição futura decorre necessariamente, uma vez que os acontecimentos ocorrem conforme uma relação de causalidade determinada. Por analogia, o valor-de-verdade falso de uma proposição futura também decorre necessariamente, uma vez que os acontecimentos ocorrem conforme uma relação de causalidade determinada. Nestes dois casos, o valor-de-verdade da proposição futura é garantido em função do destino.

Na segunda etapa do argumento, argumenta-se que há outras proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas. Neste caso, tal modo de avaliar não se pauta por uma relação causal determinada pelo destino, mas por uma relação causal

---

<sup>136</sup> CICERO, *On fate* 20-1 *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 38, G, p. 233. O *Sobre o destino* de Cícero me serviu como base para reconstituir o argumento sobre a proposição futura não só de Crísipo, mas também o argumento de Diodoro Crono. Joyau e Ribbeck (1988, p. XIV) explicam que Cícero, como eclético, não apresentou um pensamento original, mas discutiu e amalgamou inúmeros argumentos, de diferentes teorias filosóficas gregas, sem vincular-se inteiramente a nenhuma.

<sup>137</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 149, p. 215.

<sup>138</sup> CÍCERO, 1993, XI, 26, p. 22.

determinada pelo assentimento humano. Crísipo está, de certo modo, propondo que acontecimentos conseqüentes do assentimento humano também se submetem a um ordenamento causal. Nesta segunda etapa, não se pretende invalidar o destino, mas justificar que o assentimento existe de modo concomitante a este. Para tanto, distinguem-se dois tipos de causas:

Crispo, entretanto, como não só desaprovasse a necessidade como também quisesse que nada ocorresse sem causas prepostas, distingue gêneros de causas, para tanto evitar a necessidade como conservar o destino. ‘Das causas’ – diz ele – ‘umas são perfeitas e principais; outras, auxiliares e próximas. Eis por que quando dizemos que todas as coisas acontecem pelo destino a partir de causas antecedentes, não queremos que se entenda isto: a partir das causas auxiliares / antecedentes / e próximas.’<sup>139</sup>

Conforme este trecho, Crísipo distingue causas perfeitas, principais, determinadas necessariamente pelo destino, de causas auxiliares, próximas, não determinadas necessariamente pelo destino. Ainda se defende que o efeito de qualquer causa decorre da força da causalidade. Também se expõe que o efeito da causa perfeita, principal, decorre necessariamente, em função do destino. Todavia, também se admite que nem todo efeito decorra de causas perfeitas, concomitante a admissão de que há efeito de causas auxiliares. Crísipo associa as relações causais auxiliares, próximas, ao poder humano de assentir. Explica-se que o poder do homem manifesta-se em cada assentimento humano, conforme relações causais auxiliares, próximas. O próximo trecho ilustra como o assentimento humano é causa de efeitos auxiliares, próximos:

[...] ao fato de que digam que os assentimentos aconteçam a partir de causas antepostas, isso, tal como seja, (Crísipo) considera fácil [de] ser explicado. Pois, conquanto não possa acontecer a não ser posto em movimento por uma representação [apresentação], todavia como tenha essa representação [apresentação] por causa própria, não principal, um assentimento tem tal explicação, como Crísipo quer, conforme dissemos a pouco. Não que aquele (o assentimento) na verdade possa acontecer não excitado de fora por alguma coisa – é necessário, com efeito, que o assentimento seja posto em movimento por uma representação [apresentação] –, mas ele (Crísipo) volta a seu cilindro e a sua turbina, que não podem, a não ser com um impulso, começar a se mover; porém quando isso chega a acontecer, ele considera, quanto ao mais, que tanto o cilindro é rolado como a turbina é girada pela natureza deles próprios.<sup>140</sup>

Crísipo esclarece que os assentimentos ocorrem em função de uma causa anterior, auxiliar, próxima, e que, a causa deste assentimento sempre é uma apresentação. Utiliza-se o exemplo do cilindro e da turbina para explicar como a apresentação é causa de um assentimento e como o assentimento é capaz, em certo momento, de causar por si próprio. A

<sup>139</sup> CÍCERO, 1993, XVIII, 41, p. 29-30.

<sup>140</sup> Ibid., XVIII, 42, p. 30-1.

analogia proposta fundamenta-se nas seguintes etapas. O cilindro é causa do movimento da turbina e a turbina gira como efeito do movimento do cilindro. Porém, em certo momento, a turbina torna-se causa de seu próprio movimento, uma vez que passa a girar por si própria, conforme a estrutura inerente a uma turbina. Neste caso, o assentimento ocorre em função de uma relação causal deflagrada por uma apresentação, concomitante ao fato de que o assentimento humano também pode causar. Acerca da natureza do assentimento como algo que é capaz, em certo momento de causar o seu próprio movimento, Crísipo afirma que

[...] como aquele que empurrou o cilindro lhe deu princípio de movimento porém não lhe deu rotação, assim aquela representação [apresentação] apresentada imprimirá certamente e mais ou menos gravará sua imagem em nossa alma, mas nosso assentimento estará em nosso poder, e, do mesmo modo que se disse do cilindro, impulsionado de fora, ele se moverá quanto ao resto por sua própria força e natureza. Por isso que, se alguma coisa se produzisse sem causa antecedente, seria falso que todas as coisas acontecem pelo destino; mas se a todas as coisas quaisquer que acontecem é verossímil que uma causa anteceda, que razão poderá ser aduzida para que não se reconheça que todas as coisas aconteçam pelo destino? Somente se entenda qual seja das causas a distinção e diferença.<sup>141</sup>

Conforme esta passagem, o assentimento está em poder do homem e embora se manifeste em função de uma apresentação, o assentimento é capaz de causar um efeito de modo acessório ou auxiliar. Nesta etapa da argumentação não se invalida o princípio da bivalência, ao contrário, corrobora-se “[...] ser toda enunciação verdadeira ou falsa.”<sup>142</sup>. Neste contexto, ao se admitir que proposições futuras também podem expressar uma relação causal acessória, auxiliar, decorre que há outras proposições futuras avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas, pois todos os acontecimentos futuros que são efeitos de um assentimento também acontecerão ou não, necessariamente.

Face ao exposto, todas as proposições futuras são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas. Algumas proposições são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função do destino, conforme uma relação causal perfeita, principal; enquanto outras são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função do assentimento, conforme uma relação causal auxiliar, acessória.

---

<sup>141</sup> Ibid., XIX, 43, p. 31.

<sup>142</sup> Ibid., XVI, 38, p. 28.

## 2.2 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA

Nesta seção argumentarei que há determinação semântica de toda proposição futura, a partir, fundamentalmente, da caracterização de proposição, corroborada pela noção de elemento significativo que compõe a proposição futura enquanto nome comum, nome próprio, verbo, conjunção ou artigo, além da própria noção de significação.

Toda proposição apresenta determinação semântica, pois, por definição, “Uma proposição é o que é verdadeiro ou falso, um estado completo de ocorrência o qual, assim como é especificada, pode ser asserida [...]”<sup>143</sup>. Decorre deste trecho que o conjunto de termos da proposição significa de modo completo, ou seja, toda proposição significa de modo saturado, determinado; assim como também se evidencia que a avaliação da proposição implica a atribuição de um único valor-de-verdade, verdadeiro ou falso. O próximo trecho corrobora tal definição de proposição: “[...] os estóicos dizem que para algo ser verdadeiro ou falso, ele deve primeiro de tudo ser exprimível, segundo ser algo que é completo, e não somente qualquer exprimível, mas uma proposição; pois, como eu já disse, somente quando nós dizemos uma proposição que nós falamos verdadeiramente ou falsamente.”<sup>144</sup>. Como proposto na introdução desta dissertação, há determinação semântica da proposição quando ocorre significação determinada para o conjunto de seus termos. Ora, a definição estóica de proposição implica que toda proposição exprime um estado completo de ocorrência, é um exprimível completo, e por isso pode-se dizer que a proposição estóica apresenta determinação semântica, e por consequência, inclusive a proposição futura.

O seguinte trecho corrobora a tese de que toda proposição implica determinação semântica, pois, os estóicos defendem que a proposição, como uma expressão verbal de uma apresentação racional, exprime de modo completo, com significação determinada e precisa:

No tópico que trata do estado de ocorrências e significações inclui que dos exprimíveis, tanto há aqueles que são completos, proposições e silogismos, quanto há aqueles que são incompletos, predicados ativos e passivos. Eles dizem que o exprimível é o que subsiste de acordo com uma impressão racional. Os exprimíveis, os estóicos dizem, são divididos em completos e incompletos, estes últimos são aquelas expressões lingüísticas que estão incompletas, e.g. ‘[Alguém] escreve.’, pois nós perguntamos, ‘Quem?’. Nos exprimíveis completos a expressão lingüística está completa, e.g., ‘Sócrates escreve.’. Assim, nos exprimíveis incompletos incluem-se os predicados, enquanto que naqueles que são completos incluem-se as proposições, silogismos, interrogações e inquirições.<sup>145</sup>

<sup>143</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.65 (SVF 2.193, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, A, p. 202.

<sup>144</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professor* 8.74 (SVF 2.187 part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, B, p. 203.

<sup>145</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.63 *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 33, F, p. 196.



Conforme este outro trecho, explicita-se que toda proposição é completa e determinada em significação. A determinação semântica da proposição futura é corolário desta caracterização geral de proposição, pois, se alguma expressão caracteriza-se como uma proposição, então as propriedades da proposição também vigem para esta proposição futura, independentemente da flexão do tempo.

Como a proposição exprime de modo completo, determinado e preciso, então qualquer expressão que apresente ambigüidade semântica não pode compor uma proposição e nem ser uma proposição. A ambigüidade semântica ocorre, por exemplo, no caso de uma ambigüidade verbal:

Ocorre ambigüidade verbal quando uma expressão, usada própria e corretamente e de acordo com o uso estabelecido, denota duas ou mais coisas diferentes, de tal maneira que nos é possível entendê-la ao mesmo tempo em vários sentidos distintos. Por exemplo, as palavras (em grego) *Auletris pēptoke* tanto podem significar normalmente ‘a antecâmara caiu três vezes’ (como se fosse *aulé tris pēptoke*) como ‘a flautista caiu’.<sup>146</sup>

Se há ambigüidade verbal, decorre a impossibilidade de que tal expressão seja uma proposição, pois o significado que resulta da união do conjunto de termos de uma proposição deve ser único e determinado.

Os estóicos propõem que as proposições são simples à medida que nesta vige sintaticamente um único verbo ou locução verbal:

Verdadeiramente, a primeira e principal diferença entre as proposições, os dialéticos dizem, é entre simples e não-simples. São simples aquelas que não são construídas como resultado de uma única proposição declarada duplamente, nem como resultado de diferentes proposições por meio de uma ou mais conjunções, e.g., ‘É dia.’, ‘É noite.’, ‘Sócrates está falando.’, e toda proposição de forma similar [...].<sup>147</sup>

Conforme esta distinção, a proposição simples é elementar, inviabilizando-se a possibilidade de uma proposição simples ser composta por mais de uma proposição, ligadas por uma conjunção. As proposições simples podem ser distintas, basicamente como afirmativas e como negativas, à medida que exprimem um acontecimento<sup>148</sup>. A proposição simples é classificada como afirmação, uma vez que nesta se afirma um acontecimento de modo completo, tal como “[...] ‘é dia.’, ‘Díon passeia.’.”<sup>149</sup>. A proposição simples é classificada como negativa à medida que se nega uma proposição afirmativa. Neste caso, “<Uma proposição negativa consiste de uma partícula negativa> e uma proposição, e.g.,

<sup>146</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 62, p. 196.

<sup>147</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.93 (SVF 2.205) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, H, p. 204.

<sup>148</sup> Brun (1986, p. 26-37, 43) expõe que a proposição de Aristóteles enuncia um predicado atribuído ao sujeito enquanto a proposição estoica enuncia fundamentalmente acontecimentos.

<sup>149</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 65, p. 196.

‘Não: é dia.’ [...]’<sup>150</sup>. A proposição simples também pode ser subclassificada como declarativa negativa, privativa, declarativa, definida ou indefinida. Sobre estas distinções da proposição simples, admite-se que:

Uma proposição declarativa negativa consiste de uma partícula negativa e um predicado, e.g., ‘Ninguém está andando.’ Uma proposição privativa consiste de uma partícula privativa e uma proposição significativa, e.g., ‘Este homem é desagradável.’ Uma proposição declarativa consiste de um caso nominativo e um predicado, e.g., ‘Dion está andando.’ Uma proposição demonstrativa [definida] consiste de um caso demonstrativo nominativo e um predicado, e.g., ‘Este alguém está andando.’ Uma proposição indefinida consiste de uma ou mais partículas indefinidas <e um predicado>, e.g., ‘Alguém está andando.’, ‘Aquele está se movendo.’<sup>151</sup>.

A proposição declarativa negativa exprime de modo declarativo um acontecimento em que o predicado não se aplica ao sujeito. A proposição privativa exprime um acontecimento em que se priva o predicado do sujeito da proposição. A proposição declarativa exprime um acontecimento em que se declara o predicado de um sujeito especificado pelo nome. A proposição definida (demonstrativa) exprime um acontecimento em que se situa o sujeito através de um pronome definido, em função de um predicado. A proposição indefinida (também demonstrativa) exprime um acontecimento em que se indetermina o sujeito através de um pronome indefinido, em função de um predicado. A partir desta classificação das proposições simples, mais facilmente distinguem-se exprimíveis que são proposições e exprimíveis que não são proposições.

Há casos, por exemplo, de exprimíveis verbais que se assemelhem a uma proposição, mas nem todo exprimível verbal é uma proposição. Pode haver o caso em que algum tipo de exprimível verbal de uma apresentação racional, precisa, completa, possa se assemelhar a uma proposição. Contudo, nenhuma exprimível que não apresente todas as características da proposição pode ser qualificada como esta, pois, a proposição, além de acumular tais propriedades, também é avaliável de modo bivalente ao se asserir o que é verdadeiro ou o que é falso. Distingue-se, pois, uma proposição de uma interrogação, indagação, comando, juramento, imprecação, hipótese, apóstrofe, enunciado semelhante à proposição e o enunciado de forma dubitativa, ao se expor que

Há diferença entre juízo [proposição], interrogação e indagação, de um lado, e do outro comando, juramento, imprecação, hipótese, apóstrofe e um enunciado semelhante ao juízo [à proposição]. O juízo [a proposição], de fato, é aquilo que, expresso em palavras, se torna uma afirmação do que é verdadeiro e do que é falso; a interrogação é algo completa em si, da mesma forma que o juízo [a proposição], porém exige uma resposta – por exemplo: ‘é dia?’ E isso não é verdadeiro nem falso, de tal forma que ‘é dia.’ é um juízo [uma proposição] e ‘é dia?’ é uma

<sup>150</sup>. DIOGENES LAERTIUS, 7.70 (SVF 2.204) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, K, p. 205.

<sup>151</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.70 (SVF 2.204) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, K, p. 205.

interrogação. A indagação é algo que não se pode responder com gestos, como a interrogação; não basta responder com um simples ‘sim’, mas é necessário dizer, por exemplo: ‘ele mora neste ou naquele lugar.’. Com o comando exprime-se uma ordem – por exemplo: ‘Vai tu às águas do Ínacos!’. O juramento é algo... Com a apóstrofe nos dirigimos a alguém – por exemplo: ‘Gloriosíssimo Atrida, senhor de homens, Agamêmnon!’. Um enunciado semelhante ao juízo [à proposição] é aquele que, embora tenha a enunciação de um juízo [uma proposição], pelo acréscimo de elementos supérfluos ou patéticos distingue-se dos juízos [das proposições] verdadeiros e próprios – por exemplo: ‘É realmente belo o Partenon.’, ‘Como o boiadeiro se assemelha aos Priamidas.’. Podemos também achar algo expresso de forma dubitativa, diferente de uma proposição ou juízo, cuja enunciação nos deixa em dúvida – por exemplo: ‘Será que a dor e a vida são aparentadas.’. Interrogações, indagações e similares não são nem verdadeiras nem falsas, enquanto os juízos [as proposições] são verdadeiros ou falsos.<sup>152</sup>

Conforme este trecho, fica claro que as expressões racionais ou exprimíveis, caracterizadas como interrogação, indagação, comando, juramento, imprecação, hipótese, apóstrofe, enunciado semelhante à proposição e enunciado de forma dubitativa, não são proposições.

A determinação semântica da proposição futura ocorre à medida que cada um dos seus elementos (cada palavra) também é significativo e determinado. Contudo, esclarece-se que a palavra por si só não é significativa. As palavras de uma proposição são significativas à medida que se encontram no interior desta, exercendo uma função definida de nome próprio, nome comum, verbo, conjunção ou artigo. A seguinte classificação apresenta as funções sintático-semânticas das palavras que compõem um discurso:

De acordo com Diôgenes na obra *Sobre a voz*, e Crísipo, as partes do discurso são cinco: nome próprio, nome comum, verbo, conjunção e artigo (...) o nome comum é uma parte do discurso significando uma qualidade comum – por exemplo, ‘homem’, ‘cavalo’; o nome próprio é uma parte do discurso indicativa de uma qualidade própria – por exemplo, ‘Diôgenes’, ‘Sócrates’; o verbo é uma parte do discurso significando um predicado simples, de acordo com a definição de Diôgenes. Segundo outros autores, todavia, o verbo é um elemento indeclinável do discurso, significando algo que pode ser acrescentado a um ou mais sujeitos – por exemplo, ‘escrevo’, ‘digo’. A conjunção é uma parte indeclinável do discurso, que liga as várias partes do mesmo; o artigo é uma parte indeclinável do discurso, distinguindo os gêneros e números dos nomes [...] <sup>153</sup>.

Esta classificação das palavras – que são significativas e compõem um discurso – também é válida para a proposição, uma vez que a proposição é um tipo de discurso. Não se deve confundir discurso com expressão, pois os estóicos admitem que algumas expressões são significativas enquanto outras são destituídas de significado, conforme o seguinte trecho:

Há uma diferença entre voz e expressão, pois enquanto a voz é um simples som, a expressão é sempre articulada. A expressão, por seu turno, é diferente do discurso, porque o discurso é sempre semântico (ou signifiante), enquanto a expressão pode

<sup>152</sup> DIÔGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 66-8, p. 197.

<sup>153</sup> Ibid., VII, 57-58, p. 194-195.

até ser destituída de significado, isto é, ininteligível – por exemplo, *blítyri* – o que jamais acontece com o discurso. Discorrer é diferente de pronunciar ou emitir sons; as vozes emitem-se simplesmente, enquanto se discorre sobre as coisas, ao menos sobre aquelas que podem ser ditas.<sup>154</sup>

Deste modo, todo discurso caracteriza-se como uma expressão significativa. Porém, o que é discurso não necessariamente deve ser apresentado formalmente como uma proposição, pois há várias expressões completas ou incompletas que implicam em diferentes discursos. A proposição não deixa de ser um tipo específico de discurso, uma vez que esta apresenta significação completa e precisa, assim como não apresenta ambigüidade significativa. As palavras que compõem uma proposição, e mesmo uma proposição futura, são significativas porque compõem este exprimível específico, este discurso, esta expressão significativa. Se há qualquer termo expresso que não seja significativo, então se inviabiliza que este seja um discurso; e conseqüentemente, também se inviabiliza que este termo não significativo componha uma proposição.

Embora Crísipo não fale de n-ordenados, eu posso inferir dois tipos de n-ordenados que satisfaçam todas as possíveis relações sintáticas e semânticas da proposição simples estóica<sup>155</sup>. Por um lado, o verbo e o sujeito exprimem um acontecimento de modo completo, exposto formalmente através de um duplo ordenado <S,P> em que S representa o sujeito e P representa o predicado. Neste caso, destaca-se o verbo enquanto predicado e o nome próprio ou nome comum enquanto sujeito, exprimindo um acontecimento de modo completo, como, por exemplo, ‘É dia.’. Por outro lado, tem-se que predicado, verbo e sujeito também exprimem um acontecimento de modo completo, exposto formalmente através de um terno ordenado <S,V,P> em que S representa o sujeito, V representa o verbo e P representa o predicado. Neste caso, destaca-se o verbo enquanto predicado e o nome próprio ou comum enquanto sujeito, além do nome próprio ou comum também enquanto predicado, exprimindo um acontecimento de modo completo, como, por exemplo, ‘Sócrates é mortal.’. A incidência de outros elementos semânticos do discurso em uma proposição simples é geralmente secundária ou acessória. Nestes dois tipos de n-ordenados, o verbo exerce a função primordial de sintaxe na proposição, seja unindo ele próprio enquanto predicado ao sujeito e, seja unindo ele próprio enquanto predicado ao sujeito além de também unir o restante do predicado ao sujeito. O seguinte trecho ilustra esta propriedade:

---

<sup>154</sup> Ibid., VII, 57, p. 194.

<sup>155</sup> Uma proposição estóica exprime um acontecimento que não necessariamente deve ser expresso de modo categórico. Contudo, em cada proposição estóica sempre subjaz uma relação sintática.

Um predicado é o que é asserido de algo, ou um estado de ocorrências associado a algo ou a algumas coisas, como Apolodoros diz, ou um exprimível incompleto associado a um caso nominativo para gerar uma proposição.<sup>156</sup>

Neste caso, concomitantemente ao exercício ativo do predicado que exprime um acontecimento, decorre que o sujeito é ligado sintaticamente, uma vez que todo predicado se diz de alguém ou de algo. Também se estabelece que só o verbo é capaz de exprimir um enunciado incompleto.

A determinação semântica da proposição futura estoíca e o significado de cada palavra que compõe a proposição, dependem do conceito de significação. Os estoícos tratam a significação como *lektón* (exprimível, *sayable*, significado)<sup>157</sup>. Há algumas teses fundamentais que sustentam a significação estoíca. Uma destas teses é a de que o significado é de natureza diferente do significante, implícita no seguinte trecho: “[...] a Dialética [...] de acordo com Crísipo [...] se refere ao significante e ao significado.”<sup>158</sup>. Nesta ciência, na Dialética, se distingue o que é significante, signo, palavra escrita ou falada, do que é significado, sentido daquilo que se fala. Outra tese fundamental é a de que, embora se admita que significante e significado são distintos, estes estão intimamente ligados em função de uma referência. Neste sentido, admite-se que

Houve outra discordância entre os filósofos [concernente ao que é verdadeiro]: alguns entendem que o âmbito do que é verdadeiro ou falso seja ‘a significação’, outros ‘a expressão’, e outros ‘o processo que constitui o pensamento’. Os estoícos defendem a primeira opinião, afirmando que três coisas estão ligadas conjuntamente, ‘o exprimível’, ‘o significante’, e ‘o que porta o nome’. O significante é uma expressão [um signo], por exemplo, ‘Dion’; o exprimível é um estado atual de ocorrência revelado pela expressão, o qual nós apreendemos como subsistente de acordo com nosso pensamento, apesar de que ele não é entendido por aqueles cuja linguagem é diferente, ainda que eles ouçam a expressão; o que porta o nome é o objeto externo [a referência], por exemplo, o próprio Dion. Destes, dois são corpóreos – a expressão e o portador do nome; mas um é incorpóreo – o estado de ocorrências significadas e exprimíveis, o qual é verdadeira ou falsa.<sup>159</sup>

Explica-se pois, a distinção entre significante e significado, uma vez que o significante, enquanto signo, expressa o significado. O significado pode ser expresso simbolicamente com som, com fala; ou pode ser expresso simbolicamente com grafia, com

<sup>156</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.64 (SVF 2.138) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 33, G, p. 197.

<sup>157</sup> Conforme Braida (2005, p. 17) *lektón*, enquanto algo sempre dizível, é fundamentalmente o conteúdo lógico-racional do significante, em função do qual se determina de modo mediado a referência. Frede (1994, p. 111) explica que *lektón* além de ser algo dizível, é (1) o que é significado pela expressão utilizada para dizer algo; e é (2) o que o falante tem em mente, quando pensa, quando declara uma expressão. Aubenque (1981, p. 171-172) expõe que a linguagem para os estoícos não visa as coisas diretamente, mas o conteúdo de significação, i.e., um estado de coisas que os seres humanos são capazes de designar.

<sup>158</sup> DIOGENES LAERTIUS, 1988, VII, 62, p. 196.

<sup>159</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.11-12 (SVF 2.166, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 33, B, p. 195-196.

escrita. Por outro lado, o significado é o que subsiste ao significante, é o conteúdo que é apresentado por meio da linguagem. Para os estóicos, o significado é sempre referente a ‘algo’, e o significante expressa este ‘algo’. O acontecimento dito em uma proposição futura é aquilo que o significante completo expressa e aquilo que o significado completo se refere. O significado da proposição só é entendido pelo indivíduo que compreende a linguagem em que o significante está expresso.

A significação estóica também depende da tese de que o significado ocorre em função de uma apresentação. O próximo trecho ilustra isso:

A dialética abrange dois campos: um deles é a coisa significada, e o outro é a expressão ou palavra. O campo das coisas significadas compreende de um lado a doutrina de sua apresentação e do outro a doutrina de seus elementos constituintes [...] <sup>160</sup>.

O estudo das coisas significadas depende da apresentação, uma vez que cada significado depende de uma apresentação. Cada uma das apresentações relativas a algo que é significativo, é manifestada à alma, à razão. Segundo os estóicos, “A parte principal e guia da alma é a alma no sentido mais verdadeiro; nela se formam as apresentações e os impulsos, e dela procede a razão.”<sup>161</sup>. Decorre que toda significação ocorre em função de uma apresentação qualificada como racional. Neste mesmo sentido, expõe-se que

Os estóicos afirmam que o ‘exprimível’ é o que subsiste de acordo com uma impressão racional, e uma impressão racional é aquela na qual o conteúdo da impressão pode ser exibido na linguagem. <sup>162</sup>.

Evidencia-se, assim, que o significado subsiste na alma em função de uma apresentação racional. Uma vez que subsiste na alma tal significado, pode tal conteúdo ser pensado e expresso. Ou seja, após ocorrer uma apresentação racional na alma, o significado subsiste nesta, e assim este pode ser pensado e expresso (dito ou escrito). O seguinte trecho ilustra isso: “A apresentação tem de fato a precedência, a ela segue-se o pensamento que, enquanto é capaz de enunciar o que recebe da apresentação, o exprime por meio da palavra.”<sup>163</sup>. Cada significado que decorre de uma apresentação racional é único, determinado. Acerca desta característica, os estóicos propõem que “A apresentação (ou impressão mental) é uma impressão feita na alma e tirou-se o seu nome adequadamente da marca feita por um sinete na cera.”<sup>164</sup>. Uma marca feita na cera simboliza a caracterização

<sup>160</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 43, p. 191.

<sup>161</sup> Ibid., VII, 159, p. 217.

<sup>162</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.70 (SVF 2.187, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 33, C, p. 196.

<sup>163</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 49, p. 192.

<sup>164</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 45, p. 192.

daquilo que é marcado por sua singularidade. Crísipo, por sua vez, admite que a apresentação racional implica impressão na alma, mas não enquanto uma marca definitiva de um carimbo na cera, e sim enquanto um processo, o qual aquilo que já estava marcado pode ser alterado. O seguinte trecho é pertinente:

[...] a apresentação é impressão na alma, ou seja, um processo de modificação, como admite Crísipo, no segundo livro de sua obra *Da Alma*. Não devemos entender ‘impressão’ no sentido próprio da marca do sinete, porque é inconcebível que muitas marcas possam ocorrer simultaneamente no mesmo lugar.<sup>165</sup>

Conforme Crísipo, a significação é determinada, marcada, em função de uma apresentação racional. Mas, cada marca que decorre de uma apresentação não necessariamente deve ocorrer em um distinto trecho de cera. Com isso, não se está inviabilizando o inédito, mas apenas defendendo que o inédito pode manifestar-se naquilo que já se considerava marcado.

Segundo os estóicos, o significado daquilo que é expresso em uma proposição qualquer – passada, presente e futura – sempre é um signo presente de ‘algo’ presente. Todo termo expresso em uma proposição futura, que significa ‘algo’ em relação ao futuro, mesmo que ainda não tenha ocorrido, tem significado por que se refere a ‘algo’ presente. O seguinte trecho ilustra isso:

Além disso, eles [os estóicos] afirmam que o signo deve ser um signo presente de algo presente. Algumas pessoas cometem o erro e querem que uma coisa presente seja também o signo de uma coisa passada, como por exemplo, ‘Se este homem tem uma cicatriz, este homem teve um ferimento.’. ‘Ele tem uma cicatriz.’ é algo presente, desde que isto seja evidente, condicionado ao seu ato de ter tido um ferimento no passado, desde que o ferimento não seja improvável. Eles também querem que uma coisa presente seja o signo de uma coisa futura, como é circunscrito em um condicional do tipo, ‘Se este homem teve um ferimento no coração, este homem morrerá.’. Pois eles afirmam que um ferimento no coração já é presente, mas a morte está no futuro. Aqueles que pronunciam tais declarações não o realizam de fato, embora o passado e o futuro sejam diferentes, os signos e seus objetos, mesmo nestes casos, são uma coisa presente de algo presente. No primeiro exemplo... o ferimento já aconteceu no passado, mas ‘Este homem teve um ferimento.’, a qual é uma proposição, é presente, embora seja dita sobre algo que tenha acontecido. E, no caso de, ‘Se este homem teve um ferimento no coração, este homem morrerá.’, a morte está no futuro, mas a proposição ‘Este homem morrerá.’, é presente, apesar de ser dita sobre o que é futuro, porque ela é verdadeira mesmo agora.<sup>166</sup>

Todo ‘algo’ expresso em uma proposição futura apresenta um significado por que tal ‘algo’ em algum momento, passado ou presente, fora apresentado racionalmente. Neste contexto, explicita-se que o significado dos termos que compõem uma proposição futura e o

<sup>165</sup> Ibid., VII, 50, p. 192-193.

<sup>166</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.254-5 (SVF 2.221, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 51, H, p. 306.

significado de qualquer proposição futura dependem de um processo de apresentação racional.

Em função do exposto, fica claro que para Crísipo toda proposição futura apresenta determinação semântica. A determinação semântica da proposição futura é corroborada pela tese de que, se algum termo compõe a proposição futura então tal termo é significativo; além da tese de que a significação ocorre de modo determinado, conforme um processo de apresentação racional. Todavia, o referido por uma proposição tanto pode ser existente quanto subsistente.

### 2.3 IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS

Nesta seção defenderei que há determinação referencial de toda proposição futura em que um referente corpóreo ou incorpóreo subjaz ao significado dos termos desta proposição. Para tanto, abordarei a categoria de ‘algo’, a distinção entre corpóreo e incorpóreo, além da relação de causalidade.

‘Algo’ é o conceito de maior amplitude e generalidade que há na ontologia estóica, uma vez que abrange tanto o que existe quanto o que não existe. Neste sentido, admite-se que

Os estóicos querem estabelecer sobre este [o existente] ainda outro, um gênero mais primário... Alguns estóicos consideram ‘algo’ o primeiro gênero, e eu devo acrescentar razões pelas quais eles o fazem. Na natureza, eles dizem, algumas coisas existem, algumas não existem.<sup>167</sup>

Este gênero lato, ‘algo’, abrange tanto o existente quanto o não existente, e por conseqüência, abrange respectivamente tanto o que é corpo, corpóreo, quanto o que é incorpóreo. O seguinte trecho ilustra isso:

Deste modo você pode mostrar a impropriedade dos estóicos fazerem ‘algo’ o gênero para o qual o existente pertence: se isto é algo, isto é obviamente também existente, e se existente isto receberia a definição do existente. Mas eles fogem da dificuldade legislando para si mesmos que ‘existente’ é dito somente de corpóreos; pois neste solo eles dizem que ‘algo’ é mais genérico que aquele, sendo predicado não somente de corpóreos, mas também dos incorpóreos.<sup>168</sup>

‘Algo’ é a categoria que abrange tanto corpóreos quanto incorpóreos. Os estóicos especificam que em função de ‘algo’, o que é incorpóreo não é tratado apenas como inexistente, mas também como o que é subsistente. Sobre isso, Galeno expõe que “Pelo

<sup>167</sup> SENECA, *Letters*, 58.13-15 (SVF 2.332, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 27, A, p. 162.

<sup>168</sup> ALEXANDER, *On Aristotle's Topics*, 301, 19-25 (SVF 2.329) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 27, B, p. 162.



presente eu recuso-me a falar da mais refinada fuga lingüística de alguns filósofos... Eu quero dizer a fuga na qual eles genericamente dividem o existente e o subsistente.”<sup>169</sup>. Os estóicos defendem que se o incorpóreo não subsistisse enquanto algo, então o incorpóreo não poderia ser ensinado. Acerca deste ponto, expõe-se que “Se algo é ensinado, este seria ensinado ou através do não-algo, ou através de algo. Mas, isto não pode ser ensinado através de não-algo, pois estes não teriam subsistência para a mente, de acordo com os estóicos.”<sup>170</sup>. Assim, a abrangência de ‘algo’ é válida para o que existe enquanto corpóreo, e o que subsiste enquanto incorpóreo. Ao se admitir que o conceito de algo abriga o que existe e mesmo o que subsiste, decorre que o que pode subjazer como referente ao significado de um termo da proposição futura é algo corpóreo ou algo incorpóreo.

Os estóicos afirmam que o que é corpóreo pode existir de modo denso e às vezes de modo um pouco mais sutil. Quanto à existência densa do corpóreo os estóicos defendem que “[...] é corpo aquilo que tem três dimensões: comprimento, largura e altura. Dá-se também a isso o nome de corpo sólido.”<sup>171</sup>. Por outro lado, o corpóreo pode existir de modo um pouco mais sutil, como no caso do dito. Acerca da existência sutil do corpóreo os estóicos estabelecem que “[...] a palavra é corpo, pois tudo o que age e atua é corpo; ora, a palavra age e atua, porque a ouvimos e sentimos quando nos chega ao ouvido... Além disso, tudo o que se move e altera é corpo [...]”<sup>172</sup>. Conforme este modo de ser sutil do corpóreo, assim também são considerados corpóreos o bem, a alma, as paixões, a ira, o amor, a tristeza, a avareza, a crueldade, os vícios inveterados, a iniquidade, a maldade, a inveja, a soberba. O seguinte trecho ilustra isso:

O que age é um corpo. O bem age sobre a alma e, de certo modo, forma-a, dirige-a, atividades, estas, próprias de um corpo. Os que são bens do corpo são corpo. Portanto, o são também os que são próprios da alma. De fato, também esta é um corpo. O bem do homem é necessariamente corpóreo, enquanto ele é dotado de corpo. Eu mentiria se dissesse que tudo o que o alimenta, o conserva, restitui-lhe a saúde não é corpo; portanto, também o seu bem é um corpo. Não penso que poderias duvidar do fato de serem corpo as paixões [...] como, por exemplo, a ira, o amor, a tristeza: se duvidas, pensa como elas nos fazem mudar o rosto, como nos fazem enrugam a fronte, como tornam serena a face, como nos fazem enrubescer e como nos fazem empalidecer. E então? Por que pensa que estes sinais tão manifestos são provocados no corpo, senão por um corpo? Se as paixões são um corpo, o são também os males da alma: avareza, crueldade, vícios inveterados, que chegaram a ponto de não poder mais ser curados. Portanto, são corpos também a iniquidade e todas as suas formas, a maldade, a inveja, a soberba. Segue-se daí que também os bens são corpos, em primeiro lugar porque estão em contraste com aqueles, depois porque dão-te os mesmos indícios. [...] São corpos, portanto, os que mudam a cor e o aspecto dos corpos e agem sobre eles como se fossem seu domínio. [...] Todas

<sup>169</sup> GALEN, *On medical method*, 10.155,1-8 (SVF 2.322, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 27, G, p. 163.

<sup>170</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 1.17 (SVF 2.330, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 27, C, p. 162.

<sup>171</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 135, p. 212.

<sup>172</sup> AÉCIO, *Placita*, IV, 20, 2 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, III, 1, p. 126.

essas coisas que citei não poderiam determinar mudanças num corpo se não o tocassem; portanto são corpóreas.<sup>173</sup>

Neste caso, os corpóreos podem existir de modo mais sutil porque embora o corpo não esteja tão manifesto, mesmo assim, pode-se notar os efeitos deste corpo em outros corpóreos, mesmo em corpóreos mais densos. Os corpóreos também se caracterizam como determinados. Esta determinação decorre de dois princípios que determinam cada corpóreo, um princípio passivo e um princípio ativo. Acerca desta questão, é estabelecido que

Eles [os estóicos] pensam que há dois princípios do universo, um que é ativo, que atua sobre, e o outro que é passivo, sob qual é atuado. O que é passivo é qualificado de substância, i.e., matéria; o que é ativo é a razão [*logos*] nesta, i.e., Deus. Pois este, visto que é eterno, constrói toda simples coisa em toda a parte e em toda a matéria.<sup>174</sup>

Deste modo, todo corpóreo é determinado pela matéria, pela substância, enquanto um princípio passivo; assim como é determinado pela razão na matéria enquanto um princípio ativo. A matéria, a substância, é um princípio passivo do corpóreo, e assim, é um substrato comum do que existe. Neste sentido, a matéria é uma das condições básicas para a existência de algo. Sobre isso, é estabelecido que a “Matéria é aquilo a partir do qual se produzem todas as coisas.”<sup>175</sup>. Neste mesmo sentido, “Os estóicos chamam de substância a matéria-prima de todas as coisas; assim dizem Crísipo no primeiro livro de sua Física e Zenão.”<sup>176</sup>. Em função do exposto, todo corpóreo apresenta matéria, substância.

Os estóicos também defendem, fundamentalmente, que só o que é corpóreo caracteriza-se por ser, por existir. Acerca disso, estabelece-se que “O ser se diz só do que é corpo.”<sup>177</sup>. Esta condição de ser, de existir daquilo que é corpóreo, é identificada com o que é corpo. Neste sentido, propõe-se que “Ser e corpo são idênticos.”<sup>178</sup>. Os corpóreos também apresentam a propriedade de provocar ou de poder ser provocado, de atuar ou de poder ser atuado. Sobre isso, admite-se que “Tudo que age ou padece é corpóreo.”<sup>179</sup>. Esta propriedade de provocar ou de poder ser provocado, de atuar ou de poder ser atuado, do corpóreo, por sua vez só pode ser manifestada em relação a outro ser corpóreo. Acerca desta propriedade,

<sup>173</sup> SÊNECA, *Epist. ad Lucilium*, 106, 2 (= von Arnim, S.V.F., III, 84) *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, IV, 2, p. 300.

<sup>174</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.134 (SVF 2.300, part. 2.299) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 44, B, p. 268.

<sup>175</sup> DIÔGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 150, p. 215.

<sup>176</sup> *Ibid.*, VII, 150, p. 215.

<sup>177</sup> VON ARNIM, S.V.F., II, fr. 329 (p. 117, 5s.) *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, IV, 2, p. 299. O trabalho de von Arnim, *Stoicorum veterum fragmenta*, é atualmente considerado como a coletânea mais completa de trechos gregos e latinos sobre o estoicismo.

<sup>178</sup> VON ARNIM, S.V.F., II, fr. 359 (p. 123, 17s.) *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, IV, 2, p. 299.

<sup>179</sup> VON ARNIM, S.V.F., I, fr. 90 (p. 25, 36s.), e III, fr. 84 (p. 20, 37); cf. também I, frs. 342, 363, 387 *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, IV, 2, p. 299.

afirma-se que “[...] um corpóreo interage com outro corpóreo.”<sup>180</sup>. Conforme esta caracterização de corpóreo, tudo que é corpóreo é determinado, é ser, existe, age ou padece.

Uma vez que os corpóreos agem ou padecem entre os próprios corpóreos, então se admite o devir em relação aos corpóreos. Sobre a condição do corpóreo como passível de mudança, admite-se que “A matéria jaz como substância inerte, pronta para todas as mutações, mas firme se nada a move [...]”<sup>181</sup>. A condição de possibilidade de mudança do corpóreo é estabelecida como inerente à propriedade do que é corpóreo. Quanto a isso, propõe-se que “a Substância é suscetível de mudanças [...] pois se fosse imutável já não seria fonte de criação.”<sup>182</sup>. O substrato do que é corpóreo determina em parte o modo de ser do corpóreo, e, ao fazê-lo, também determina que o corpóreo sujeita-se ao devir. Porém, se houver mudança de algo corpóreo, então esta mudança sempre será do que é determinado para o que é determinado, em relação aos outros corpóreos, pois a mudança será do que é algo corpóreo para o que é algo corpóreo. Este devir determinado do corpóreo é consequência da propriedade de que o que é corpóreo não pode se tornar um incorpóreo (subsistente ou não existente), concomitante ao fato de que a matéria do corpóreo o determina real, eterna e fundamentalmente. O seguinte trecho evidencia esta propriedade:

[...] a substância [...] está sujeita a mudança. Suas partes são mudadas, mas elas não perecem de forma que sejam destruídas de algo em nada. Mas como no caso de inumeráveis bons modelos de cera, assim [...] não haveria formas ou modelos ou qualquer qualidade de nenhuma maneira intrínseca a matéria, a qual é a base de todas as coisas; ainda que esta sempre esteja unida e inseparavelmente conectada com alguma ou outra qualidade. E desde que esta é igualmente sem origem ou perecimento, porque esta não surgiu de algo não-existente e não perecerá em nada, a esta não falta sopro e vitalidade pela eternidade, configura-se na realidade em movimento, algumas vezes inteiramente, noutras vezes considerando-se suas partes.<sup>183</sup>

Neste caso, se algum corpóreo sujeito ao devir muda, então muda para o que é corpóreo. Conforme a caracterização do que é corpóreo, se há um referente enquanto algo corpóreo que subjaz ao significado de um termo da proposição futura, então subjaz ao significado deste termo um referente determinado. Se há um referente enquanto algo corpóreo sujeito ao devir que subjaz ao significado de um termo da proposição futura, então ainda subjaz ao significado deste termo um referente determinado.

<sup>180</sup> NEMESIUS, 78, 7-79, 2 (SVF 1,518, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 45, C, p. 272.

<sup>181</sup> SÊNECA, *Epist. ad Lucilium*, 65, 2 (= von Arnim, S.V.F., II, fr. 303) *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, IV, 3, p. 301.

<sup>182</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 150, p. 215.

<sup>183</sup> CALCIDIOS, 292 (SVF 1.88 part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 44, D, p. 269.

Por outro lado, “Os filósofos estóicos... enumeram quatro espécies dos incorpóreos: o exprimível, o vácuo, o lugar e o tempo.”<sup>184</sup>. De modo inverso ao corpóreo, o que é incorpóreo caracteriza-se por não existir, e sim por subsistir, uma vez que os incorpóreos, por definição, são isentos de corpo. Acerca desta propriedade, os estóicos defendem que “Incorpóreo é aquilo que, embora seja capaz de conter corpos, não os contém.”<sup>185</sup>. Uma vez que os incorpóreos não têm corpo, então os incorpóreos não podem agir nem padecer. Sobre essa propriedade, admite-se que “O incorpóreo por sua natureza não é capaz de agir, nem de padecer.”<sup>186</sup>. Uma vez que os incorpóreos não podem agir nem padecer, então os incorpóreos não podem interagir nem mesmo com outro corpóreo. Acerca da impossibilidade de um incorpóreo interagir com um corpóreo, defende-se que “[...] Nenhum incorpóreo interage com um corpóreo, e nenhum corpóreo com um incorpóreo [...]”<sup>187</sup>. Uma vez que os incorpóreos não podem agir nem padecer, então os incorpóreos não podem interagir nem mesmo com outro incorpóreo. Quanto à impossibilidade de um incorpóreo interagir com outro incorpóreo, estabelece-se que “[...] será totalmente impossível que algo incorpóreo [...] seja o agente de algo [...]”<sup>188</sup>. Deste modo, os incorpóreos não estão sujeitos ao devir. Os incorpóreos não existem de fato, apenas subsistem em nossas mentes, ou em nossas expressões. Observa-se que os incorpóreos subsistem de modo determinado uma vez que subsistem de modo necessário, não estando sujeitos à mudança.

Uma vez que entre os incorpóreos, os subsistentes, não se admite a possibilidade de mudança, então, obviamente, o que é incorpóreo não pode mudar para o que é corpóreo. O seguinte raciocínio também justifica a tese de que os incorpóreos não estão sujeitos ao devir: conforme relata Aécio “[...] todo móvel é corpo [...]”<sup>189</sup>, ora, todo incorpóreo é isento de corpo; logo, todo incorpóreo é imóvel. Portanto, os incorpóreos não estão sujeitos ao devir, e assim, não poderão mudar de algo subsistente para algo existente.

Em função da caracterização do que é incorpóreo, o que é incorpóreo e subsiste também pode subjazer como referente ao significado de um termo da proposição futura. Como corpóreos e incorpóreos podem exercer a função de referentes determinados em uma proposição, então há determinação referencial de toda proposição futura, tanto a que algo corpóreo ou algo incorpóreo subjaz como referente ao significado de algum termo.

<sup>184</sup> SEXTO EMPÍRICO, *Adversus mathematicus*, X, 218 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, III, 1, p. 126.

<sup>185</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 140, p. 213.

<sup>186</sup> SEXTO EMPÍRICO, *Contra os matemáticos*, VIII, 263 (= von Arnim, S.V.F., II, fr. 363) *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, IV, 4, p. 304.

<sup>187</sup> NEMESIUS, 78, 7-79, 2 (SVF 1,518, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 45, C, p. 272.

<sup>188</sup> CICERO, *Academica*, 1.39 (SVF 1.90) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 45, A, p. 272.

<sup>189</sup> AÉCIO, *Placita*, IV, 20, 2 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, III, 1, p. 126.

Observa-se que a proposição é sempre uma ponte entre noções corpóreas e incorpóreas. Já foi dito que:

Houve outra discordância entre os filósofos [concernente ao que é verdadeiro]: alguns entendem que o âmbito do que é verdadeiro ou falso seja ‘a significação’, outros ‘a expressão’, e outros ‘o processo que constitui o pensamento’. Os estóicos defendem a primeira opinião, afirmando que três coisas estão ligadas conjuntamente, ‘o exprimível, ‘o significante’, e ‘o que porta o nome’. O significante é uma expressão [um signo], por exemplo, ‘Díon’; o exprimível é um estado atual de ocorrência revelado pela expressão, o qual nós apreendemos como subsistente de acordo com nosso pensamento, apesar de que ele não é entendido por aqueles cuja linguagem é diferente, ainda que eles ouçam a expressão; o que porta o nome é o objeto externo [a referência], por exemplo, o próprio Díon. Destes, dois são corpóreos – a expressão e o portador do nome; mas um é incorpóreo – o estado de ocorrências significadas e exprimíveis, o qual é verdadeira ou falsa.<sup>190</sup>

Para os estóicos, o significado é sempre referente a ‘algo’ corpóreo ou a ‘algo’ incorpóreo. ‘Algo’ é aquilo que o significante expressa e o significado se refere. Além disso, a proposição estóica, o exprimível completo e preciso em significação, avaliável como verdadeiro ou falso, é sempre um incorpóreo.

O significado que subjaz ao sujeito de uma proposição pode apresentar como referente algo corpóreo ou algo incorpóreo. Por outro lado, o verbo que expressa o predicado da proposição só pode apresentar como referente algo incorpóreo. Esta propriedade está implícita no seguinte trecho:

Os estóicos afirmam que toda causa é um corpóreo, a qual torna-se a causa para um corpóreo de algo incorpóreo. Por exemplo, a faca, um corpóreo, torna-se a causa para o corte, um corpo, do predicado incorpóreo ‘sendo cortado’. E novamente, o fogo, um corpóreo, torna-se a causa para a madeira, um corpóreo, do predicado incorpóreo ‘sendo queimado’.<sup>191</sup>

No caso da proposição ‘Díon corre.’, se exprime um acontecimento incorpóreo; ‘Díon’, o sujeito da proposição, apresenta como referente algo que é corpóreo; enquanto ‘corre’, o predicado da proposição, apresenta como referente algo que é incorpóreo.

Uma vez que em toda proposição há verbo, decorre que todo acontecimento, evento, fato, expresso em uma proposição futura sempre envolverá pelo menos um referente incorpóreo. Toda proposição é correlata aos pensamentos de quem a expressa, e neste sentido, este correlato deve ser tomado como um incorpóreo<sup>192</sup>. Basicamente, toda expressão material da proposição é corpórea, enquanto todo conteúdo da proposição é incorpóreo<sup>193</sup>.

<sup>190</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.11-12 (SVF 2.166, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 33, B, p. 195-196.

<sup>191</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 9.211 (SVF 2.341) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 55, B, p. 333.

<sup>192</sup> Gazolla (1999, p. 107) observa que os acontecimentos que são julgados, através de proposições, não são as próprias coisas, mas algo que se desprendem destas.

<sup>193</sup> Bréhier (1967, p. 20-21) explica que o conteúdo da proposição não é algo corpóreo, mas algo incorpóreo que só subsiste no pensamento. Neves (1987, p. 81) explica que o fato, o evento, enquanto resultado de atividades de

Todo corpóreo sujeita-se ao devir, conforme uma relação de causalidade. Esta relação de causalidade é determinada pela força da razão divina, conforme o princípio ativo que age sobre a matéria. O seguinte trecho ilustra isso:

Eles [os estóicos] pensam que há dois princípios do universo, um que é ativo, que atua sobre, e o outro que é passivo, sob qual é atuado. O que é passivo é qualificado de substância, i.e., matéria; o que é ativo é a razão [*logos*] nesta, i.e., Deus. Pois este, visto que é eterno, constrói toda simples coisa em toda a parte e em toda a matéria.<sup>194</sup>

Conforme este trecho, a causalidade é eterna e age sobre a matéria do que corpóreo. Embora a causalidade tenha sido identificada com ‘Deus’, a causalidade também é identificada por outros nomes. Sobre isso, expõe-se que “Deus é uma substância única, quer se chame mente, ou destino, ou Zeus, mas é designado ainda por muitos outros nomes.”<sup>195</sup>. De certo modo, a concepção de causalidade estóica identifica-se com a vontade divina, mas tal causalidade não deve ser entendida como um mero capricho divino, mas fundamentalmente como o estabelecimento de um ordenamento válido para todas as coisas corpóreas que existem. Sobre a causalidade como este ordenamento fundamental, afirma-se que “O cosmo é ordenado pela razão e pela providência [...] enquanto a mente penetra em todas as partes do cosmos [...]”<sup>196</sup>. Este ordenamento rege e organiza a realidade conforme uma relação de causa e efeito, conforme um encadeamento de acontecimentos<sup>197</sup>. Acerca disso, os estóicos afirmam que “O destino é um encadeamento das causas daquilo que existe, ou a razão que dirige e governa o cosmos.”<sup>198</sup>. Este ordenamento viabiliza e guia a mudança dos corpóreos conforme suas propriedades mutáveis inerentes e não conforme um modo aleatório. O seguinte trecho evidencia isto: “A natureza é a capacidade movida por si mesma que, de conformidade com os princípios seminais, produz e conserva tudo que germina por si em períodos definidos, fazendo as coisas como elas são e obtendo resultados condizentes com as suas fontes.”<sup>199</sup>. A causalidade é a razão em função da qual acontecimentos passados, presentes e futuros estão encadeados. Encadeia-se passado e presente além de presente e futuro, e por associação, passado, presente e futuro. Neste sentido, admite-se que “[...]”

---

corpóreos sempre é algo incorpóreo. Frede (1994, p. 114-115) explica que embora os termos que compõem a proposição possam nomear algo corpóreo, todo evento, fato, acontecimento, expresso em uma proposição é algo incorpóreo.

<sup>194</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.134 (SVF 2.300, part, 2.299) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 44, B, p. 268.

<sup>195</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 135, p. 212.

<sup>196</sup> *Ibid.*, VII, 138, p. 212-213.

<sup>197</sup> Lopes dos Santos (1999, p. 391) expõe que a concepção de destino estóica impõe a todos os acontecimentos um encadeamento causal sucessivo inflexível, e que todos os fatos que parecem contingentes não o são, mas apenas revelam a incapacidade humana de prever, ou conhecer, certos estados do mundo que ocorrem conforme uma relação causal perfeita.

<sup>198</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 149, p. 215.

<sup>199</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 148, p. 215.

Destino é a razão do mundo ou razão das coisas governadas no mundo pela providência, ou razão segundo a qual aconteceram as coisas passadas, acontecem as presentes e acontecerão as futuras.”<sup>200</sup>. Fundamentalmente, todas as coisas estão encadeadas em função de uma relação de causa e efeito, concatenadas universalmente. Essa propriedade está implícita na seguinte passagem:

Dizem que este mundo, sendo um e contendo em si todos os seres, e sendo governado por uma natureza vivente e racional e pensante, tem o governo eterno dos seres, de acordo com uma concatenação e uma ordem preexistentes, pelas quais os primeiros fatos são causas dos sucessivos, e desta maneira, todos necessitados um dos outros; e assim, nada acontece neste mundo que não dependa em tudo dele e não tenha algo distinto ligado a si como a causa, nem nenhum dos fatos que hão de sobrevir pode estar desligado dos precedentes, como para não acompanhá-los com o mesmo caráter de necessidade, mas a cada fato segue outro a ele vinculado necessariamente como a sua causa, e todo fato é precedido por outro, de que está suspenso como a causa. Com efeito, nada acontece no mundo sem causa, porque nele nada existe separado e desligado de todos os precedentes.<sup>201</sup>.

Esta concepção de causalidade estoíca não deve ser entendida como determinismo puro e simples, pois a regência da causalidade apresenta duas outras propriedades sutis. Uma destas propriedades especifica a não determinação causal total de todos os efeitos, pois a causalidade, embora inexorável, é variável em intensidade. Sobre esta propriedade, os estoícos defendem que “[...] a mente [...] em algumas partes penetra mais, e em outras menos.”<sup>202</sup>. A outra destas propriedades especifica a possibilidade de que a relação causal pode ser exercida não necessária e diretamente por Deus, destino, natureza, providência, mas também, possível e indiretamente pelo que é corpóreo. Sobre esta outra propriedade, admite-se que

No princípio, Deus estava só em seu ser, e transformava toda a substância em sua volta [...]; e como no sêmen está o germe, da mesma forma aquilo que é a razão seminal do cosmos permanece como criador [...] de tal maneira que a matéria passa a ter por sua obra a faculdade de continuar a gerar.<sup>203</sup>.

Neste âmbito corpóreo, a alma humana destaca-se nesta possibilidade de criação – guardadas as respectivas proporções em relação à Razão Divina – ao dispor, pretender, tender, escolher, deliberar. Neste sentido, afirma-se que

[...] a ordem, a razão e a necessidade do destino movem os mesmos gêneros e princípios das causas, porém o impulso das resoluções e das nossas mentes e as ações das mesmas, são governadas pela própria vontade de cada um e pela índole dos ânimos.<sup>204</sup>.

<sup>200</sup> ESTOBEU, *Ecl.*, I, 79 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, III, 10, p. 132.

<sup>201</sup> ALEXANDRE DE AFRODÍZIA, *De fato*, c. 22, p. 191, 30 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, III, 10, p. 132.

<sup>202</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 138, p. 213.

<sup>203</sup> *Ibid.*, VII, 136, p. 212.

<sup>204</sup> CRIS. em Gélío, *Noctes atticae*, VII, 2 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, III, 15, p. 137.

Toda escolha racional humana ocorre em função de um poder, em função de um assentimento. A excelência, por exemplo, pode ser escolhida. Acerca deste poder, estabelece-se que “A excelência é digna de ser escolhida [...]”<sup>205</sup>. A admissão da escolha humana implica na admissão da possibilidade do homem transformar a matéria, embora tal transformação não possa desrespeitar o devir conforme uma relação de causa e efeito. Isso é evidenciado no seguinte trecho:

O homem excelente não tem apenas uma formação teórica, mas também pode pôr em prática o que deve ser feito. Sua ação se desenvolve mediante uma escolha correta, perseverança, fidelidade, imparcialidade, de tal maneira que se um homem faz algumas coisas demonstrando escolha inteligente, outras coisas com coragem, outras por meio de uma distribuição justa, e outras prontamente, ele é ao mesmo tempo sábio, corajoso, justo e moderado. De fato, cada forma de excelência constitui um princípio básico que leva à realização de um objetivo particular [...]”<sup>206</sup>.

Deste modo, a causalidade vige como ordenamento fundamental para o devir do corpóreo, embora o homem, em função de sua capacidade racional, possa fazer certas escolhas e assim também possa deflagrar algum devir. Contudo, todo devir só ocorre em função de um ordenamento causal. Ou seja, todo devir processa-se conforme um ordenamento determinado.

Em função do exposto, há determinação referencial de toda proposição futura, uma vez que referentes determinados corpóreos ou incorpóreos subjazem ao significado dos termos desta proposição. Nota-se que a significação da proposição futura é determinada, e não difere da significação das demais proposições, pois também expressa um incorpóreo determinado, um acontecimento subsistente.

---

<sup>205</sup> DIÓGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 127, p. 210.

<sup>206</sup> Ibid., VII, 126, p. 210.



## 2.4 DETERMINAÇÃO LÓGICA

Nesta seção exporei que há determinação lógica de toda proposição futura<sup>207</sup>. Para cumprir este objetivo, abordarei o modo de avaliar a proposição futura considerando o critério da verdade, o critério da realidade, a construção da proposição pelo pensamento, esquemas de inferência que auxiliam na sistematização de noções que decorrem das apresentações, além de considerar a realidade enquanto o domínio que circunscreve a avaliação, conforme a atribuição de um único valor-de-verdade, verdadeiro ou falso. Tal caracterização lógica depende sobremaneira, do conceito de apresentação, pois em função deste fundamenta-se o critério da realidade e o critério da verdade.

Os estoicos distinguem apresentações (*phantasias*) em racionais e irracionais. Sobre isso, afirma-se que “Outra distinção das apresentações é em racionais e irracionais; são racionais as dos seres racionais, e irracionais as dos seres irracionais; as racionais são um efeito da inteligência, e as irracionais não têm um nome.”<sup>208</sup>. Como o foco de investigação da proposição futura restringe-se – conforme a seção que trata da determinação semântica da proposição – às apresentações racionais, então fica claro que toda apresentação irracional inviabiliza a determinação lógica da proposição futura. Por outro lado, toda apresentação racional é fundamental para a determinação lógica da proposição futura, pois em função

---

<sup>207</sup> Mates (1961, p. V-VI), elege textos contemporâneos que contribuem para a discussão da Lógica Estóica, e (p. 1-5) ironiza a observação de Kant acerca da lógica ter atingido seu auge com Aristóteles, assim como destaca os resultados de Lukasiewicz, que por sua vez permitiram re-configurar o panorama da Lógica dos estoicos em relação à Lógica de Aristóteles, indicando que a Lógica dos estoicos precisava ser reescrita. Mates (p. 27-41) também apresenta e analisa a versão estóica de proposição; da verdade e da necessidade, além de expor brevemente a posição de Crispo sobre a proposição futura, e expor e comentar a posição de Diodoro Crono sobre a proposição futura. Blanché e Dubucs (1996, p. 93-122) desenvolvem uma análise da lógica megárica e da lógica estóica de modo relativamente unitário, pois, embora admitam a reduzida quantidade de informações acerca da lógica megárica, defendem que os megáricos são os verdadeiros fundadores da lógica estóica, uma vez que influenciam os estoicos fortemente – Diôgenes Laértios (1988, p. 184 e p. 187), neste aspecto, expõe que Diodoro Crono fora mestre de Zenão, uma vez que aquele lhe ensinara a arte da dialética. Blanché e Dubucs também destacam que a lógica estóica só se desenvolveu plenamente com Crísipo, e as melhores fontes de informação sobre a lógica estóica são Sexto Empírico e Diôgenes Laértios, sendo que este último baseia seus relatos em um manual proposto por Diocles de Magnésia. E que, entre as razões que tradicionalmente contribuíram para a lógica estóica ser incompreendida e desprestigiada há a dificuldade de preparar-se para estudá-la conforme suas fontes estão expostas e conforme suas fontes estão posicionadas em relação ao estoicismo, além da dificuldade de reconhecer o mérito e a originalidade de algo que está tão próximo da lógica de Aristóteles, mas que não é uma lógica oposta, nem menor. Contudo, Blanché e Dubucs propõem que alguns trabalhos contemporâneos como de Brochard e de Lukasiewicz suscitaram a reabilitação e a re-interpretação da lógica estóica como original. Kneale e Kneale (1962, p. 115-118) expõem que a lógica proposta por Crísipo desenvolveu-se a partir de forte influência da lógica megárica. Esses também se declaram atormentados pelo fato de pouquíssimo das obras lógicas megáricas e estóicas tenham sido conservadas, embora estes filósofos antigos tenham apresentado contribuições relevantes.

<sup>208</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 51, p. 193.

destas apresentações estabelecem-se significados, conteúdos exprimíveis, considerando-se ‘algo’ como um referente correlato. Acerca disto, os estóicos admitem que

Eles [os estóicos] afirmam que é “exprimível” [lektón = [...] significado] o que subsiste em conformidade com uma representação [apresentação] racional, e é racional a representação [apresentação] em conformidade com a qual é possível estabelecer racionalmente o objeto representado [apresentado].<sup>209</sup>

Evidencia-se, pois, que cada significado que pode ser expresso decorre de uma apresentação racional, concomitante a propriedade deste exprimível sustentar uma ponte entre algo que existe ou subsiste e algo que pode ser pensado. Não se deve confundir a apresentação com a imaginação, pois toda imaginação carece de um correlato. A imaginação é definida como “uma visão falsa da mente como acontece nos sonhos.”<sup>210</sup>, tal como um “movimento vão, afecção que se produz na alma mas sem que haja um objeto que a produza, como alguém que se bate contra as sombras e contra o vazio.”<sup>211</sup>. O significado que decorre de uma apresentação racional é sempre consequência de uma apresentação compreensiva, apreensiva ou de uma apresentação não-compreensiva, não-apreensiva. O seguinte trecho distingue estes dois modos de apresentação:

Há duas espécies de apresentação; uma apreende imediatamente a realidade, e a outra apreende a realidade com pouca ou nenhuma nitidez. A primeira, que os estóicos definem como o critério da realidade, é determinada pelo existente, de conformidade com o próprio existente, e é expressa e estampada na alma. A outra não é determinada pelo existente, ou se provém do existente, não é determinada de conformidade com o próprio existente, e não é, portanto, nem clara nem distinta.<sup>212</sup>

No caso da apresentação compreensiva (*phantasia kataleptiké*), o significado decorre de uma apreensão do que existe, conforme o que existe. Em função desta propriedade, a apresentação compreensiva é denominada de critério da realidade. Assim, para cada caso de apresentação compreensiva decorre uma caracterização coerente com a realidade. Como a apresentação compreensiva se impõe como o critério da realidade, então tal apresentação se impõe como tese lógica fundamental para se avaliar a proposição futura.

No caso da apresentação não-compreensiva (*phantasia akatáleptiké*), o significado decorre de uma apreensão que não capta de modo claro e imediato a realidade, pois não é determinada pelo existente, ou se é determinada pelo existente então não é conforme o existente. Em todo caso de apresentação não-compreensiva não se obtém uma caracterização

<sup>209</sup> SEXTO EMPÍRICO, *Contra os matemáticos*, VIII, 11s. (= von Arnim, S.V.F., II, fr.166) *apud* REALE, 1994b, 3ª parte, III, 4, p. 286.

<sup>210</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 50, p. 192.

<sup>211</sup> PSEUDO-PLUTARCO, *Des op. De philos.*, IV, 12, (= Aetius, IV, 12, 11-5 = von Arnim, II, 54) *apud* BRUN, 1986, 2ª parte, II, p. 38.

<sup>212</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 46, p. 192.

coerente com a realidade. Assim, para cada caso de apresentação não-compreensiva decorre uma caracterização distorcida da realidade. Neste sentido, afirma-se que “Há, todavia, apresentações que são aparências que se nos mostram como se proviessem do existente.”<sup>213</sup>.

A apreensão compreensiva também fundamenta o critério da verdade, outro critério lógico capaz de orientar a avaliação da proposição. Acerca disso, afirma-se que

Os estóicos definem o critério da verdade como a apresentação que apreende imediatamente a realidade, ou seja, que procede do existente, como afirmam Crísipo no segundo livro da *Física* e Antipatro e Apolodoros.<sup>214</sup>

Identifica-se, assim, o critério de verdade com a ocorrência da apresentação compreensiva. O critério da verdade e mesmo o critério da realidade são garantidos pela tese de que, se algo é apresentado de modo compreensivo, então este apresentado é, por si mesmo, evidente, à medida que força persuasivamente o ser humano a identificar o que há. O seguinte trecho ilustra isso:

Zenão não associava a persuasão a todas as representações [apresentações], mas somente aquelas que tivessem em si uma evidência própria das coisas representadas [apresentadas]: a esta representação [apresentação], pois, enquanto evidente por si mesma, chamava compreensiva (... como, de outro modo traduzirás cataléptica?); mas, já colhida e aprovada chamava-a compreensão à semelhança das coisas que se agarram com as mãos [...]<sup>215</sup>.

Deste modo, a verdade manifesta-se em toda apresentação compreensiva, pois algo é apresentado evidentemente tal como é. Se por um lado a verdade manifesta-se plenamente em toda apresentação compreensiva, por outro lado, a verdade jamais é manifestada plenamente em uma apresentação não-compreensiva. Porém, a verdade não se aplica apropriadamente a algo ou as apresentações, mas se aplica apropriadamente às proposições. É a proposição que é apropriadamente verdadeira ou falsa.

As apresentações compreensivas são obtidas basicamente em função da sensação ou da razão. Acerca disso, especifica-se que “[...] a apreensão pode realizar-se por meio da sensação, como do branco e do negro, ou do áspero e do macio, ou por meio da razão; este último é o caso das deduções obtidas por meio de demonstração [...]”<sup>216</sup>. Qualquer apresentação compreensiva que provenha da razão é apreendida porque o aprendido se manifesta como evidente, inegável. Tais apreendidos da razão são noções que se submetem à sistematização do pensamento. Qualquer apresentação compreensiva que provenha da sensação depende de assentimento. Quanto a isso, afirma-se que “As apresentações devidas a

<sup>213</sup> Ibid., VII, 51, p. 193.

<sup>214</sup> Ibid., VII, 54, p. 193-194.

<sup>215</sup> CÍCERO. *Acad. Post.*, I, 41 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, II, 5, p. 121.

<sup>216</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 52, p. 193.

sensações formam-se com base no existente e têm a nossa aprovação e nosso consenso.”<sup>217</sup>. Todo assentimento deve ser oportunamente concedido ou negado. Sobre isso, propõe-se que “a tempestividade nos ensina com segurança científica o momento em que devemos dar ou negar o nosso assentimento [...]”<sup>218</sup>. O critério em função do qual o ser humano estabelece o assentimento de uma apresentação caracteriza-se como uma necessária consideração do que é fundamentalmente evidente ou não. O seguinte trecho ilustra isso:

Sendo sobretudo, a diferença entre o ser inanimado e o animal o fato de que o animal age (uma vez que sem agir não se pode pensar que pode ser), é necessário, ou bem despojá-lo da sensibilidade, ou dotá-lo desse assentimento que se acha em nosso poder. Mas, em verdade, aqueles que não querem receber sensações nem assentir, de certo modo, tornam-se despojados de alma. Assim como é necessário que abaixe o prato da balança quando se colocam pesos sobre ele, também é necessário que a alma ceda a evidência. Porque, do mesmo modo como é impossível que nenhum animal não deseje aquilo que pareça apropriado a sua natureza... também não é possível que não aprove uma coisa evidente colocada diante dele<sup>219</sup>.

Deste modo, o assentimento caracteriza-se por um caráter involuntário. Porém, o assentimento também é caracterizado como ato voluntário e fundamental para haver uma apresentação compreensiva. Acerca disso, os estóicos admitem que

[...] o assentimento da representação [apresentação] compreensiva... parece ter um duplo aspecto, ou seja, possuir em si algo de involuntário e algo de voluntário, que está em nosso juízo. O receber, pois, representações [apresentações] é involuntário, e não depende de quem é afetado por elas, mas do objeto representado [apresentado] que o coloca neste estado espiritual, como o ver branco tendo colocado a cor branca diante de si, ou sentir sabor doce, aplicando doce ao gosto. Mas o assentir a esta sensação está naquele que recebe a representação [apresentação]... se tirarmos o assentimento da representação [apresentação] compreensiva, tira-se também a compreensão.<sup>220</sup>

Todo assentimento apresenta um caráter involuntário e voluntário, embora ocorra necessariamente em função de uma apresentação compreensiva. Nota-se que todo poder de escolha humana está restrito a este processo de assentir.

As apresentações compreensivas que são obtidas em função da sensação ou da razão têm em comum o fato de que apresentam o apreendido de modo evidente, inegável. Porém, não é uma apresentação que forma uma proposição, mas sim o pensamento. Esta é outra tese importante que deve ser considerada ao se avaliar uma proposição. As apresentações oferecem subsídios para que o pensamento seja pensado. O pensamento, por sua vez, não pode ser pensado se não há algo apresentado. Neste sentido, expressa-se que “[...] a teoria do assentimento, da apreensão e da inteligência, que precede todas as outras, não pode ser

<sup>217</sup> Ibid., VII, 51, p. 193.

<sup>218</sup> Ibid., VII, 46, p. 192.

<sup>219</sup> CÍCERO. *Acad. Post.*, I, 37 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, II, 5, p. 120-121.

<sup>220</sup> SEXTO EMPÍRICO, *Adversus mathematicus*, VIII, 397-8 *apud* MONDOLFO, 1964b, Livro IV, Cap. III, II, 5, p. 121.

expressa sem a apresentação.”<sup>221</sup>. Toda proposição decorre de uma atividade determinada do pensamento, em que o pensado exprime um acontecimento. Para os estóicos, “Uma afirmação [...] é voz semântica emitida pelo pensamento – por exemplo, ‘é dia.’”<sup>222</sup>. Tal voz semântica é emitida pelo homem, em função de seu pensamento. Acerca deste caráter, distingue-se que “A voz do animal é uma percussão do ar devida a um impulso natural, enquanto a do homem é articulada e emitida graças ao pensamento [...]”<sup>223</sup>. O pensamento lida com objetos próprios que decorrem de apresentações. Estes objetos do pensamento são noções. Os objetos do pensamento por sua vez, não são reais, mas são algo apresentado da realidade. Sobre isso, afirma-se que

Um objeto do pensamento (ou noção) é uma imagem do pensamento, que embora não seja realmente substância ou atributo é de certo modo substância e de certo modo atributo – por exemplo, a imagem de um cavalo que pode apresentar-se diante do espírito, embora não seja o cavalo.<sup>224</sup>

Conforme este trecho, o pensamento é capaz de apresentar a realidade à razão. Entre os objetos do pensamento, as noções gerais provêm de apresentações e são estabelecidas em função de acidente, de semelhança, analogia, transposição, composição, oposição, negação ou de privação. Acerca disso, estabelece-se que

Adquirem-se as noções gerais por meio de circunstâncias acidentais, ou por meio de semelhança, ou por meio de analogia, ou por meio de transposição, ou por meio de composição, ou por meio de oposição. Por acidente temos uma noção do sensível; por semelhança obtemos uma noção cuja origem está no que se encontra diante de nós, como por exemplo, a noção de Sócrates, graças à sua imagem, ou por analogia ou por via de acréscimo, como é o caso de Titiôs ou do Ciclope, ou por via de decréscimo, como é o caso do pigmeu. E assim, também por analogia, temos uma noção de centro da terra, graças a esferas menores. São um exemplo de transposição os olhos no peito; de composição é o hipocentauro; de oposição é a morte. Algumas noções adquirem-se por meio de uma passagem do perceptível para o imperceptível; é o caso do espaço e da significação das palavras. As noções do justo e do bem derivam desta natureza. Às vezes adquire-se a noção por negação ou privação – por exemplo, a do homem sem mãos.<sup>225</sup>

Todos estes modos de estabelecer objetos do pensamento são importantes à medida que estes objetos são elementares para as atividades do pensamento, assim como para a constituição da proposição. Os estóicos afirmam que, além deste tipo de noções gerais que são adquiridas, existem também noções denominadas de antecipações, pré-concepções, noções comuns ou *prolêpseis*, uma vez que estas surgem naturalmente.

---

<sup>221</sup> DIÔGENES LAËRTIOS, 1988, VII, 49, p. 192.

<sup>222</sup> Ibid., VII, 56, p. 194.

<sup>223</sup> Ibid., VII, 55, p. 194.

<sup>224</sup> Ibid., VII, 61, p. 195.

<sup>225</sup> Ibid., VII, 52-53, p. 193.

A proposição é consequência da atividade determinada do pensamento, porque o pensamento é capaz de dispor tais objetos do pensamento, exprimindo um acontecimento relativo ao que existe ou um acontecimento relativo ao que subsiste. Porém, que o que é pensado é distinto do que é existente e do que é dito. Sobre isso, admite-se que

Há [os estóicos afirmam] substâncias corpóreas: por exemplo, este é um homem, e este um cavalo. Estes são acompanhados por movimentos do pensamento os quais podem fazer declarações sobre os corpóreos. Estes movimentos têm uma propriedade peculiar para eles mesmos, os quais estão separados dos corpóreos. Por exemplo, Eu vejo Cato andando: a senso-percepção revela-me isso, e minha mente acredita nisso. O que eu vejo é um corpóreo, e é para um corpóreo que eu dirigi meus olhos e minha mente. Então eu digo, ‘Cato está andando.’. O que eu agora expresso (ele diz) não é um corpóreo, mas uma certa declaração sobre um corpóreo, a qual nós chamamos proposição, outros algo declarado, e outros uma coisa dita.<sup>226</sup>

Evidencia-se, assim, que o que é pensado não deve ser confundido com o que é existente ou com o que é dito. O que é pensado também não se confunde com o que é subsistente. Neste sentido, os estóicos defendem que “[...] a natureza inclui mesmo aquilo que não existe – coisas as quais entram na mente tais como centauros, gigantes, e qualquer outra falsamente formada pelo pensamento empregando algumas imagens maliciosas desprovidas de substância.”<sup>227</sup>

A construção da proposição pelo pensamento não é aleatória. O pensamento, além de ser capaz de dispor os objetos do pensamento, também se orienta por outra tese lógica, a que estabelece um padrão lógico básico de sistematização destes objetos do pensamento. Esta sistematização dos objetos do pensamento ocorre em função de esquemas de inferência fundamentais, também denominados de raciocínios indemonstráveis, anapodíticos. Os esquemas de inferência são diferentes de axiomas, pois aqueles são operações do espírito enquanto estas são leis intemporais. Sobre isso, propõe-se que “Há também alguns indemonstráveis, porquanto não é necessário demonstrá-los; por meio deles se constrói qualquer argumento; quanto ao seu número, os filósofos estóicos discordam, porém Crisipo enumera cinco.”<sup>228</sup>. Os modelos de raciocínios indemonstráveis implicam em preservação das propriedades de todo objeto de pensamento dispostos no processo de raciocínio, seja aquele que fora apresentado de modo compreensivo ou apresentado de modo não-compreensivo. O seguinte trecho ilustra isso:

O primeiro raciocínio indemonstrável é aquele em que todo o raciocínio consiste num juízo [proposição] hipotético, enquanto o enunciado final é a conclusão – por exemplo: ‘Se o primeiro também o segundo; há o primeiro, logo, há o segundo.’. O segundo raciocínio indemonstrável consiste num juízo [proposição] hipotético e num

<sup>226</sup> SENECA, *Letters*, 117, 13 *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 33, E, p. 196.

<sup>227</sup> SENECA, *Letters*, 58.13-15. (SVF 2.332, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 27, A, p. 162.

<sup>228</sup> DIÓGENES LAÉRTIOS, 1988, VII, 79, p. 200.

oposto ao enunciado final, enquanto tem como conclusão o contrário da premissa – por exemplo: ‘Se é dia, há a luz; mas é noite, logo, não é dia.’. Aqui a premissa é constituída do contrário do enunciado final, e a conclusão é constituída do contrário da premissa. O terceiro raciocínio indemonstrável apresenta uma combinação de proposições negativas como premissa maior, e o contrário da proposição restante como conclusão – por exemplo: ‘Não é possível que Platão esteja morto e que esteja vivo; mas Platão está morto, logo, Platão não está vivo.’. O quarto raciocínio indemonstrável, o silogismo disjuntivo, tem como premissa uma proposição disjuntiva e um dos dois membros da proposição disjuntiva, e tem como conclusão o contrário do outro membro – por exemplo: ‘ou existe A, ou existe B; mas A existe; logo, B não existe.’. O quinto raciocínio indemonstrável é aquele em que todo o argumento se compõe de uma proposição disjuntiva, e do contrário de um dos dois membros da proposição disjuntiva, e tem como conclusão o outro membro – por exemplo: ‘Ou é dia, ou é noite; mas não é noite, logo, é dia.’.<sup>229</sup>

Este conjunto de esquemas de inferência é um eficiente instrumento para sistematização lógica. Como exemplo, pode-se deduzir enquanto teoremas, a partir deste esquema, princípios fundamentais para um pensar coerente, como o princípio da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído. Assim, toda proposição, inclusive a futura, decorre de uma construção determinada pelo pensamento, seja porque o pensamento é capaz de dispor os objetos de pensamento expressando um acontecimento relativo ao que existe ou ao que subsiste; seja porque a constituição da proposição também é orientada por um padrão lógico básico de sistematização dos objetos do pensamento, enquanto esquemas de inferência fundamentais. Toda proposição futura, seja aquela que decorre de subsídios de uma apresentação compreensiva ou de uma apresentação não-compreensiva, é constituída de modo determinado pelo pensamento.

A avaliação da proposição também deve considerar a realidade enquanto domínio. Contudo, nenhuma proposição pode caracterizar plenamente a realidade, pois nenhuma proposição apresenta exclusivamente termos que decorrem de uma apresentação compreensiva (uma vez que o verbo de toda proposição apresenta um referente incorpóreo, e o que é incorpóreo não pode ser apresentado de modo compreensivo). As proposições em que o significado de cada um dos seus termos decorre de uma apresentação não-compreensiva também não apresentam a capacidade de caracterizar plenamente a realidade. Todos os casos de proposições futuras também não podem decorrer exclusivamente de apresentações compreensivas, pois nestas proposições se enuncia um acontecimento futuro e o futuro de fato não existe, mas apenas subsiste em nossas mentes. Os estóicos não se intimidaram diante da impossibilidade de representar plenamente a realidade através da proposição e defendiam que toda proposição exprime um acontecimento de modo completo, independentemente das apresentações que a subsidiaram. Porém, toda proposição é verdadeira ou falsa, e o valor-de-

---

<sup>229</sup> Ibid., VII, 80-81, p. 200.

verdade da proposição é determinado em função da aferição do conteúdo da proposição em relação à realidade.

Neste sentido, expõe-se que “Alguém que diz ‘É dia.’ parece propor que é dia. Se, então, é dia, a proposição adiantada torna-se verdadeira, mas se não, ela torna-se falsa.”<sup>230</sup>. As proposições não são um espelho da realidade, mas são representações da realidade, conseqüentes do modo como foram compostas as noções que exprimem um acontecimento que pode ser avaliado como verdadeiro ou falso.

Toda proposição estoíca, ao ser expressa, o é singularmente, aqui e agora. Isto significa que uma proposição, inclusive uma futura, apresenta um valor-de-verdade agora, embora possa não apresentar o mesmo valor-de-verdade posteriormente. O seguinte trecho ilustra esta propriedade:

Além disso, quando eles [os dialéticos] dizem que a proposição ‘É dia.’ é no presente verdadeira se ‘É noite.’ é falsa, e ‘Não: é dia.’ é falsa se ‘Não: é noite.’ é verdadeira, alguém imaginaria como uma negativa é uma e a mesma, juntando pela a verdade faz-se então a falsidade, e juntando a falsidade faz-se então a verdade.<sup>231</sup>.

Concomitante ao fato de que a proposição deve ser julgada em função daquilo que fora estabelecido como realidade, também se deve aferir a relação em que o predicado pertence em relação ao sujeito, expressando um acontecimento em relação ao sujeito referente da proposição. Neste sentido, admite-se que “Estas proposições definidas tais como ‘Este está sentando.’ ou ‘Este está andando.’ é dito por eles [os dialéticos] ser verdadeira sempre que o predicado, tal como ‘sentando’ ou ‘andando’ pertence a algo que se aplica à referência demonstrativa.”<sup>232</sup>. O seguinte trecho expõe outro modo de classificar as proposições simples, as afirmações ou as negações, como definidas, indefinidas ou intermediárias, assim como evidencia a necessidade de se aferir o conteúdo expresso na proposição em relação ao ‘algo’ que há:

Das proposições simples, algumas são definidas, outras indefinidas, e outras intermediárias. São definidas aquelas que são expressas através de uma referência demonstrativa, e.g., ‘Este está andando.’, ‘Este está sentando.’. Pois eu estou referindo demonstrativamente um homem em particular. São indefinidas, eles afirmam, aquelas nos quais algum constituinte indefinido é primário, e.g., ‘Alguém está sentando.’. Proposições intermediárias são da forma, ‘Um homem está sentando.’ ou ‘Sócrates está caminhando.’. ‘Alguém está andando.’ é indefinida, desde que esta não esteja marcada por qualquer pessoa em particular que está andando; pois esta pode ser expressa total e geralmente com referência a cada um deles. Mas, ‘Este está sentando.’ é definida, desde que esteja marcada a pessoa indicada. ‘Sócrates está sentando.’ é intermediária, desde que não seja indefinida (pois não está marcada especificamente) nem definida (pois não é expressa por uma referência demonstrativa), pois parece estar entre ambas, a indefinida e a definida.

<sup>230</sup> DIOGENES LAERTIUS, 7.65 (SVF 2.193, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, E, p. 203.

<sup>231</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.103 *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, F, p. 203.

<sup>232</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.100. (SVF 2.205, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, I, p. 204.



Eles dizem que a indefinida, ‘Alguém está andando.’ ou ‘Alguém está sentando.’, torna-se verdadeira, quando a definida, ‘Este está sentando.’ ou ‘Este está andando.’ é encontrada como verdadeira. Pois se nenhuma pessoa em particular está sentando, a indefinida, ‘Alguém está sentando.’, não pode ser verdadeira.<sup>233</sup>

Fica claro que a aferição do acontecimento expresso na proposição deve pautar-se pelo que existe ou subsiste enquanto domínio, enquanto ‘algo’ que há em seu sentido amplo.

A avaliação da proposição futura estóica admite dois casos para serem analisados<sup>234</sup>. No primeiro caso, admite-se que toda proposição futura que expressa um acontecimento que não está sujeito ao devir é avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa em função de ‘algo’ já determinado. No segundo caso, estabelece-se que toda proposição futura que expressa um acontecimento que está sujeito ao devir é avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa em função de uma concatenação causal de todas as coisas. Neste segundo caso, as proposições simples futuras são avaliáveis como verdadeiras ou falsas, ao se considerar proposições condicionais que conectam de modo causal acontecimentos presentes e acontecimentos futuros<sup>235</sup>. O seguinte trecho ilustra isso:

Além disso, eles [os estóicos] afirmam que o signo deve ser um signo presente de algo presente. Algumas pessoas cometem o erro e querem que uma coisa presente seja também o signo de uma coisa passada, como por exemplo, ‘Se este homem tem uma cicatriz, este homem teve um ferimento.’. ‘Ele tem uma cicatriz.’ é algo presente, desde que isto seja evidente, condicionado ao seu ato de ter tido um ferimento no passado, desde que o ferimento não seja improvável. Eles também querem que uma coisa presente seja o signo de uma coisa futura, como é circunscrito em um condicional do tipo, ‘Se este homem teve um ferimento no coração, este homem morrerá.’. Pois eles afirmam que um ferimento no coração já é presente, mas a morte está no futuro. Aqueles que pronunciam tais declarações não o realizam de fato, embora o passado e o futuro sejam diferentes, os signos e seus objetos, mesmo nestes casos, são uma coisa presente de algo presente. No primeiro exemplo... o ferimento já aconteceu no passado, mas ‘Este homem teve um ferimento.’, a qual é uma proposição, é presente, embora seja dita sobre algo que tenha acontecido. E, no caso de, ‘Se este homem teve um ferimento no coração, este homem morrerá.’, a morte está no futuro, mas a proposição ‘Este homem morrerá.’, é presente, apesar de ser dita sobre o que é futuro, porque ela é verdadeira mesmo agora.<sup>236</sup>

Os estóicos admitem que o passado e o futuro são diferentes (e subsistentes), mas defendem que as proposições presentes, passadas e futuras são sempre signos presentes de

<sup>233</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.93-8 (SVF 2.205) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, H, p. 204.

<sup>234</sup> Kneale e Kneale (1962, p. 126) explicam que Crísipo admite dois casos em função do qual uma proposição futura apresenta valor-de-verdade verdadeiro ou falso. No primeiro caso, o conteúdo expresso da proposição futura estaria predeterminado independentemente de outros fatos, como na proposição ‘Sócrates morrerá um dia’. No segundo caso, o conteúdo expresso da proposição estaria predeterminado em função da concatenação necessária com outros fatos associados, como na proposição ‘Se Laio e Jocasta tiverem um filho, então Laio será morto pelas mãos deste filho, Édipo’.

<sup>235</sup> Conforme Neves (1987, p. 86-87), os estóicos admitiam que algumas proposições não-simples permitem determinar um evento, um fato, obscuro a partir de um evento conhecido; assim como permitem estabelecer uma relação entre algo que é objeto de percepção e algo que não o é.

<sup>236</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professors*, 8.254-5 (SVF 2.221, part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 51, H, p. 306.

algo presente, uma vez que qualquer proposição é agora avaliável como verdadeira ou falsa. Qualquer proposição condicional que conecte o passado e o presente é um signo de algo presente e é avaliável como verdadeira ou falsa; enquanto que qualquer proposição condicional que conecte o presente e o futuro também é um signo de algo presente e também é avaliável como verdadeira ou falsa.

Uma última tese lógica que não poderia deixar de ser notada para a avaliação de uma proposição futura é a de que para toda proposição deve ser atribuído um único valor-de-verdade, verdadeiro ou falso. Sobre isso, admite-se que “Uma proposição é o que é verdadeiro ou falso [...]”<sup>237</sup>.

Em função do exposto, toda proposição futura é logicamente determinada, uma vez que toda proposição futura é necessariamente verdadeira ou falsa, conforme um conjunto de teses lógicas, tanto para a proposição futura que exprime um acontecimento sujeito ao devir quanto para a proposição futura que exprime um acontecimento não sujeito ao devir.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo que abordei a objetividade da proposição futura em Crisipo, defendi que o argumento de Crisipo sobre a proposição futura implica que toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa. Porém, distingui que, para Crisipo, as proposições futuras são avaliáveis necessariamente como verdadeiras ou como falsas em função do destino, conforme uma relação causal perfeita, ou em função do assentimento humano, conforme uma relação causal auxiliar. Estabeleci que há determinação semântica de toda proposição futura, uma vez que nesta se exprime de modo completo, determinado e preciso; que há determinação referencial de toda proposição futura, uma vez que subjaz um referente determinado corpóreo ou incorpóreo ao significado de cada termo desta proposição; e, que há determinação lógica de toda proposição futura, uma vez que toda proposição futura deve ser avaliada como verdadeira ou falsa conforme um conjunto de teses lógicas. Em função destes dados, proponho que há objetividade da proposição futura em Crisipo.

A interpretação de Crisipo sobre a proposição futura fundamenta-se em uma estrutura conceitual em que os três eixos teóricos, semântico, ontológico e lógico, mostram-se complementares. A teoria ontológica prepondera sobre a teoria semântica, pois toda

---

<sup>237</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Against the professor* 8.74 (SVF 2.187 part) *apud* LONG; SEDLEY, 1995, 34, B, p. 203.

significação decorre da apresentação de algo como referente. A teoria ontológica prepondera sobre a teoria lógica, pois toda atribuição de valor-de-verdade da proposição futura deve considerar o que existe e subsiste, algo, enquanto domínio para a avaliação. A teoria lógica, por sua vez, prepondera sobre a teoria semântica uma vez que toda significação depende de um processo de apresentação racional, fundamentalmente lógico.

A partir da reconstrução da interpretação de Crísipo sobre a proposição futura, evidencia-se que não se aceita a tese de que há um determinismo universal, embora se aceite a tese de que a maior parte dos acontecimentos futuros já está determinada. Para Crísipo, existem proposições futuras determinadas por relações causais perfeitas e proposições futuras determinadas por relações causais acessórias – e todas estas proposições futuras devem ser avaliadas necessariamente como verdadeiras ou falsas. Todo acontecimento expresso em uma proposição futura determinada por uma relação causal perfeita pré-supõe uma relação causal necessária entre aquilo que é dito e aquilo que acontecerá. Esta determinação futura fundamenta-se na concatenação universal de todas as coisas, na concepção de que o referente corpóreo expresso neste tipo de proposição mudará para algo determinado enquanto corpóreo, ou que o referente incorpóreo expresso neste tipo de proposição não está nem estará sujeito ao devir. Todo acontecimento expresso em uma proposição futura determinada por uma relação causal acessória não está nem estará sujeito a uma relação causal entre aquilo que é dito e aquilo que acontecerá. Contudo, todo acontecimento expresso neste tipo de proposição, fundamenta-se na concepção de que o homem pode assentir basicamente de dois modos, aceitar ou negar o que é apresentado. Uma vez que o assentimento está em poder do homem, decorre que nem todos os acontecimentos futuros expressos em uma proposição futura já estão determinados, embora se estabeleça que todo acontecimento futuro desta espécie seja avaliado necessariamente como verdadeiro ou como falso.

A interpretação de Crísipo sobre a proposição futura excede o modo como Cícero formula a questão da proposição futura. Para Crísipo, o significado da proposição futura depende da própria definição de proposição, enquanto um exprimível completo, preciso em significação e não ambíguo; depende do modo de se estabelecer a significação ao se considerar algo enquanto um referente; depende da distinção entre significante e significado; e, depende da apresentação racional como condição necessária para o estabelecimento do significado. O que acontecerá ou não acontecerá conforme o expresso na proposição futura, fundamenta-se em referentes específicos que subjazem ao significado da proposição futura, enquanto existentes corpóreos ou subsistentes incorpóreos, ambos determinados, embora só o que seja corpóreo sujeite-se a um devir causal. O valor-de-verdade da proposição futura está

condicionado a teses lógicas e deve considerar o modo de se estabelecer apresentações, compreensivas ou não compreensivas; deve considerar as relações de noções que decorrem das apresentações, além das sistematizações efetuadas pelo pensamento conforme esquemas de inferências. O valor-de-verdade, verdadeiro ou falso, da proposição futura requer ainda a consideração de ‘algo’ enquanto domínio para a avaliação, ou a consideração da concatenação universal de todas as coisas. Por adotar tais concepções, é que Crísipo apresenta uma interpretação sobre a proposição futura muito mais elaborada do que a atribuída por Epicteto ao primeiro. A questão da proposição futura não se restringe a disposição de poucas teses que sustentariam o argumento dominador, mas requer a consideração de muitas outras teses e conceitos que foram esquivados.

### III. A OBJETIVIDADE DA PROPOSIÇÃO FUTURA EM DIODORO CRONO

“[...] tudo o que acontecerá no futuro ele o declara necessário, e tudo o que não acontecerá o declara impossível”.<sup>238</sup>

Neste capítulo exporei a interpretação de Diodoro Crono sobre a proposição futura, ao apresentar o núcleo de sua argumentação, que por sua vez implica que toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa<sup>239</sup>. Em função desta argumentação, investigarei a estrutura conceitual pertinente a esta interpretação da proposição futura. Proporei que toda proposição futura apresenta determinação semântica, em função da tese de que o dito não pode ser equívoco e da tese de que o dito é significativo. Proporei que há determinação referencial para cada proposição futura, uma vez que há um referente determinado enquanto corpo sem partes que subjaz ao significado de cada termo desta proposição futura. Proporei que há determinação lógica de toda proposição futura, uma vez que há um conjunto de teses que sustentam a avaliação desta proposição como verdadeira ou como falsa. Ainda neste capítulo, abordarei que a estrutura conceitual de Diodoro Crono, pertinente a análise da proposição futura, privilegia a teoria ontológica em detrimento da semântica e da lógica.

<sup>238</sup> CÍCERO, *De fato*, 7, 13 (= Döring, fr. 132 A = Giannantoni, II F, 25) *apud* REALE, 1994b, 1ª parte, III, 3, p. 62.

<sup>239</sup> Eu procurei reconstituir a interpretação de Diodoro Crono sobre a proposição futura considerando principalmente o livro *Sobre o destino* de Cícero e *Les mégariques, fragments et témoignages* de Muller.

### 3.1 O ARGUMENTO

Nesta seção exporei o argumento de Diodoro Crono sobre a proposição futura contido na obra *Sobre o destino*, de Cícero. Este argumento não trata exclusivamente de proposições simples, mas certamente as circunscreve. O argumento denominado ‘dominador’, do megárico Diodoro Crono, implica que todas as proposições futuras são avaliáveis necessariamente em função de um valor-de-verdade determinado, como verdadeiro para as proposições futuras que expressam algo que ocorrerá necessariamente, ou como falso para as proposições futuras que expressam algo que é impossível ocorrer<sup>240</sup>.

Antes de apresentar tal argumento, convém expor que não há certeza absoluta acerca do que Diodoro Crono admitiria como proposição. Esta imprecisão decorre do fato de que Diodoro não legou uma definição cabal a este respeito. Sobre este aspecto Kneale e Kneale declaram que “Não podemos dizer com certeza se na sua opinião (de Diodoro) aquilo que se chama verdadeiro ou falso, necessário ou impossível é uma frase indicativa, uma proposição em sentido moderno, ou uma terceira categoria distinta de ambas estas duas.”<sup>241</sup>. Por outro lado, ainda se pode investigar a interpretação de Diodoro Crono sobre a proposição futura, considerando a caracterização geral de proposição tal como é proposta na introdução desta dissertação. Feita esta observação, tratarei da argumentação que circunscreve o caso de toda proposição futura<sup>242</sup>. O argumento dominador de Diodoro Crono expressa que

[...] só é possível o que é verdade agora e o será no futuro, e tudo o que acontecerá no futuro ele o declara necessário, e tudo o que não acontecerá o declara impossível.<sup>243</sup>

<sup>240</sup> Reale (1994b, p. 56-68) propõe que os megáricos fortemente influenciados pela ontologia eleática e exercitados na dialética erística, polemizavam acerca da tese de Aristóteles sobre a potência. Para Reale, os principais nomes do megarismo são Eubúlides (autor dos seguintes sofismas: o Mentiroso, o Escondido, o de Electra, o Velado, a Sorites, o Cornudo e o Calvo), Alexino (discípulo de Eubúlides), Diodoro Crono e Estílpon (defensor da tese de que uma proposição só é verdadeira se afirma uma identidade, tal como “Sócrates é Sócrates”). Reale também expõe que a escola megárica é tradicionalmente desvalorizada, embora filósofos célebres como Platão e Aristóteles se dedicassem, em suas respectivas obras, não por acaso, a uma contra-argumentação às teses megáricas. Blanché e Dubucs (1996, p. 93-108) destacam Euclides, fundador da escola megárica, além de Eubúlides, Diodoro Crono e Fílon (autor de uma antiga versão de funções de verdade para a implicação material) como os megáricos mais proeminentes.

<sup>241</sup> KNEALE; KNEALE, 1962, III, 2, p. 120.

<sup>242</sup> Weidemann (2003, p. 229-238) retoma o argumento-mestre (dominador) de Diodoro Crono analisando sua relação com a proposição condicional futura. Também é proposto que Diodoro Crono tenha sido um contemporâneo mais jovem do que Aristóteles, além de relatar que, algumas pesquisas recentes, situam Diodoro como um dialético e não como um megárico (o que parece um pouco exagerado, pois, como deve ficar claro neste capítulo, Diodoro Crono defende teses megáricas fundamentais. Não estou dizendo que Diodoro Crono não é um dialético. Penso que Diodoro Crono apropria-se tanto de ensinamentos dialéticos quanto megáricos). Blanché e Dubucs (1996, p. 106-107), por exemplo, situam Diodoro Crono como um megárico e um exímio dialético.

<sup>243</sup> CÍCERO, *De fato*, 7, 13 (= Döring, fr. 132 A = Giannantoni, II F, 25) *apud* REALE, 1994b, 1ª parte, III, 3, p. 62.

Conforme este argumento, há um determinismo que sobrepuja todas as proposições futuras, uma vez que a noção de necessidade subjuga a noção de possibilidade. As seguintes características sustentam esta tese. Ao se admitir que há algo possível, então este algo só há porque algo é necessário ou porque algo será necessariamente. Ao se admitir que há algo necessário, então este algo só há porque algo é necessário ou porque algo será necessariamente. Ao se admitir que há algo impossível, então este algo não há porque algo é impossível ou porque algo será impossível. Assim, qualquer acontecimento futuro é impossível ou é necessário. Ao se considerar estas características, decorre que toda proposição futura deve tratar de algo que ocorrerá necessariamente ou de algo que não ocorrerá porque é impossível que ocorra. Conforme este argumento, decorre que o possível está incluído no âmbito da necessidade e que o que é possível se subordina ao que é necessário, i.e., a modalidade da possibilidade se subordina à modalidade da necessidade. Assim, o que é possível está de certo modo incluído no que é necessário, não havendo algo possível que também não se caracterize como necessário<sup>244</sup>.

Outra versão deste mesmo argumento explicita outros aspectos fundamentais:

Diodoro crê ser possível somente o que é verdadeiro no presente e o será no futuro. Este princípio é ligado a seguinte tese: nada acontece que não tenha sido necessário, o que já é possível ou já é ou será; o futuro não pode transformar algo do passado de verdadeiro em falso. Mas a imutabilidade do passado é evidente, enquanto a do futuro, em certos casos, não aparece e (só) por isso pode ser posta em dúvida.<sup>245</sup>

Conforme esta versão do mesmo argumento, explicita-se que o passado, o presente e o futuro são determinados em função de uma necessidade absoluta, um determinismo imutável, e que não há possibilidade de mudança desta relação cristalizada. Epicteto procurou explicar o argumento dominador, ao explicitar as respectivas teses fundamentais assim como o corolário destas teses do seguinte modo:

O discurso dominador parece argumentar por meio de algumas premissas assim estabelecidas: há um contraste interno entre estes três princípios: 1) é necessário que cada fato realizado seja verdadeiro; 2) do possível não pode provir o impossível; 3) é possível também o que não é nem será verdadeiro. Percebendo este contraste, Diodoro valia-se da força persuasiva dos primeiros dois princípios para apoiar esta conclusão; nada é possível se já não é ou será verdadeiro.<sup>246</sup>

Para Diodoro Crono, tudo se reduz à necessidade ou à impossibilidade; e se há futuro, então este é imutável. Admitidas estas duas teses como premissas, decorre que tudo o que

<sup>244</sup> Segundo Reale (1994b, p. 61-62), a argumentação de Diodoro Crono fundamenta-se na tese da identidade entre potência e ato, entre possibilidade e realidade, e entre possibilidade e necessidade.

<sup>245</sup> CÍCERO, *De fato*, 9, 17 (= Döring, fr. 132 A = Giannantoni, II F, 25). Ver também EPICTETO, *Diatribes*, II, 19, 1-5 (=Giannantoni II F, 24) *apud* REALE, 1994b, 1ª parte, III, 3, p. 62.

<sup>246</sup> EPICTETO, *Dissertationes ab Arriano Digestae*, II, 19, 1 *apud* MONDOLFO, 1964a, Livro II, Cap. III, 3, p. 201.

ocorrerá no futuro ocorrerá porque era necessário ocorrer, e tudo o que não ocorrerá no futuro não ocorrerá porque era impossível ocorrer<sup>247</sup>. Esta linha de raciocínio implica que o valor-de-verdade da avaliação da proposição futura está predeterminado, em função de algo que necessariamente ocorrerá ou de algo que impossivelmente não ocorrerá. Os valores-de-verdade das proposições futuras devem ser considerados predeterminados, uma vez que não se admite a possibilidade de mudança de valor-de-verdade. O seguinte trecho ilustra isso:

[...] acontece que nem sequer no futuro possa acontecer àquela mudança de verdadeiro em falso. Com efeito, a proposição ‘Cipião morrerá.’ tem tal força que, embora dita a respeito do futuro, não pode todavia converter-se em falsa: pois se diz de um homem, a quem morrer é necessário. Assim, se se dissesse ‘Cipião morrerá de noite, em seu leito, assassinado com violência.’, seria dito segundo a verdade, pois seria dito haver de acontecer aquilo que havia de acontecer; ora, ter estado para acontecer deve ser entendido a partir disto: porque aconteceu. E não era mais verdadeiro dizer ‘Cipião morrerá.’ que ‘Morrerá de tal modo.’, nem mais necessário, a Cipião, morrer que morrer de tal modo; nem mais imutável de verdadeiro em falso ‘Cipião foi assassinado.’ que ‘Cipião será assassinado.’<sup>248</sup>.

Uma vez que não se pode alterar o que ocorrerá no futuro, todo dito assertivo futuro expressará algo que necessariamente ocorrerá ou que impossivelmente não ocorrerá, que por sua vez, implica que o valor-de-verdade de toda proposição futura está predeterminado como verdadeiro ou como falso. As proposições futuras que expressam algo que ocorrerá necessariamente estão predeterminadas como verdadeiras. Quanto a isso, se afirma que para

---

<sup>247</sup> Seabra Filho (1993, p. 52), tradutor e comentador do *Sobre o destino* de Cícero, expõe que a argumentação de Diodoro Crono nega a contingência; sustenta a necessidade daquilo que é e será; e, sustenta a impossibilidade daquilo que não é nem será. Lopes dos Santos (1998, p. 92-94) aborda o argumento dominador e explica que a base de tal argumento determina logicamente todo fato real futuro à medida que este decorre de um fato real passado. Hartmann (1986, p. 12-14) explica que o argumento dominador apóia-se, sobretudo, na tese de que só há possível que é efetivo ou será efetivo, concomitante a admissão da tese de que qualquer coisa que não se submeta a este caso é ou será impossível. Cahn (1967, p. 48-66) aborda o argumento dominador, legado por Epicteto, expondo suas principais teses. Na seqüência expõe-se a reconstrução do argumento dominador por parte de pensadores contemporâneos que procuram evitar sua conclusão determinista, destacando-se Frederick Copleston, Jaako Hintikka e Arthur Prior. Para Cahn, a reconstrução do argumento dominador por parte de Copleston e Hintikka não é tão forte quanto aquela proposta por Prior. Prior (1978, p. 32-33), com o intuito de esclarecer e reforçar o argumento dominador propõe proposições equivalentes para as respectivas três premissas do argumento dominador: 1) qualquer que tenha sido o caso não pode agora não ter sido o caso; 2) se *p* implica necessariamente *q*, então se *q* não é possível, *p* não é possível; 3) se qualquer coisa não é verdadeira tanto quanto será verdadeira, esta não é possível – e propõe duas premissas adicionais para que, efetivamente, a conclusão proposta no argumento dominador ocorra. Estas premissas são: 4) de algo que existe como caso necessariamente segue que este tem sempre sido o caso, ou em todos os eventos nunca teriam sido, nunca seriam o caso; 5) se qualquer coisa é e sempre será falsa (i.e. não é nem será verdadeira), esta já tem sido o caso que será sempre falsa. Vuillemin (1984, p. 16-19) expõe que Zeller comete um erro lógico e um cronológico ao interpretar o argumento de Diodoro Crono, em seu *Über den 5LDigÛω< des Megarikers Diodorus*. Zeller propõe o seguinte silogismo equivalente ao argumento dominador: Se qualquer coisa foi possível que nem é nem será, então um impossível resultará de um possível. Acontece que um impossível não pode resultar de um possível. Assim, nada que não é possível não é nem será. Zeller explica que todo fato passado é necessário; de que se algo se encontra realizado, então outra possibilidade para este acontecimento se encontra suprimida; decorre que se algo tem sido possível antes, então um impossível decorreria. Para Vuillemin, o erro lógico reside em desrespeitar a segunda premissa do argumento de Diodoro (do possível não pode provir o impossível). O erro cronológico reside em considerar o sentido do impossível como afastado de uma consecução temporal.

<sup>248</sup> CÍCERO, 1993, IX, 18-19, p. 18.



todo dito “[...] se vier a dizer do futuro, e isso assim deva acontecer, dirás que era necessário: o que é a opinião toda de Diodoro [...]”<sup>249</sup>. As proposições futuras que expressam algo que é impossível ocorrer estão predeterminadas como falsas. Sobre isso, admite-se explicitamente que “[...] tudo aquilo que se afirma como falso, sobre o futuro, não pode acontecer.”<sup>250</sup>.

Ao se admitir que o argumento dominador também se aplica às proposições futuras, decorre que todas as proposições futuras são avaliáveis necessariamente, em função de um valor-de-verdade determinado, como verdadeiras ou como falsas. Estes valores-de-verdade das proposições futuras, distinguem-se como verdadeiro para as proposições futuras que expressam algo que ocorrerá necessariamente, e como falso para as proposições futuras que expressam algo que é impossível ocorrer<sup>251</sup>.

### 3.2 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA

Nesta seção defenderei que há determinação semântica do conjunto dos termos da proposição futura de Diodoro Crono, a partir, fundamentalmente, da tese de que não há dito equívoco e da tese de que todo dito é significativo.

Diodoro Crono admite que não há nenhuma palavra e nenhum dito equívoco. O seguinte trecho ilustra isso:

Diodoro, o que porta o sobrenome Crono, afirma [quanto a isso:] ‘nenhuma palavra é equívoca, não há equívoco nem no dito nem no pensamento; e se deve considerar que nada diferente é dito que isto que se pensa dizer aquilo que se fala. Contudo, acrescente-se isso, quando eu tenho pensado uma coisa e que tu a compreende uma outra, pode-se estimar que o expresso foi obscuro antes do que equívoco; pois para que um termo tivesse sido equívoco, ele teria por natureza ser que o locutor tivesse dito efetivamente duas ou mais coisas. Acontece que as pessoas não dizem duas ou mais coisas quando pensam em dizer uma só’.<sup>252</sup>

<sup>249</sup> Ibid., VII, 13, p. 16.

<sup>250</sup> Ibid., VI, 12, p. 15.

<sup>251</sup> Kneale e Kneale (1962, p. 124 e p. 136) defendem que o argumento de Diodoro Crono partilha do mesmo erro proposto por Aristóteles, o de supor que se pode desconsiderar a definição de proposição, o que erroneamente implica em querer atribuir um valor-de-verdade à proposição condicionada a um tempo verbal específico, como o futuro, por exemplo.

<sup>252</sup> AULU-GELLE, *Noctes atticae*, XI, 12, 1-3 *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 111, p. 40-1, (tradução nossa). Eu abordei nesta dissertação alguns trechos coligidos no livro *Les mégariques, fragments et témoignages*, de Muller. Como eu traduzi todos estes trechos, a partir deste ponto dispensarei a inclusão da expressão ‘tradução nossa’ das notas de rodapé relativas a este livro. Muller (p. 7-12) explica que a base de todas as referências contidas em seu livro, os testemunhos e as doxografias, fundamentam-se no trabalho de M. K. Döering, *Die Megariker, Kommentierte Sammlung der testimonien*, 1972. Muller destaca algumas dificuldades inerentes ao estudo do megarismo, como a necessidade de desenvolver uma abordagem que justapõe fragmentos ou testemunhos de autores de escolas diferentes e de séculos diferentes, embora tais fontes se apresentem como válidas e pertinentes; de restituir a coerência conceitual dos principais elementos da doutrina considerando a dispersão das fontes e a brevidade da maioria delas; etc.

Deste modo, explicita-se que se algo é dito, então este dito não pode ser equívoco. Ora, cada termo de uma proposição futura, considerado isoladamente, é um tipo de dito. Como cada termo da proposição futura, considerado isoladamente, é um tipo de dito, então cada termo da proposição futura não é equívoco. Também se explicita que qualquer dito, enquanto uma expressão, não pode ser equívoco. Como a proposição e a proposição futura também são tipos de ditos, então estes ditos não são equívocos. Ao se admitir que os ditos proposicionais futuros não podem ser equívocos, então o significado expresso pelo conjunto de termos da proposição futura não pode ser equívoco. Assim, em função da tese de que não há equívoco nem na palavra e nem no dito, toda proposição futura apresenta determinação semântica em relação ao conjunto de seus termos.

A tese de que não há equívoco nem na palavra e nem dito é corroborada por outra tese de Diodoro Crono. Esta outra tese explicita que todo som vocal é significativo, e permite chegar às mesmas conclusões da tese anterior: “Nós não aprovamos o dialético Diodoro que pensa que todo som vocal é significante [...]”<sup>253</sup>. Ao se considerar que todo som vocal é significativo, então cada termo expresso isoladamente pela voz é significativo. Ao se considerar que todo som vocal é significativo, então decorre que um conjunto qualquer de termos expresso pela voz também é significativo. Assim, em função da tese de que todo som vocal é significativo, cada termo da proposição futura é significativo; além de que o conjunto de termos da proposição futura também é significativo. A combinação destas duas teses corrobora a caracterização de que toda proposição futura apresenta determinação semântica, pois por um lado, o conjunto de termos da proposição futura não pode ser equívoco; e por outro lado, o conjunto de termos da proposição futura é significativo.

Estas duas teses fundamentais da semântica de Diodoro dependem de uma noção de significação que, por um lado admite que cada nome implica um significado, e, por outro lado admite que o nome é estabelecido artificialmente. As palavras, os ditos, os sons vocais são significativos porque são nomes. Acerca disso, Diodoro Crono admite que

Se, com efeito, este nome é da forma nominal e possui uma significação, se de outra parte cada parte do discurso possui uma significação ou é um elemento constituinte, ele é evidentemente [tal] que para cada um destas partes pode ser chamado ‘nome’; isto é concernente ao que se seria fundado por Diodoro, o que é chamado Crono [...]”<sup>254</sup>.

Deste modo, se algo dito apresenta um significado, então este algo dito também apresenta um nome. Assim, o nome caracteriza-se como uma denominação geral para aquilo

<sup>253</sup> AMMONIUS, *In De Interpr.*, 38, 17-20 Busse *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 112, p. 41.

<sup>254</sup> ANECDOTA GRAECA OXONIENSIA, IV, 328, 25-32 Cramer *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 115, p. 41.

que possui significado. Também fica evidenciado que o discurso é formado por nomes, por elementos semânticos. Por outro lado, o significado depende de uma ação humana, depende do estabelecimento artificial do significado. Neste sentido, os ditos, enquanto nomes, devem ser considerados enquanto convencionais e não como naturais. Sobre isso, afirma-se que Diodoro Crono “[...] tem zombado das distinções gramaticais, como daqueles que pretenderam que os nomes são naturais [...]”<sup>255</sup>. O testemunho a seguir aborda este mesmo aspecto: “[...] para Diodoro ao contrário, os nomes não são naturais, mas convencionais [...]”<sup>256</sup>. O fato de que a significação ocorre em função do estabelecimento convencional do nome, não inviabiliza as duas teses semânticas que nos permitem caracterizar a determinação semântica da proposição futura. Em função do exposto, considerando que cada elemento que poderia compor a proposição futura não pode ser equívoco, mas por sua vez deve ser significativo, e considerando que o conjunto de termos expresso pela proposição futura não pode ser equívoco, mas sim deve ser significativo, decorre que há determinação semântica de toda proposição futura.

Embora se possa inferir uma sintaxe inerente à proposição futura, em função da união de seus elementos semânticos constitutivos, não há trechos ou testemunhos acerca de sua doutrina para expor tal caracterização. No entanto, pode-se retomar alguns exemplos de proposições futuras de Diodoro Crono, tais como, por exemplo, “[...] Cipião morrerá.”, [...] ‘Cipião morrerá de noite, em seu leito, assassinado com violência.’, [...] ‘Cipião será assassinado.’”<sup>257</sup>; e inferir que tais exemplos apresentam uma estrutura semântica formal subjacente. Conforme estes mesmos exemplos de proposições futuras, e mesmo admitindo que Diodoro Crono não falava de esquemas formais para representar a composição da proposição, infere-se pelos menos dois tipos de n-ordenados semânticos, um duplo ordenado <nome, nome>, e um outro terno ordenado <nome, nome, nome>. Conforme estes dois tipos de n-ordenados semânticos, infere-se que subjaz a esta estrutura dois tipos respectivos de n-ordenados sintáticos, um duplo ordenado <S, P> em que S representa o sujeito e P representa o verbo enquanto predicado atribuído ao sujeito, e um outro terno ordenado, <S,V,P> em que em que S representa o sujeito, V representa o verbo que liga o predicado ao sujeito e P representa o restante do predicado atribuído ao sujeito. Se estes n-ordenados semânticos e sintáticos não representam a totalidade das possíveis combinações de termos em uma

<sup>255</sup> SIMPLICIUS, *In Cat.*, 27, 15-24 Kalbfleisch *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 113, p. 41.

<sup>256</sup> ETIENNE, *In De Interpr.*, 9, 20-24 Hayduck *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 114, p. 41.

<sup>257</sup> CÍCERO, 1993, IX, 17-18, p. 18.

proposição futura de Diodoro Crono, pelo menos devem representar grande parte das possíveis combinações.

### 3.3 IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS

Nesta seção argumentarei que há um referente determinado que subjaz ao significado de cada termo da proposição futura, que por sua vez, me permite propor que há determinação referencial de toda proposição futura de Diodoro Crono. Para tanto, exporei que só existe ser determinado enquanto ‘corpo sem partes’. Também considerarei a hipótese de que tal ser determinado, corpo sem partes, esteja sujeito ao devir. Contudo, para Diodoro Crono nenhum corpo sem parte ainda pode estar sujeito ao devir. Uma vez que o referente que subjaz ao significado de um termo da proposição futura é determinado e não pode mudar, então cada referente que subjaz ao significado de um termo da proposição futura só pode ser determinado.

Para justificar que só há referente determinado que subjaz ao significado de um termo da proposição futura, é preciso investigar a noção de corpo sem partes. O conceito central da ontologia de Diodoro Crono é o de corpo sem partes, que por sua vez, parece se identificar com a noção de átomo, uma vez que corpo sem partes caracteriza-se por ser indivisível, fundamento para qualquer composição e consequência fundamental de qualquer dissolução de todas as coisas que existem. O seguinte trecho ilustra isso:

Outros, modificam o nome dos átomos, afirmando que são corpos sem partes, estas mesmas partes do universo, elementos indivisíveis do qual todas as coisas são constituídas e nos quais eles se dissolvem. E este é Diodoro que parece ter sido o criador deste termo ‘sem partes’.<sup>258</sup>

Neste sentido, pelo menos algum corpo sem partes está presente em tudo o que existe. Corpo sem parte apresenta-se como o elemento fundamental de constituição de todas as coisas que existem. Os corpos sem partes também devem ser entendidos como princípio de todas as coisas. Acerca disso, “Diodoro, o que é [de] sobrenome Crono, estima que [...] os corpos sem partes e mínimos [...] constituem o princípio de todas as coisas.”<sup>259</sup>. Os corpos sem partes também devem ser entendidos como seres mínimos, infinitos em número, embora determinados. Neste sentido, Diodoro Crono admite que “[...] os corpos sem partes [...] são

<sup>258</sup> DENYS D’ALEXANDRIE (Eusèbe, *Praeparatio evangelica*, XIV, 23, 4) *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 116, p. 41.

<sup>259</sup> PS. – GALIEN, *Historia philosopha*, 18, p. 611, 1-2 *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 117 E, p. 42.

princípios; estes corpos são também, conforme ele, os mais pequenos que existem, infinitos em número, mas de grande determinação.”<sup>260</sup>. Conforme a perspectiva de que toda coisa existente é constituída por corpos sem partes, afirma-se que também o instante, a unidade e mesmo um indivíduo, também podem ser caracterizados como corpos sem partes. Sobre isso, propõe-se que “Os instantes também são sem partes, como as unidades, de modo que mesmo se alguém pretendesse que existissem os corpos sem partes, como Diodoro acreditava mostrar, as mesmas afirmações serão expressas sobre o sujeito.”<sup>261</sup>. Conforme a caracterização do que é corpo sem partes, tudo o que existe é ser determinado. Uma vez que tudo o que existe é determinado, então o referente que subjaz ao significado de cada termo da proposição futura só pode ser algum corpo sem partes, enquanto ser determinado.

Por outro lado, pode-se insistir na possibilidade de que exista algo mais além do que é corpo sem partes. Em função de tal suposição, admito que Diodoro seja geralmente caracterizado como megárico, assim como também é caracterizado como um dialético. Diôgenes Laértios afirma categoricamente que “Diodoro foi um dialético.”<sup>262</sup>. Entenda-se dialética, neste contexto específico, como arte de discussão iniciada por Zenão de Eléia, que procede por redução ao absurdo. Os megáricos, por sua vez, desenvolveram a erística muito provavelmente como um virtuosismo da dialética dos eleáticos. Ao se admitir que Diodoro Crono foi um dialético, decorre que o mesmo sorveu pelo menos algum ensinamento da escola eleática<sup>263</sup>. Desta escola, pode-se inferir um ensinamento fundamental acerca do que há, proposto por Parmênides, que permitiria corroborar que nada mais há além do que é corpo sem partes. Sobre tal caráter Parmênides propõe que

A mesma coisa é pensar e é por isso que há pensamento. Pois, em tudo o que se disse, não encontrarás o pensar sem o que é. Nada há ou haverá para além do que é, visto que o Destino o acorrentou por forma a ser um todo inamovível. Por isso têm sido chamado todos os nomes que os mortais lhe puseram, convencidos de que esses nomes eram verdadeiros – gerar-se e destruir-se, ser e não ser, mudar de lugar e alterar a cor brilhante. Mas uma vez que há um limite extremo, está completo, como a massa de uma esfera bem rotunda de todos os lados, em igual equilíbrio em todas as direções a partir do centro. Pois força é que não seja um tanto maior ou um tanto menor num ou noutra ponto. De fato, nem há não-ser, que os impeça de atingir seu igual, nem há ser de uma forma tal, que seja mais num lado e menos noutra, pois é todo inviolável: é que por ser igual a si mesmo por todos os lados, encontra-se uniformemente nos seus limites.<sup>264</sup>

<sup>260</sup> AETIUS, *Placita*, I, 3,27 *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 117 A, p. 42.

<sup>261</sup> SIMPLICIUS, *In Phys.* 926, 19-21 Diels *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 120, p. 43.

<sup>262</sup> DIÔGENES LAËRTIOS, 1988, II, 111, p. 74.

<sup>263</sup> Conforme Kneale e Kneale (1962, p. 115), Euclides, o fundador da escola megárica, dedicou-se ao estudo das obras de Parmênides. Conseqüentemente, é viável inferir a influência dos ensinamentos eleáticos nos pensamentos dos megáricos. São considerados fundamentos do eleatismo a consideração da unidade, da imutabilidade e da necessidade do ser. Entre os eleáticos, Zenão é famoso por seus paradoxos, e por sua habilidade na discussão.

<sup>264</sup> KIRK; RAVEN; SCHOFIELD, 1994, VIII, fr. 299, p. 263.

Se Diodoro Crono sorveu os ensinamentos deste pensamento de Parmênides, então Diodoro concordaria que não há possibilidade de que exista algo que não seja igual a si mesmo, assim como não há possibilidade de que exista algo além do que existe. Neste caso, não há possibilidade de que algo não-exista, algo seja não-ser. Corrobora-se, então, a tese de que só há corpos sem partes.

Ao se considerar que nada mais existe além daqueles que são caracterizados como corpos sem partes, decorre novamente, que apenas corpo sem parte pode subjazer como referente ao significado de um termo da proposição futura. Ora, como corpo sem partes é o que existe, como corpo sem partes é o ser que apresenta determinação, então só um referente enquanto corpo sem partes pode subjazer ao significado de cada um dos termos da proposição futura. Conforme esta perspectiva, toda proposição futura apresenta determinação referencial.

Contudo, deve-se considerar a possibilidade de que algum referente que subjaz ao significado de um termo da proposição futura admita o devir. Acerca desta questão, é pertinente considerar que Diodoro sustenta duas teses, a tese de que nada se move, e a tese de que tudo o que existe já se moveu<sup>265</sup>. Estas duas teses estão implícitas neste trecho: “Conforme Diodoro Crono, se pode dizer que qualquer coisa se moveu, mas não que qualquer coisa se move.”<sup>266</sup>. O seguinte argumento procura justificar a tese de Diodoro Crono de que nada mais se move:

Se uma coisa se move, ela o faz ou bem no seu lugar onde ela está ou bem onde ela não está; ou ela não se move nem no lugar onde ela está: pois, se verdadeiro ele existe, ele permanece; nem no seu lugar ele está: pois onde uma coisa não está, ela não pode agir nem padecer. Assim, nada se move. Este argumento é de Diodoro Crono.<sup>267</sup>

Conforme este argumento, a impossibilidade do movimento está fundamentada em função da impossibilidade das coisas deixarem de ser como são. Há um outro argumento, um pouco mais extenso, que também justifica a tese de que nada mais se move, mas vai além do argumento anterior uma vez que também justifica que tudo que existe já se moveu. Tal argumento é o seguinte:

Cita-se também um outro argumento um pouco pesado de Diodoro Crono, para provar a não existência do movimento: com isto ele quis demonstrar que não existe o movimento em ação, mas somente o já realizado. E a negação do movimento em ação ele deduz da sua hipótese das partículas indivisíveis (átomos). 1. De fato, o corpo indivisível deve ser contido em um espaço indivisível; e por isso não pode mover-se nem neste (porque o enche, e um móvel exigiria um espaço maior do que ele), nem onde está porque, efetivamente, ali não está para poder mover-se. Assim,

<sup>265</sup> Ross (1969, p. 25) expõe que os megáricos não reconheciam a noção de potência, pois estes defendiam que algo se encontra em um estado ou não se encontra.

<sup>266</sup> AETIUS, *Placita*, I, 23,5 *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 121, p. 43.

<sup>267</sup> SEXTUS EMPIRICUS, *Pyrrhoneiae Hypotyposes*, III, 71 *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 124, p. 45.

não se pode dizer: move-se, mas há razão de dizer: moveu-se – porque, o que o primeiro se viu aqui, esse mesmo agora vai para outro lugar; o que não se daria se não tivesse se movido. 2. Acrescenta depois: o móvel está em algum lugar, e o que está em um lugar, não se move, então, o móvel não se move. 3. Além disso, há duas espécies de movimento: o preponderante e o absoluto: preponderante quando se move a maioria das partes do corpo e somente algumas poucas estão paradas; absoluto quando se movem todas as partes do corpo; ora, é claro que destes dois movimentos, o preponderante precede o absoluto. Mas não é possível um movimento preponderante, como demonstraremos; logo, não poderá produzir-se o absoluto. Suponha-se um corpo constituído de três átomos, dois em movimento e um em repouso; pois o movimento preponderante exige isto. Então, se juntarmos a este corpo um quarto átomo em repouso, produzir-se-á ainda o movimento: pois se o corpo composto de três átomos (dois em movimento e um em repouso) move-se, juntando-se também o quarto átomo, mover-se-ia ainda; porque tem mais força os três átomos com os quais se movia antes, do que o único átomo acrescentado. Mas, se o corpo composto de quatro átomos move-se, também se moverá o integrado por cinco, pois prevalecerão os quatro com os quais já se movia sobre o quinto adicionado. E se o composto de cinco átomos move-se, mover-se-á em todos os casos ainda que se acrescente um sexto átomo, prevalecendo os cinco sobre o único. E desta maneira, chega Diodoro até os dez mil átomos, demonstrando o insustentável do movimento preponderante, no qual nove mil novecentos e noventa e oito átomos estão em repouso e somente dois se movem. Por isso não existe movimento preponderante. E se assim é, nem mesmo o movimento absoluto: de onde se conclui que nada se move.<sup>268</sup>

Deste modo, explicita-se que Diodoro Crono nega o movimento, tanto do movimento preponderante quanto do movimento absoluto, embora tudo já tenha se movido. Diodoro Crono, assim, está a negar a possibilidade de algum novo devir, concomitante ao reforço da tese de que nada mais se move<sup>269</sup>.

Coerente com a tese de que nada mais se move, embora tudo já tenha se movido, Diodoro admite outra tese, a tese de que o que é em potência só pode se realizar se já existe em ato, concomitante ao fato de que o que é em potência não pode se realizar se já não existe em ato. Sobre este aspecto, ao criticar os megáricos, Aristóteles propõe que

Há quem diga, como os filósofos da escola megárica, que um ser só ‘pode’ agir quando está agindo, e quando não está, não ‘pode’; p. ex., que quem não está construindo não pode construir, mas só o pode o que está construindo, e enquanto constrói; e assim nos demais casos. [...] De sorte que essas doutrinas eliminam tanto o movimento como o devir. Com efeito, o que está em pé continuará sempre em pé, e o que está sentado ficará eternamente sentado, uma vez que, estando sentado, não se levantará. Pelo menos é o que nos dizem: o que não se está levantando é incapaz de levantar-se. Se não se pode admitir estas conseqüências, é evidente que potência e ato são duas coisas diferentes; ora, o que faz este sistema é identificar os dois [...]<sup>270</sup>.

<sup>268</sup> SEXTO EMPÍRICO, *Adversus mathematicus*, X, 85, 86, 112-117 *apud* MONDOLFO, 1964a, Livro II, Cap. III, 3, p. 202.

<sup>269</sup> Mondolfo (1964a, p. 199) explica que a argumentação megárica, tal como no caso do átomo empregado por Diodoro Crono, emprega o método do esmiuçamento assim como conclui por redução ao absurdo. Os megáricos supõem que se há devir, então este devir ocorre de algo para algo, como uma passagem. À medida que os megáricos argumentam, eles defendem que não é possível encontrar o ponto fundamental de nenhum tipo de mudança. Como não se pode encontrar o ponto específico da passagem, então eles concluem que não há devir.

<sup>270</sup> ARISTÓTELES, 1969, IX, 3, 1046 b 30–1047 a 20, p. 193-194.

Diodoro, enquanto megárico, não aceita a propriedade de que algum ser possa vir a atualizar-se. A atualização não é mais possível uma vez que não há mais movimento, nem mais devir. Se não há mais atualização, se não há mais devir, se nada mais se move, então qualquer ser que exista não está mais sujeito a mudança. Como todo referente que subjaz ao significado de um termo da proposição futura é corpo sem partes, ser determinado, então não pode haver descaracterização da determinação deste referente, uma vez que nada mais está sujeito ao devir.

Uma vez que só há corpo sem partes enquanto referente determinado que subjaz ao significado de cada termo da proposição futura, e que qualquer um destes referentes determinados não podem mudar para algo indeterminado – pois não se admite que algo mais possa se mover, não se admite que algo possa atualizar-se, não se admite que algo mais se sujeite ao devir – então se fortalece a tese de que toda proposição futura de Diodoro Crono (assim como qualquer dito) apresenta determinação referencial.

### 3.4 DETERMINAÇÃO LÓGICA

Nesta seção exporei que há determinação lógica de toda proposição futura de Diodoro Crono, uma vez que toda proposição futura deve ser avaliada em função de um valor-de-verdade, como verdadeiro ou como falso, e porque se pode inferir que há um conjunto determinado de teses que sustentam este modo de avaliar.

Para tanto, abordarei o modo de avaliar a proposição futura, ao considerar teses lógicas como a correspondência e o axioma de identidade como um princípio para se pensar corretamente; que a proposição futura é constituída de modo determinado pelo pensamento; que há um domínio de avaliação determinado pelo que existe; que na avaliação da proposição futura deve-se atribuir um único valor-de-verdade determinado, verdadeiro ou falso; e, que tais valores de verdade fundamentam-se em uma definição da verdade que, por sua vez, está implícita na definição das modalidades.

Uma das teses lógicas fundamentais que sustentam o modo de avaliar a proposição futura é a que estabelece uma relação de correspondência. Esta tese da correspondência está implícita a seguir:

Diodoro, o que porta o sobrenome Crono, afirma [quanto a isso:] ‘nenhuma palavra é equívoca, não há equívoco nem no dito nem no pensamento; e se deve considerar que nada diferente é dito que isto que se pensa dizer aquilo que se fala. Contudo, acrescente-se isso, quando eu tenho pensado uma coisa e que tu a compreende uma outra, pode-se estimar que o expresso foi obscuro antes do que equívoco; pois para



que um termo tivesse sido equívoco, ele teria por natureza ser que o locutor tivesse dito efetivamente duas ou mais coisas. Acontece que as pessoas não dizem duas ou mais coisas quando pensam em dizer uma só.<sup>271</sup>

Conforme este trecho, não há equívoco no pensamento, e esta precisão fundamenta-se no fato de que há uma correspondência entre o que é dito e o que é pensado. Esta relação de correspondência não se restringe ao dito e ao pensado, pois também está implícito que o que é dito precisamente, que o que é dito inequívoco, se refere a algo. Assim, infere-se que cada dito só é preciso porque se refere a algo preciso, não equívoco. Deste modo, decorre que também há uma correspondência entre o que é dito e o que é. Se há uma correspondência entre o que é dito e o que é pensado, e se há uma correspondência entre o que é dito e o que é, então, também há uma correspondência entre o que é pensado e o que é. Infere-se, pois, que Diodoro Crono admitiria que há correspondência entre o que é dito, o que existe e o que é pensado.

Uma vez que não se admite equívoco no pensamento, conforme esta passagem que trata da tese da correspondência, então só se pode pensar corretamente. Uma vez que só se pode pensar corretamente, então se pode inferir que toda proposição futura só pode ser construída de modo determinado pelo pensamento.

Também se pode inferir que Diodoro, enquanto dialético, ao sorver algum ensinamento da escola eleática, apropriou-se do axioma da identidade, implícito na tese ontológica proposta por Parmênides. Conforme aquele mesmo pensamento exposto na seção anterior, Parmênides propõe que

A mesma coisa é pensar e é por isso que há pensamento. Pois, em tudo o que se disse, não encontrarás o pensar sem o que é. Nada há ou haverá para além do que é, visto que o Destino o acorrentou por forma a ser um todo inamovível. Por isso têm sido chamado todos os nomes que os mortais lhe puseram, convencidos de que esses nomes eram verdadeiros – gerar-se e destruir-se, ser e não ser, mudar de lugar e alterar a cor brilhante. Mas uma vez que há um limite extremo, está completo, como a massa de uma esfera bem rotunda de todos os lados, em igual equilíbrio em todas as direções a partir do centro. Pois força é que não seja um tanto maior ou um tanto menor num ou noutro ponto. De fato, nem há não-ser, que os impeça de atingir seu igual, nem há ser de uma forma tal, que seja mais num lado e menos noutro, pois é todo inviolável: é que por ser igual a si mesmo por todos os lados, encontra-se uniformemente nos seus limites.<sup>272</sup>

Fica implícito que só pode haver algo que seja idêntico a si mesmo, e que não pode haver algo que não seja idêntico a si mesmo. Ora, estas duas propriedades são as propriedades que sustentam a tese da identidade. Uma vez que se aceita que Diodoro Crono aproxima-se da escola eleática ao defender que só há corpos sem partes, e nada mais existe, decorre que

<sup>271</sup> AULU-GELLE, *Noctes atticae*, XI, 12, 1-3 *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 111, p. 40-41.

<sup>272</sup> KIRK; RAVEN; SCHOFIELD, 1994, VIII, fr. 299, p. 263.

Diodoro Crono concordaria com a primazia lógica deste axioma da identidade. Este axioma da identidade, como princípio lógico, também orienta o pensamento acerca do que pode ser pensado em uma proposição futura. Tanto a tese da correspondência entre o que é dito, o que é pensado e o que há, quanto o axioma da identidade, estabelecem orientações lógicas para se pensar corretamente.

Outra tese lógica que deve ser considerada é a de que há um domínio para a avaliação de toda proposição futura de Diodoro Crono. Esta tese pode ser inferida. Pode-se inferir que o domínio de avaliação da proposição futura deve considerar o que existe. Meu argumento é simples. Como caracterizado na seção que trata do argumento de Diodoro Crono sobre a proposição futura, toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa. Ora, se algo é avaliado é porque existe um algo que pode ser julgado, ou seja, existe uma relação tal que em que o predicado que pertence em relação ao sujeito pode ser aferida. A aferição de toda proposição futura só pode ser relativa ao algo que existe, pois, como caracterizado na seção que trata das implicações ontológicas da proposição futura, nada mais há além do que existe. Também se deve considerar que a aferição de toda proposição futura só pode ser relativa ao algo que existe de modo estático, uma vez que nada mais está sujeito ao devir. Uma vez que o que existe só pode ser corpo sem partes, então os corpos sem partes que existem são o único parâmetro em função do qual se pode avaliar uma proposição futura.

A definição de verdade, como um critério lógico, especifica o modo como se deve avaliar uma proposição futura. A definição de verdade está implícita no seguinte trecho: “Diodoro define o possível como o que é ou será; o impossível como o que é falso e não será verdadeiro; o necessário como o que é verdadeiro e não será falso; o não-necessário como o que já é falso ou o será.”<sup>273</sup>. Deste modo, a verdade é definida em função das modalidades, e é válida para o tempo presente e para o tempo futuro. Assim, ao se avaliar uma proposição futura, deve-se considerar que a verdade também alcança o futuro. A verdade identifica-se com a consideração de duas faces extremas da mesma moeda, a noção de necessário e a de impossível; é estipulada como aquilo que também não está sujeita a mudança; e orienta que o valor-de-verdade de uma proposição qualquer não pode mais ser alterado.

Uma última tese lógica a ser considerada é a que estabelece a atribuição de um único valor-de-verdade para se avaliar uma proposição futura. Esta tese já fora caracterizada na seção que trata do argumento de Diodoro Crono sobre a proposição futura. Naquela seção

---

<sup>273</sup> BOËCE, *Comm. In Arist. De interpr.*, sec. ed., 234, 10-235, 9 Meiser *apud* MULLER, 1985, III, 2.B, fr. 138, p. 51.

expôs-se que toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa, quer verdadeira para toda proposição futura que expressa algo que ocorrerá necessariamente; e, quer falsa para toda proposição futura que expressa algo que é impossível ocorrer. Neste sentido, para a avaliação de cada proposição futura somente um valor-de-verdade determinado é atribuível, condizente com a aceitação e aplicação irrestrita do princípio de bivalência.

Em função do exposto, há determinação lógica para toda proposição futura de Diodoro Crono, uma vez que se infere um conjunto de teses lógicas que sustentam a avaliação desta proposição necessariamente como verdadeira ou falsa<sup>274</sup>. Para Diodoro Crono, não há a possibilidade de uma proposição não ser verdadeira ou falsa.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, ao tratar da objetividade da proposição futura em Diodoro Cronos, eu defendi que o argumento de Diodoro Cronos sobre a proposição futura implica que toda proposição futura deve ser avaliável necessariamente como verdadeira ou como falsa, verdadeira para toda proposição futura que expressa algo que ocorrerá necessariamente, e falsa para toda proposição futura que expressa algo que é impossível ocorrer. Defendi que há determinação semântica de toda proposição futura, uma vez que cada termo da proposição futura, como um dito isolado, não pode ser equívoco e sim deve ser significativo; e porque a proposição futura, como um tipo de dito, também não é equívoco e sim deve ser significativa; que há determinação referencial de toda proposição futura, uma vez que há um referente determinado que subjaz ao significado de cada termo da proposição futura, enquanto corpo sem partes, além de que, cada um destes referentes não pode mudar, nem se tornar indeterminado, uma vez que tais corpos não estão mais sujeitos ao devir; que há determinação lógica de toda proposição futura, pois conforme a aplicação de um conjunto de teses lógicas, para toda proposição futura que expressa um acontecimento que necessariamente ocorrerá, deve atribuir-se um valor-de-verdade verdadeiro, e para toda proposição futura que expressa um acontecimento impossível de ocorrer, deve atribuir-se um valor-de-verdade falso. A partir destes dados, afirmo que há objetividade de toda proposição futura para Diodoro Crono.

---

<sup>274</sup> Brun (1986, p. 68) afirma que a necessidade lógica do argumento dominador de Diodoro Crono impõe uma necessidade real. Penso que minha exposição justifica o inverso, pois os megáricos pensam que o que está determinado necessária e ontologicamente implica em necessidade lógica.

A interpretação de Diodoro Crono sobre a proposição futura fundamenta-se em uma estrutura conceitual em que os três eixos teóricos, semântico, ontológico e lógico, mostram-se complementares. Por outro lado, a teoria ontológica prepondera sobre a teoria semântica, pois conforme implícito na tese da correspondência, o significado de cada dito é preciso uma vez que algo existe de modo preciso. Ou seja, o dito é determinado porque há algo que subjaz ao significado, e este algo é um referente determinado. A teoria ontológica prepondera sobre a teoria lógica, pois toda atribuição de valor-de-verdade em função da avaliação da proposição futura deve considerar o que existe, a realidade, enquanto parâmetro. Ou seja, a avaliação da proposição futura depende da aferição de algo que existe. A teoria semântica aplica-se de modo equivalente à teoria lógica, pois, conforme a tese da correspondência, para cada dito há um equivalente pensado.

A partir da reconstrução da interpretação de Diodoro Crono sobre a proposição futura, evidencia-se a aceitação da tese de que existe e existirá para todo o sempre um determinismo universal. Toda proposição futura deve ser avaliada como verdadeira ou falsa, uma vez que todos os acontecimentos presentes ou futuros já estão determinados, uma vez que, fundamentalmente, tudo o que existe já é determinado concomitante à impossibilidade do devir.

O modo como Cícero formula a questão da proposição futura é excedido pela interpretação de Diodoro Crono sobre a proposição futura. Conforme a interpretação de Diodoro Crono, o significado da proposição futura depende da própria noção de proposição, que por sua vez fundamenta-se na tese de que tal dito deve ser significativo e não pode ser equívoco, e depende do modo de se estabelecer a significação, que por sua vez implica para cada palavra convencional um significado. O que acontecerá ou não acontecerá, conforme o expresso na proposição futura, depende do único tipo de referente que subjaz ao significado da proposição futura, ser determinado enquanto corpo sem partes, que por sua vez não está mais sujeito ao devir. O valor-de-verdade da proposição futura está condicionado a teses lógicas, e depende da admissão da correspondência entre o que existe, o que é dito, e o que é pensado, depende da aplicação do axioma da identidade e depende do que existe enquanto domínio para a avaliação, conforme uma noção de verdade fundamentada em uma distinção modal que unifica presente e futuro. Embora a formulação de Epicteto sobre a proposição futura fundamente-se no raciocínio desenvolvido por Diodoro Crono (o argumento dominador), evidencia-se também neste caso, o quanto fora desconsiderada toda uma subjacente e peculiar estrutura conceitual.

## CONCLUSÃO

O objetivo geral desta dissertação é o de demonstrar a necessidade de rever o modo de formular o problema da proposição futura tal como Cícero ou Epicteto propuseram, ao se equiparar diretamente diferentes interpretações. Investigou-se especificamente, a respectiva e pertinente estrutura conceitual semântica, ontológica e lógica de Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono relativa à proposição futura, o que permitiu evidenciar alguns aspectos que devem agora, ser comparados. Devo concordar que, tal como indica a formulação de Cícero sobre a proposição futura, nas três interpretações investigadas, apresentam-se como fundamentais a noção de significado e de valor-de-verdade da proposição futura, assim como o que acontecerá conforme o expresso nesta proposição futura. Contudo, cada um destes três filósofos – Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono – pensa estas noções emaranhadas em uma estrutura conceitual peculiar, tão fundamental quanto o valor-de-verdade, o significado e o acontecimento futuro. Concordo que se pode aproximar diferentes interpretações sobre a proposição futura, expondo um conjunto de teses fundamentais, considerando que cada interpretação aceita ou refuta teses específicas, como propôs Epicteto. Contudo, este modo de proceder não implica em negligenciar toda uma estrutura conceitual em que se fundamenta cada uma destas teses?

Na teoria semântica de Diodoro Crono, todo dito é significativo e não é equívoco assim como toda expressão é significativa e não é equívoca. Aristóteles e Crísipo partem do pré-suposto semântico de que tal tese não se sustenta, pois estes caracterizam que há expressões que não são significativas assim como há ditos que não são significativos. Nesta mesma teoria, Aristóteles diverge de Crísipo, uma vez que para o primeiro, a palavra isolada que compõem a proposição é significativa por si só; enquanto que para Crísipo, a palavra só é significativa porque compõe uma proposição. Circunscrita à teoria semântica também há uma fundamental distinção sintática. Penso que Aristóteles admitiria um único padrão sintático <S,V,P> para a proposição futura que poderia representar todas as possíveis combinações de termos sintáticos. Para Crísipo, destaquei dois modos de representar todas as possíveis combinações de termos sintáticos para a proposição futura, conforme um padrão sintático <S,V,P>, e conforme um padrão sintático <S,P>. Na teoria de Diodoro Crono, eu inferi a admissão de dois modos de representar todas as possíveis combinações de termos sintáticos para a proposição futura, conforme um padrão sintático <S,V,P>, e conforme um padrão

sintático <S,P>. Deste modo, o padrão sintático da proposição futura de Aristóteles não pode ser considerado equivalente ao padrão sintático de Crísipo e nem de Diodoro Crono.

A noção de devir é uma das noções fundamentais para a compreensão de qualquer ontologia. Aristóteles admite o devir e admite os futuros contingentes. Para Aristóteles algumas coisas estão sujeitas ao devir enquanto outras não. As coisas que estão sujeitas ao devir, existem em potência sem uma imperiosa necessidade de atualização, o que contribui para a admissão de futuros contingentes. Crísipo admite o devir, mas não aceita os futuros contingentes. Todo incorpóreo não está sujeito ao devir, mas todo corpóreo sujeito ao devir mudará de modo determinado em função de uma concatenação universal de todas as coisas, ou em função do assentimento humano, que também só pode ocorrer de modo determinado, o que contribui para a não aceitação dos futuros contingentes. Diodoro Crono não admite o devir, assim como não aceita os futuros contingentes. Não existem mais coisas sujeitas ao devir uma vez que não há mais devir, justificando que tudo já é como será, além de que, o que já não é nem será.

Aristóteles admite como princípios lógicos dois axiomas, o da não-contradição e o do terceiro-excluído, em função dos quais se poderia deduzir o axioma da identidade e axioma da bivalência. Crísipo não propõem axiomas, mas esquemas de inferências. Os esquemas de inferência não se caracterizam como axiomas, embora também apresentem grande poder lógico, pois, conforme este caso, o conjunto de esquemas de inferências exposto por Crísipo permite deduzir como teoremas as teses da não-contradição, do terceiro-excluído, da identidade e da bivalência. Já na teoria de Diodoro, inferem-se como princípios lógicos o axioma da identidade e o da bivalência. Aristóteles determina a definição da verdade em função do que existe, do que é categórico e é imutável. Crísipo propõe a verdade enquanto um critério que se fundamenta em uma apresentação compreensiva. Diodoro Crono propõe uma definição de verdade que se apóia na definição das modalidades. Esta definição da verdade não se restringe a aspectos ontológicos e lógicos básicos, mas radicaliza com a concepção temporal, uma vez que se unificam dois parâmetros temporais de aferição, o presente e o futuro, determinando que toda relação da verdade válida para aferir o que 'é' também é válida para aferir necessariamente o que será.

A partir da interpretação de Aristóteles sobre a proposição futura, evidencia-se que há objetividade num sentido fraco de toda proposição futura contingente, embora haja objetividade de toda proposição futura avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa. A perspectiva de Aristóteles admitir a contingência abre espaço para a indeterminação futura. Diferentemente, Crísipo e Diodoro Crono propõem que há objetividade de toda proposição

futura. Para estes dois, toda proposição futura é avaliável necessariamente como verdadeira ou falsa, o que acarreta uma perspectiva determinista de existência no mundo, embora este determinismo seja mais radical na interpretação de Diodoro Crono. Tanto para Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono, a teoria ontológica prepondera em relação à teoria semântica, assim como a teoria ontológica prepondera em relação à teoria lógica. Mas, se para Aristóteles e Diodoro Crono a teoria semântica é aplicada de modo equivalente à teoria lógica, para Crísipo, fica claro que a teoria lógica prepondera sobre a teoria semântica.

A questão da proposição futura não envolve apenas o significado da proposição futura, mas também envolve fundamentalmente o modo de se estabelecer o significado. O acontecimento expresso na proposição futura é apenas uma ponta de iceberg em relação ao que há enquanto elementar (questão que por si só implica em divergências), em relação ao que está sujeito ao devir e em relação ao como ocorre o devir. A avaliação da proposição futura não se restringe a mera atribuição de valor-de-verdade à proposição, mas envolve, basicamente, a necessidade de considerar um conjunto de teses lógicas e específicas.

Conforme estas poucas comparações, ilustra-se que, embora o problema da proposição futura possa ser formulado como o mesmo, decorre que o modo como Aristóteles, Crísipo e Diodoro Crono pensam uma respectiva estrutura conceitual já implica na impossibilidade de equiparação destas interpretações. Estas três interpretações sobre a proposição futura não são completamente divergentes, mas é preciso que se atente para alguns pontos fundamentais, pois estas três interpretações não podem ser consideradas equiparáveis de modo imediato, uma vez que os próprios conceitos envolvidos em cada uma não são equivalentes.

O alcançado até aqui permite visualizar possíveis desdobramentos no sentido de tornar mais clara e fundamentada a hipótese de entrelaçamento entre as noções semânticas, ontológicas e lógicas. Para isso, seria necessário aprofundar, por um lado, a explanação dos conceitos e teses fundantes dos autores envolvidos e, por outro, incluir outros autores do período. Para isso, uma discussão específica sobre a modalidade no período antigo é indispensável, bem como um estudo das categorias e distinções propriamente lógicas que respeitam e mostram as diferenças entre as lógicas antigas, e do mesmo modo com a investigação das noções semânticas e ontológicas.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 2000.
- ARISTÓTELES. *Categorias. Organon*. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1985, I. Vol. I.
- \_\_\_\_\_. *Metafísica*. Tradução de Leonel Valandro. Porto Alegre: Globo, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Periérmeneias. Organon*. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1985, II. Vol. I.
- ARISTOTLE. *Categories. The Works of Aristotle*. Publisher by W. Benton. Translated by E. M. Edghill. Chicago: Chicago University Press. 26. ed. 1984a, Vol. I.
- \_\_\_\_\_. *De caelo. The Works of Aristotle*. Translated into English under the editorship of Ross, W. D.; M. A.; Hon. L.L.D. 1 ed. London, Oxford: Clarendon Press, 1953. Vol. II.
- \_\_\_\_\_. *Metaphysica. The Works of Aristotle*. Translated into English under the editorship of Ross, W. D.; M. A.; Hon. L.L.D. 2 ed. London, Oxford: Clarendon Press, 1960. Vol. VIII.
- \_\_\_\_\_. *On interpretation. The Works of Aristotle*. Publisher by W. Benton. Translated by E. M. Edghill. Chicago: Chicago University Press. 26. ed. 1984b, Vol. I.
- AUBENQUE P. *As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo e ceticismo. A filosofia pagã: de Platão a São Tomás de Aquino*. Direção de Châtelet, F. Lisboa: Dom Quixote, p. 167-180, 1981.
- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Tradução José H. Nunes. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BAILLY, A. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Hachette, 1950.
- BARBOSA FILHO, B. *Saber, fazer e tempo: uma nota sobre Aristóteles. Verdade, conhecimento e ação*, Organização Edgar da R. Marques et alli. São Paulo: Loyola, p. 15-24, 1999.
- BARNES, J. *Aristóteles*. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001.



- \_\_\_\_\_. *Metaphysics. The Cambridge companion to Aristotle*, Edited by Jonathan Barnes. New York: Cambridge, p. 66-108. 1995.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia aristotélica: leitura e interpretação do pensamento aristotélico*. Barueri: Manole, 2003.
- BLANCHÉ, R.; DUBUCS, J. *História da Lógica*. Tradução António P. Ribeiro, Pedro E. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BRAIDA, R. C. Significatividade e entidade. *Veritas*, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 5-29, mar. EDIPUCRS, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Experiência e compreensão no estoicismo antigo*. Florianópolis, fev. 2005. Disponível em: <[http://www.cfh.ufsc.br/~braida/teoria\\_estoica.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~braida/teoria_estoica.pdf)>. Acesso em: 01 de jun. 2005.
- BRÉHIER, É. *La théorie des incorporeals dans l'ancien stoïcisme*. Paris: PUF, 1967.
- BRUN, J. *O estoicismo*. Tradução João Amado. Lisboa: Edições 70, 1986.
- CAHN, S. M. *Fate, logic, and time*. Independence: Ridgeview Publishing Company, 1967.
- CHATEAUBRIAND, O. Truth, description, and identification. *Verdade, conhecimento e ação*, Organização Edgar da R. Marques et alli. São Paulo: Loyola, p. 81-106, 1999.
- CÍCERO. *Sobre o destino*. Tradução e notas de José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- DIÔGENES LAËRTIOS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: UnB, 1988.
- EPICURO, LUCRÉCIO, CÍCERO e SÊNECA. *Antologia de textos*. Tradução e notas de Agostinho da Silva, Amador Cisneiros, Giulio Davide Leoni. Estudos introdutórios de E. Joyau e G. Ribbeck. Consultoria de J. A. M. Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*. São Paulo: Nova Fronteira e Lexikon Informática, versão 3.0, 1999.
- FLECK, F. P. A. *O problema dos futuros contingentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- FREDE, Michel. The Stoic notion of a lekton. *Companions to ancient thought: 3: Language*, Edited by Stephen Everson. Cambridge: University Press of Cambridge, p. 109-128, 1994.
- GAZOLLA, R. *O ofício do filósofo estóico*. São Paulo: Loyola, 1999.

- HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. Tradução Cezar A. Mortari; Luiz H. de Araújo Dutra. São Paulo: Unesp, 2002.
- HARTMANN, N. *Ontología, II: posibilidad y efectividad*. 2. ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- HEGENBERG, L. *Dicionário de Lógica*. São Paulo: EPU, 1995.
- KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Tradução Carlos Alberto Louro Fonseca. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KNEALE, W.; KNEALE, M. *O desenvolvimento da lógica*. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.
- LONG, A. A.; SEDLEY, D. N. *The hellenistic philosophers*. Cambridge: University of Cambridge, 1995.
- LOPES DOS SANTOS, L. H. Anotações sobre Leibniz, o estoicismo, substâncias e labirintos. *Verdade, conhecimento e ação*, Organização Edgar da R. Marques et alli. São Paulo: Loyola, p. 389-399, 1999.
- \_\_\_\_\_. Leibniz e os futuros contingentes. *Anaytica: Descartes: Os princípios da filosofia moderna: O cartesianismo posto em questão*, Editado por Guido Antônio de Almeida et alli. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n. 1, p. 91-121, 1998.
- ŁUKASIEWICZ, J. *La silogística de Aristóteles: desde el punto de vista de la lógica formal moderna*. Tradução Josefina F. Robles. Madrid: Tecnos, 1977.
- MATES, B. *Stoic logic*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1961.
- MOLINA, L. Concordia. *Los filósofos escolásticos de los siglos XVI y XVII*. Selección de textos de Clemente Fernández. (Biblioteca de Autores Cristianos) Madrid: La Editorial Católica, S. A., p. 298-350, 1986.
- MONDOLFO, R. *O pensamento antigo: história da filosofia grego romana*. Tradução Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1964a.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento antigo: desde Aristóteles até os neoplatônicos*. Tradução Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1964b.
- MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: UNESP, 2001.
- MULLER, R. *Les mégariques, fragments et témoignages*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1985.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

- PRIOR, A. *Past, present and future*. 2 ed. Oxford: Oxford University, 1978.
- REALE, G. *História da filosofia antiga: Platão e Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *História da filosofia antiga: os sistemas da era helenística*. São Paulo: Loyola, 1994b.
- SAINATI, V. *Storia dell' organon aristotelico: dai topici al de interpretatione*. Firenze: SASTE, 1968.
- SMITH, R. Logic. *The Cambridge companion to Aristotle*. Edited by Jonathan Barnes. New York: Cambridge, p. 27-65. 1995.
- VON ARNIM, J. *Stoicorum veterum fragmenta*. Stuttgart: Teubner, 1968.
- VUILLEMIN, J. *Nécessité ou contingence: l'aporie de Diodore et lès systèmes philosophiques*. Paris: Minuit, 1984.
- WEIDEMANN, H. Diodoro – Lógica e senso comum. *Filósofos da antiguidade – 1, dos primórdios ao período clássico: uma introdução*, Tradução Lya Luft. Organizadores Michael Erler e Andréas Graeser. Revisor Técnico Nélio Schneider. São Leopoldo: UNISINOS, p. 229-238, 2003.
- ZINGANO, M. De Caello I 12 e o princípio de plenitude. *Verdade, conhecimento e ação*, Organização Edgar da R. Marques et alli. São Paulo: Loyola, p. 441-454, 1999.